

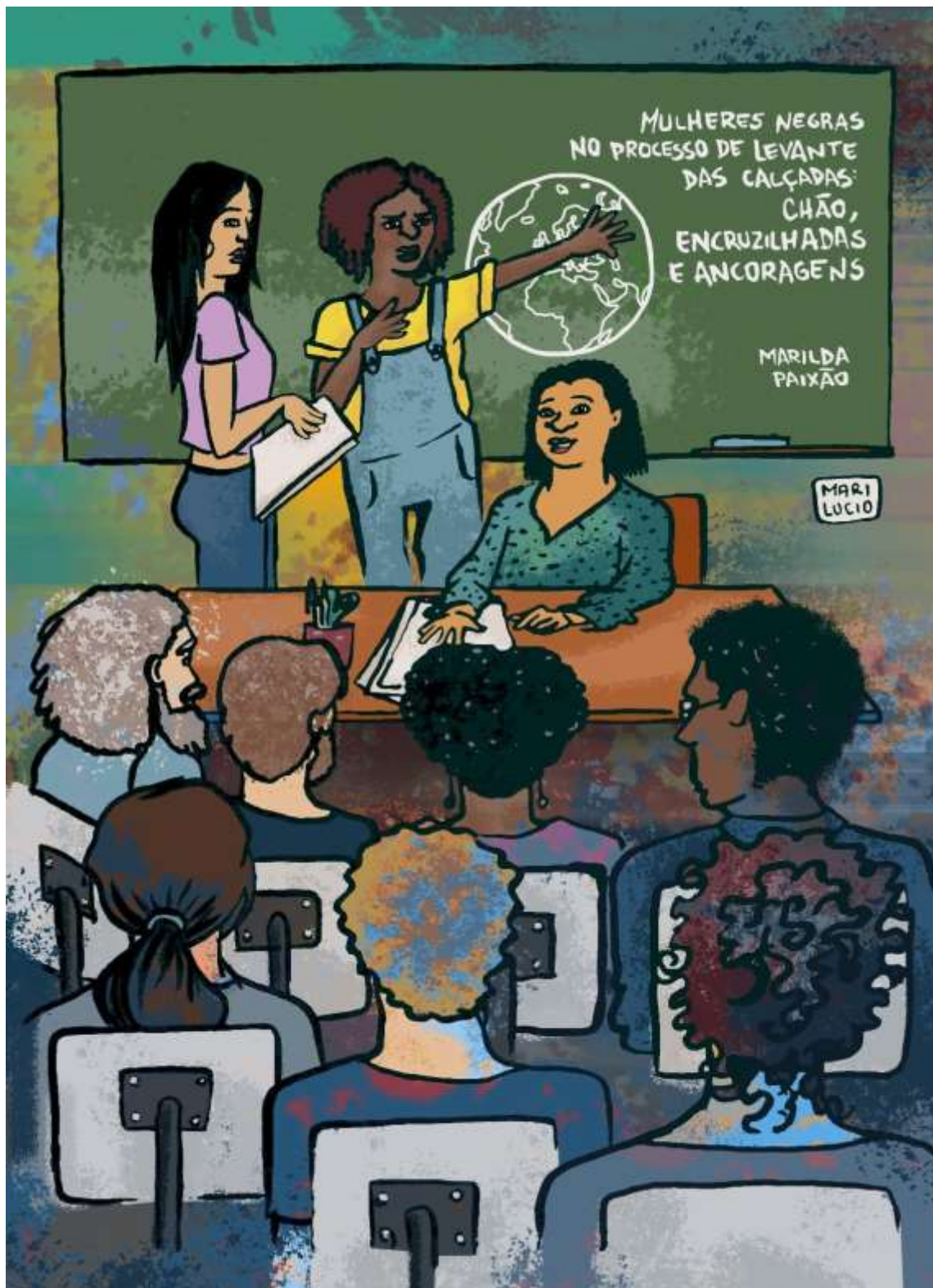
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA CONDIÇÃO HUMANA

MARILDA PAIXÃO ISAIAS DOS SANTOS

**MULHERES NEGRAS NO PROCESSO DE LEVANTE
DAS CALÇADAS: CHÃO, ENCRUZILHADAS E
ANCORAGENS**

SOROCABA – SP
2024

Aula sobre levantes, ministrada por mulheres negras à Freud, Marx e Milton Santos¹



¹ Arte: Aula sobre levantes, ministrada pelas mulheres negras a Marx, Freud e Milton Santos. Artista Mariana Lúcio. Foi solicitado à artista que traduzisse a representatividade e o lugar de fala de 3 (três) mulheres negras aos acadêmicos Sigmund Freud, Karl Marx e Milton Santos.

MARILDA PAIXÃO ISAIAS DOS SANTOS

**MULHERES NEGRAS NO PROCESSO DE LEVANTE DAS CALÇADAS: CHÃO,
ENCRUZILHADAS E ANCORAGENS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana, ao Centro de Ciências Humanas e Biológicas da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de mestre em Estudos da Condição Humana.

Orientadora: Profa. Dra. Rosalina Burgos

Co-orientadora: Profa. Dra. Rosana Batista Monteiro

Sorocaba – SP

2024

Santos, Marilda Paixão Isaias dos

Mulheres negras no processo de levante das calçadas:
Chão, encruzilhadas e ancoragens / Marilda Paixão
Isaias dos Santos -- 2024.
140f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São
Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba
Orientador (a): Rosalina Burgos
Banca Examinadora: Emília Estivalet Broide, Vanda
Aparecida Costa
Bibliografia

1. Mulheres negras. 2. Situação de rua. 3. Levante das
calçadas. I. Santos, Marilda Paixão Isaias dos. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Humanas e Biológicas
Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana

Folha de aprovação

Assinatura dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Mestrado da candidata Marilda Paixão Isaias dos Santos, realizada em 28/02/2024:

Profa. Dra. Emília Estivalet Broide – Membro Titular Externo
Centro de Estudos Psicanalíticos

Profa. Dra. Vanda Aparecida da Silva – Membro Titular Interno

Profa. Dra. Rosalina Burgos – Orientadora

Profa. Dra. Rosana Batista Monteiro – Coorientadora

À nossa ancestralidade negra, que vive e se faz presente...

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Ronaldo, em quem habito e sou habitada desde 2004, um companheiro amado e respeitoso com quem construo em resguardo.

Minha mãe, pai, sogra, irmãs, irmãos, sobrinhas e sobrinhos, registros de amor e mimos que me completam.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-graduação em Estudos da Condição Humana da Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba; pelos caminhos apresentados para a escolha teórico-metodológica desta pesquisa e abertura de espaço para o estudo de racionalidade ainda controversa.

Às Professoras Doutoras Rosalina Burgos e Rosana Batista Monteiro, pela imensa dedicação e compartilhamento de saberes para construção deste trabalho.

Aos membros da banca, por terem aceitado o convite de dela participarem e pela dedicação à leitura do texto final, bem como pelas preciosas contribuições na qualificação, que procurei atender integralmente. Especial agradecimento à Professora Doutora Emília Estilavet Broide, pelas sugestões e posicionamentos.

Aos colegas do curso, com quem pude compartilhar angústias, ansiedade e saberes, nos últimos dois anos.

Elina, Elisangela, Nayara e Rui, por garantirem que eu chegasse (quase) sã do outro lado deste trabalho.

Às pessoas em situação de rua e às que puderam realizar o levante das calçadas, tod@/es amig@/ues, de perto e de longe, pelo colo e aconchego de me ensinar a colocar mais uma noite no dia e vice-versa.

Atenção para o sangue sobre o chão
É preciso estar atento e forte
Não temos tempo de temer a morte.
Caetano Veloso

RESUMO

Este estudo tem como tema as mulheres negras na construção do processo de “levantar das calçadas”, noção que vem sendo elaborada nesta pesquisa. Busca conhecer, refletir, analisar e compreender os elementos, objetivos e subjetivos, envolvidos nesta construção, a partir da percepção das mulheres negras. Entendemos o levantar das calçadas, enquanto movimento processual de saída das ruas, composto por elementos como força, r-existência para a manutenção do corpo em defesa da vida, que se efetiva por ancoragem, amor, amizade e solidariedade, e que necessita da emissão de ações-responsáveis dos gestores públicos municipais, estaduais e federais. A calçada é o chão, lócus de vida e morte, pelo habitar em brechas concedidas pelo habitat neoliberal, a que pessoas negras em situação de rua estão submetidas. O levantar das calçadas é o habitar pela construção de territorialidades únicas, ainda que a necropolítica seja autorizada pelo poder estatal. A pesquisa apresenta o atual cenário econômico, social e político em que o número de pessoas, vivendo em situação de rua, eleva-se de forma exponencial. Partimos da hipótese de que o reordenamento do lugar de fala e representatividade, das mulheres negras, pode gerar contribuições adicionais e inéditas para a construção de políticas públicas destinadas ao atendimento do fenômeno população em situação de rua. Buscamos, desde a escravidão até a atualidade, os aspectos históricos, humanos, políticos, sociais, entre outros, a partir de registros, memórias e vivências. Pesquisa de cunho qualitativo e de observação participante, contou com diário de campo, entrevistas individuais, participação em reuniões coletivas, relatos e memórias para a construção de narrativas, com 3 (três) mulheres negras que efetivaram o levantar das calçadas, a partir da cidade de Santos. Os dados produzidos são discutidos à luz da revisão bibliográfica dos referenciais teóricos das Ciências Sociais e Humanas, sob perspectiva da Psicologia, Geografia, interseccionalidade em interdisciplinaridade. A pesquisa revelou-nos que o processo de levantar das calçadas, das mulheres negras, é construído a partir de lugares únicos em epistemes e territorialidades; pelo força bantu que possibilita a recuperação do corpo e da mente para continuidade em negritude, apesar do vestígio imposto pela negritude; com o funcionamento saudável de personalidade, pelo estabelecimento de ancoragens em amor, amizade e solidariedade, apesar das omissões das políticas públicas, no que se refere à segurança alimentar, moradia, trabalho e renda, saúde e assistência social, entre outras.

Palavras-chave: mulher negra; situação de rua; levantar das calçadas; chão; encruzilhadas.

ABSTRACT

This research examines the black women in the construction of the “uprising from the sidewalks” process, concept that has been elaborated in this study. This work objects knowing, reflecting, analyzing, and comprehending the elements, objectives and subjective involved in this construction from the perception of black women. We understand the process of uprising from the sidewalks as a procedural movement to exit the streets, compound of elements such as strength and endurance to maintain the body in defense of life, which is realized by anchoring, love, friendship and solidarity, and it needs the emission of responsible-actions of the Municipal, State and Federal Public Manager. The sidewalk is the ground, a place of life and death, through inhabiting the gaps granted by the neoliberal habitat, to which black people experiencing homelessness are subjected. The uprising from the sidewalks is the inhabiting through the construction of unique territorial practices, even though the necropolitics is authorized by the state power. The research presents the actual economic, social, and political scenario in which the number of people in street situation is rising exponentially. We start from the hypothesis that the reordering of the black women place of speech and representation may generate additional and unprecedented contributions to the construction of Public Policies aimed at addressing the phenomenon of the people experiencing homelessness. We have investigated from the slavery to the present day the historical, human, political and social aspects based on records, memories, and life experiences. A qualitative and observational research, the participant counted on field diary, individual interviews, participation in group meetings, accounts, and memories for the construction of narratives with three black women who carried out the uprising of the sidewalks, starting from the city of Santos. The produced data is discussed in the light of the literature review of theoretical frameworks in the Social and Human Sciences, from the perspectives of Psychoanalysis, Social Psychology, Geography, Intersectionality, and Interdisciplinarity. The research revealed that the uprising process of the sidewalks, led by black women, is constructed from unique places in epistemes and territorialities; by the bantu force that enables the recovery of both body and mind for continuity in blackness, despite the traces imposed by blackness; healthy functioning of personality through the establishment of anchors in love, friendship, and solidarity, despite the omissions of Public Policies regarding food security, housing, employment and income, health, and social assistance, among others.

Keywords: black woman; street situation; uprising from the sidewalks; ground; crossroads.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	APORTES HISTÓRICOS E TEÓRICOS DO ESPECTRO TEMÁTICO DA PESQUISA	14
1.1.1	Os levantes das mulheres negras desde a chegada ao Brasil.....	18
1.1.2	Calçadas: um lugar determinado que transcende gerações.....	29
1.2	LEVANTE E DIREITO À CIDADE.....	37
2	PERCURSO METODOLÓGICO E DEFINIÇÃO DO CHÃO DA PESQUISA.....	44
2.1	REALIZAÇÃO DA PESQUISA DOCUMENTAL	48
2.2	O DIÁRIO DE CAMPO	49
2.3	PRODUÇÃO DAS NARRATIVAS.....	50
2.4	PERCURSOS DA PESQUISADORA AO ENCONTRO DAS ENTREVISTADAS.....	52
2.4.1	Ao encontro de Érika.....	53
2.4.2	Ao encontro de Iansã	55
2.4.3	Ao encontro de Dona	56
2.5	OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E OS TERRITÓRIOS DA AÇÃO COLETIVA.....	58
2.6	ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....	59
2.7	SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	61
3	HISTÓRIA DE VIDA DE MULHERES NEGRAS QUE REALIZARAM O LEVANTE DAS CALÇADAS.....	62
3.1	ÉRIKA: CHUMBANDO OS PÉS NO CHÃO, PARA REGAR CONCRETAMENTE O FLORESCER DO HABITAR	62
3.2	IAN SÃ: QUEM ME VIU ENTRE VENTOS E RAIOS E QUEM ME VÊ VIVENDO O AMOR.....	67
3.3	DONA: EU ME REPRESENTO E SEI O MEU LUGAR: NÃO SOU FODA, SOU UMA MULHER!.....	72
4	AQUI VAMOS FALAR DE LEVANTES!	77
4.1	MULHERES NEGRAS NO LEVANTE VERSUS DESEMPREGO E CÁRCERE	81
4.2	LEVANTES QUE RONDAM TERRAS DE QUILOMBOS: DA MORTE À VIDA EM R-EXISTÊNCIA.....	85
4.3	LEVANTE, ANCORAGENS, DESEJO, EXPERIÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	95
4.4	A LUTA PELA IDENTIDADE: MÃE E MATERNAGEM.....	111
4.5	DESPROTEÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: SEGURANÇA ALIMENTAR, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E HABITAÇÃO	113
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
	REFERÊNCIAS.....	118

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	131
APÊNDICE B – Roteiro para a construção de entrevista semiestruturada.....	134
APÊNDICE C – Roteiro para a construção de narrativas	135
ANEXO A – Minuta da lei Levante a partir das calçadas, apresentada pela Secretaria de Desenvolvimento Social à Câmara de Santos, em 14/12/2023, votada em primeira sessão e retirada da segunda sessão, por motivo de forte ataque virtual e <i>fake news</i>	136
ANEXO B – <i>Fake news</i> divulgada nas redes sociais quanto ao projeto de lei “Levante a partir das calçadas”	139
ANEXO C – Reportagem a respeito do projeto “Levante a partir das calçadas”	140

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo investigar, conhecer, refletir e compreender o processo social que designaremos com o termo “levante das calçadas”. A exposição teórica foi construída com base na percepção das mulheres negras, com foco nos elementos objetivos e subjetivos que compõem tal construção. A partir deste trabalho, construímos a noção de levante das calçadas, que compreendemos como movimento processual de saída das ruas, composto por elementos como força, r-existência para a manutenção do corpo em defesa da vida, que se efetiva por ancoragem, amor, amizade e solidariedade, e que necessita da emissão de ações responsáveis dos gestores públicos municipais, estaduais e federal.

O levante das calçadas se desenvolve a partir da construção de r-existência (Porto-Gonçalves, 2013) efetivadas por ancoragens (Broide; Broide, 2010), amor (hooks, 2021), amizade e solidariedade (Safra, 2004), no exercício da força vital (Nascimento, 2021; Tempels, 2022), experiência (Benjamin, 1994) e desejo (Freud, 1900/1992), cujo foco é a manutenção do corpo (Nogueira, 2021) em defesa da vida, pelas não mortes (Sawaia, 2009a, 2009b) e que necessita de suporte material dos governos municipais, estaduais e federal.

São muitas as violações de direitos sofridas pelas mulheres negras (Gonzalez, 2020) ao estarem em situação de rua, caracterização conferida pelo Decreto 7.953/2009, ao deitar-se e no levante das calçadas, estabelecendo uma conexão perversa entre o que deve ser priorizado e o que é executado pelas políticas públicas (Stamato, 2016). As políticas públicas representam as possibilidades de soluções concretas para as dificuldades percebidas, nas áreas de saúde, educação, assistência social, trabalho e outras, cuja formulação deveria levar em conta a alteridade e a singularidade das pessoas.

A história no Brasil (Ferreira; Seijas, 2018) das mulheres negras, pode ser contada a partir dos territórios de existência e sobrevivência, denominado enquanto chão (Burgos, 2013), pela afirmação da negritude (Césaire, 2010) e da produção de negridade (Sharpe, 2023), desde 1.525. Concebemos negritude tal qual Aimé Césaire (2010, p. 19): “A negritude é a exigência ontológica do Ser Humano que fora transformado em ‘negro-animal’, ‘negro-vegetal’, ‘negro-coisa’, ‘negro-sujeira’, ‘negro-fealdade’, ‘negro-sem-história’ e, naturalmente ‘negro-sem-porvir’”.

Já o termo negridade, utilizado nesta pesquisa, faz referência “[...] a negação ontológica do ser a pessoas e comunidades Negras” (Sharpe, 2023), instituindo a categoria que, segundo Ferreira da Silva (2019, p. 86), “[...] existe no/como pensamento sempre-já um referente da mercadoria, objeto, outro, como um fato mais além da evidência [...] está figurada pelo sexual

no corpo feminino, seria capaz de anunciar uma variedade de possibilidades para o conhecer, o fazer e o existir”.

No que se refere ao chão e à destinação das mulheres negras, podemos verificar:

- a) primeiro, os porões dos navios negreiros, desde o desembarque, nos cais do porto, principalmente o de Salvador, na Bahia, lugar do apogeu da atividade mercantil (compra e venda de escravos) da época;
- b) segundo, as senzalas e casas grandes e o eito, onde todo tipo de trabalho, doméstico ou não, lhes foram impostos, sob a condição de objeto, mercadoria útil que, em caso de necessidade, podia ser vendida, alugada, doada, leiloada e até morta;
- c) terceiro, a rua, desde 14 de maio de 1.888, representado pela Lei Áurea, que abandonou homens, mulheres, crianças e idosos à sua própria sorte, sem-terra, sem-teto, sem trabalho, sem comida e sem cidadania, autorizando a imposição da indignidade sobre seus corpos femininos ou masculinos, negros e vulneráveis. Nogueira (2021, p. 32) nos ensina que “Grande parte do contingente de cativos libertos vagava desorientada, sem condições de autossustento e sem trabalho no campo, que começava, então a ser feito pelos imigrantes”.

Passados 136 anos, desde a assinatura da Lei Áurea, as mulheres negras, pelo vestígio da própria história, ainda são lançadas às calçadas e lutam para se levantarem delas, executando movimentos sensíveis, de r-existência e amor, em defesa de seus corpos e da vida. Entendemos por vestígio a negação da humanidade negra pela escravização e depois dela, Sharpe (2023, p. 37) ensina-nos que o vestígio é “viver a brutalidade histórica e geograficamente (des) contínua, mas sempre presente e revigorada de maneira infinita, em/sobre nossos corpos, ao passo que, mesmo quando esse terror é visitado em nosso corpo, as realidades desse terror são apagadas.

A r-existência, efetivada na execução do processo de levante das calçadas, é ato processual, exercido desde a chegada das primeiras mulheres negras escravizadas ao Brasil.

A mulher negra, neste estudo, é aquela que, vulnerável pela sucumbência das forças, foi lançada às calçadas e, mesmo sendo objeto de uma tripla discriminação (mulher, negra e pobre), e por vezes doente, em função da adicção, uso de drogas (Rui, 2021, p. 193), resiste e insiste em se fazer representar e tomar a palavra para emitir epistemologias únicas, ainda que diante da hegemonia das vozes do modelo neoliberal. Portanto, a pesquisa se debruça sobre o caso de mulheres negras, que passaram pela situação de rua e experienciaram o processo de levante das calçadas.

No ano de 2022, durante uma audiência pública municipal na cidade de Santos, uma

mulher negra, que realizou o levante das calçadas, no exercício do seu lugar de fala, afirmou, de forma veemente: “Eu não estou representando ou falando por outros, me represento, sei o que é dormir no chão!”. Esta fala, em toda sua potência, despertou o nosso olhar para o quanto a mulher negra, principalmente aquela que se levantou das calçadas, precisa insistir na sua representação e emissão da fala para habitar o Mundo em que ainda é/está invisibilizada.

Ao refletir sobre o movimento de levante das calçadas, operado por essas mulheres negras, pretendemos suscitar o debate a respeito do atual cenário econômico, social e político, no qual esse processo pode ser contemplado por políticas públicas.

No Brasil e no mundo, o número de pessoas morando nas calçadas das cidades se eleva, causado por migrações forçadas, extermínio em vida da mão de obra reserva do capital, desumanização, entre outros. A partir dessa realidade, fez-se necessário lançarmos luz a este processo, especificamente aos executados pelas mulheres negras, na busca da compreensão dos elementos subjetivos e objetivos e das encruzilhadas impostas nestas construções infames.

A pesquisa se norteou pelas seguintes questões: Como se dá a construção do processo de levante das calçadas? O que é ser mulher e negra, no deitar-se e no levantar-se das calçadas? Qual a percepção das mulheres negras, que levantaram das calçadas, a respeito do seu lugar de fala e representatividade junto às políticas públicas, no atendimento ao fenômeno População em Situação de Rua (PopRua)?

Buscamos acrescentar elementos para a reflexão e debate junto à sociedade e aos gestores públicos, quanto à necessidade de escuta e representatividade na construção de novas formas de atendimento e ofertas de serviços ao fenômeno da população em situação de rua, bem como dar visibilidade à herança sócio-histórica que o silenciou.

A nossa hipótese é de que o reordenamento do lugar de fala e representatividade das mulheres negras pode gerar contribuições inéditas para a construção de políticas públicas destinadas ao atendimento do fenômeno denominado como PopRua.

Para tanto, recorreremos à pesquisa qualitativa, de observação participante, adotando como instrumentos de investigação e produção de dados: a análise documental, a construção de narrativas e do diário de campo. A pesquisa contou com a participação de 3 (três) mulheres, autodeclaradas negras (pretas ou pardas), com vivência de calçadas mínima de 12 (doze) meses e que realizaram o processo de levante há mais de 1 (um ano), moradoras do Estado de São Paulo. A pesquisa de campo foi realizada na cidade de Santos, litoral do estado.

A pesquisa teve como base referenciais históricos e teóricos das Ciências Sociais, entre eles, da Psicologia e Geografia, bem como do conceito de interseccionalidade, que apresentaremos no próximo tópico. A história é o registro ontológico. Conhecê-la é

fundamental para conhecer a confusão, confusamente percebida, que nos atravessa, enquanto mulheres negras. Conhecer e reconhecer os caminhos e as contribuições dos povos negros é, segundo Césaire (2010, p. 13), “Recuperar o passado negro: única maneira daqueles que foram marcados com o ferro quente da infame escravidão racial se encontrarem ontologicamente”.

1.1 APORTES HISTÓRICOS E TEÓRICOS DO ESPECTRO TEMÁTICO DA PESQUISA

Maria Lúcia, representatividade, voz, experiência e desejo para sempre. Presente!
Presente! Presente!

*Não há uma atividade no país,
transformadora, que não tenha o coração,
o braço e a cabeça da mulher.
Clara Charf*

A Sra. Maria Lúcia deixou para as mulheres negras (seja em situação de rua ou que se levantaram das calçadas), com sua representatividade e fala, um legado ancorado em amor, amizade e solidariedade, experiência e desejo a serem exercidos em longevidade. O poema, em sua homenagem, registra a sua representação e fala, pela inclusão no fenômeno população em situação de rua.

Poema em homenagem a Maria Lúcia da Silva (Nobre *et al.*, 2020, p. 551-554).

MARIA LÚCIA, A GUERREIRA DAS RUAS

I

Estou começando esses versos com
Muita emoção, pois vou falar de uma
Guerreira que mudou nossa vida,
Nossa visão.

II

Seu nome?
Maria Lúcia Santos Pereira,
Mulher da rua, negra, baiana, brasileira.

III

A conheci em 2012
Na Terra do Sol, na cidade de Natal,
Sua fala me encantou, uma mulher sensacional.

IV

Lembro-me como se fosse hoje,
Eu ainda sem destino
E ela chega em mim e diz:
“Você consegue! Vamos lutar, esse menino!”

V

A partir daquele momento
Me despertei para lutar
É Lúcia sempre dizendo:

“Não desista! É difícil, mas precisamos continuar!”

VI

Com todo aquele carinho e confiança
Que ela depositou em mim,
Percebi que era preciso
Continuar na luta, sim!

VII

O que eu aprendi
Devo tudo a essa negra mulher
Foi ela que me ensinou
Que lutar por direitos
O quão importante é!

VIII

Mas Deus, em um certo dia percebeu
Que seu exército estava desfalcado
E resolveu convocá-la
Pra guerrear ao seu lado

IX

Pra nós pobres mortais
Sem muito compreender
E sem querer aceitar,
Nem ao menos entender a possibilidade de um dia te
Perder

X

Mas após refletirmos
Pelo olhar do Criador percebemos que felizmente não a
Perdemos
Simplesmente você voou

XI

Voou para um voo mais longo e mais alto
Um voo necessário e realmente essencial
Que é lutar no grande exército,
Exército celestial!

XII

Não se preocupe, Maria Lúcia,
Pois aqui na terra estaremos
Lutando lado a lado
Com você, para você e sempre por você!
Mas sabemos que sua missão
Agora é em outras frentes combater.

A partir de Salvador, descobrimos a representatividade e a fala potente de Maria Lúcia (1967-2018), na luta pelo direito de levante, não apenas das mulheres negras que vivem nas calçadas, mas da população em situação de rua como um todo.

A Sra. Maria Lucia Santos Pereira da Silva, mulher preta, tornou-se a justa medida da representatividade e o lugar de fala da mulher negra nas ruas e no levante das calçadas. Sua presença e voz continuam vivas e reconhecidas pelos integrantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR). Ela também emitiu a sua voz na Organização das Nações Unidas (ONU), onde atuou como colaboradora no Conselho de Direitos Humanos. Ela esteve em Genebra, em 04/03/2016, onde discursou: “Se vocês tivessem encontrado comigo há 16 anos, não dariam nada pela minha vida. Hoje estou aqui, na ONU, para falar sobre o direito das pessoas em situação de rua”.

A Sra. Maria Lúcia Pereira da Silva (1967-2018) viveu por 16 (dezesesseis) anos em situação de rua. Representante legitimada pelos seus pares como líder do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), símbolo da resistência na luta pela dignidade, defensora incansável dos direitos das pessoas em situação de rua, é a baluarte de uma história, tornando a cidade de Salvador (BA), uma referência em formulação e implementação de políticas públicas voltadas às pessoas em situação de rua até a atualidade.

Atualmente, podemos vislumbrar a força da sua representatividade na recente inauguração (2023) do Centro de Referência em Redução de Danos e População em Situação de Rua Maria Lúcia Pereira, equipamento estadual que leva o seu nome.

No dia 28 de novembro de 2023, em Brasília, na abertura do 2º Seminário Internacional Moradia Primeiro (*Housing First*), organizado pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), Maria Lúcia esteve presente na fala dos que a conheceram e reconheciam o seu trabalho, sendo lembrada e reverenciada na cerimônia de abertura.

Estivemos no XII Encontro anual dos catadores, ocorrido entre 19 e 22 de dezembro de 2022, em Brasília, onde se reuniram representantes dos Movimentos Sociais dos Catadores e da População em Situação de Rua. Ao perguntar, a algumas lideranças presentes no encontro, a respeito de Maria Lúcia, recebemos as seguintes afirmativas:

[...] mulher negra sofredora guerreira capaz de enfrentar muitas tempestades, como enfrentou até o último dia da vida dela, um exemplo para mim e para muitos irmãos que ainda estão na rua. (Gilvan, em processo de levante das calçadas, representante do Movimento PopRua de Salvador, 2023).

O que eu via na Maria Lúcia que me encantava acho que era a luta não é tipo assim ela inspirava ela te inspirava a luta ela inspirava a verdade e a Liberdade a expressão então Maria Lúcia foi uma grande guerreira lutadora que fez a diferença no meio dos nossos povos de rua na rua. (Denis, representante do movimento Pop Rua de Goiás, 2023).

As falas registram transformações que essa “leoa-guerreira”, como se autodefinia, causou e causa ao seu redor. O sofrimento, “até o último dia de vida”, provocou uma dor enorme, pela sua morte prematura aos 51 (cinquenta e um) anos, noticiada em vários segmentos (jornais, universidades, coletivos, conselhos de classe, etc.). Também enaltecem a capacidade política que possuía, sendo considerada a precursora da organização da população de rua, inclusive articulando outros movimentos, principalmente o dos catadores.

“Filha da rua” e “Vídeo de homenagem à Maria Lúcia Santos Pereira” são webdocumentários² a respeito de Maria Lúcia da Silva, que contam sobre a sua

² “Filha da Rua” é um webdocumentário sobre Maria Lucia Santos Pereira. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=C8O2_Ow8AGk. Acesso em: 21 nov. 2023. “Vídeo de homenagem à Maria Lúcia Santos Pereira” é um webdocumentário do Conselho Nacional de Saúde. Disponível em:

representatividade e voz, ensaios da dimensão de sua luta traduzida em epistemes e territorialidades únicas. Apresentam sua força na cobrança por reparações históricas, políticas e públicas para a população em situação de rua.

Ela afirmou: “[...] as pessoas em situação de rua não são casos de polícia, mas do descaso das políticas públicas”, indicando o quanto ainda temos que mudar racionalidades para que o levante das calçadas se torne uma realidade em dignidade no nosso país.

A inscrição de Maria Lúcia, nesta pesquisa, encontra-se na representatividade e lugar de fala que ela ocupou e ocupa junto às pessoas em situação de rua, coletivos, organizações e gestores públicos em âmbito municipal, estadual e federal, até internacionalmente, revelando a dimensão de possibilidades de contribuições significativas que, ao ser escutada presencialmente, deixou como herança para a população em situação de rua.

Representatividade e fala, que firmam a história de Maria Lúcia pela força da experiência e da sabedoria que se apresentam na legitimidade que lhe foi e é conferida pelos que a conheceram.

Walter Benjamin (1994, p. 141) nos revela que o conteúdo da experiência se manifesta como um dado onde se abriga a sabedoria:

Em nossos livros de leitura havia a parábola de um velho que no momento da morte revela a seus filhos a existência de um tesouro enterrado em seus vinhedos. Os filhos cavam, mas não descobrem qualquer vestígio do tesouro. Com a chegada do outono, as vinhas produzem mais que qualquer outra da região.

As ações de Maria Lúcia não foram apenas revelações, mas sim a transmissão em exposição da sabedoria experienciada de forma singular e que não deixa receitas prontas, mas sim, segundo Bondía (2002, p. 27) “[...] a experiência e o saber que dela deriva são o que nos permite apropriar-nos de nossa própria vida”, tornando sua existência algo tão raro e infinito quanto as suas falas, que expressam os mesmos desejos das mulheres negras que estiveram nas calçadas e se levantaram delas.

Os movimentos de Maria Lúcia, seguirão registrados e nos fazem refletir o quanto o desprazer, imposto pelo Outro às pessoas em situação de rua, impulsionou o seu desejo e se inscreveu e se inscreve, de forma permanente, na sua existência e de outras pessoas com trajetória de rua. Dor (1992, p. 141) nos ensina que “É a este movimento que chamamos desejo; a reparição da percepção é a realização do desejo, e o investimento total da percepção, a partir da excitação da necessidade, é o caminho mais curto em direção à realização do desejo”. Freud (1900/1992, p. 588) chama desejo: “a uma corrente [...] que arranca do desprazer e aponta o prazer”.

A história descreve a sua constituição como “sujeito do desejo e sofrimento”, enquanto “sujeito do sofrimento” denuncia, a partir da experiência, o desprazer de assistir a força policial, que alcança as pessoas em situação de rua, substituir as políticas públicas que deveriam atender, de forma planejada e científica, as pessoas em situação de rua. Enquanto “sujeito de desejo” na constante busca por ser uma “leoa-guerreira” para registrar a necessidade e demanda experienciadas nas ruas e que são desconhecidas pelos gestores das políticas públicas que permanentemente violam os seus direitos constitucionais, ocupou e ocupa espaços nos congressos e seminários até a atualidade.

1.1.1 Os levantes das mulheres negras desde a chegada ao Brasil

Ser mulher negra e levantar-se das calçadas é ser fruto de uma ancestralidade muito forte e que permanece viva como nós. Sharpe (2023, p. 43-44) nos ensina que:

[...] não tivessem sobrevivido ao aprisionamento e ao mar, como nós, estão vivas no hidrogênio, no oxigênio, no carbono, no fósforo e no ferro, no sódio e no cloro. Isso é o que sabemos sobre aquelas pessoas da África lançadas e jogadas ao mar na passagem do meio, elas ainda estão conosco, no tempo do vestígio, conhecido como tempo de residência da água.

Para estar aqui, muitas antes de nós tiveram o seu sangue jorrado, em hemorragias, por diferentes espaços, chãos e mares. As mulheres negras presentes nesta pesquisa se autodeclaram como pretas e/ou pardas. Incluímos as autoidentificações de pretas e pardas. Segundo Carneiro (2011, p. 67-68), “[...] se define hoje, política e sociologicamente, a categoria negra como somatório daqueles que o Censo classifica como pretos e pardos”. Gomes (2007, p. 242-243) registra a intensidade da escravidão no território brasileiro, ao relatar:

Entre os séculos XVI e XIX, cerca de 10 milhões de escravos africanos foram vendidos para as Américas. O Brasil, maior importador do continente, recebeu quase 40% desse total, algo entre 3,6 milhões e 4 milhões de cativos, segundo as estimativas aceitas pela maioria dos pesquisadores. [...] Os lucros do negócio eram astronômicos. Em 1810, um escravo comprado em Luanda por 70.000 réis, era vendido no Distrito Diamantino, em Minas Gerais, por até 240.000 réis, ou três vezes e meia o preço pago por ele na África. [...] Só em impostos, o Estado recolhia cerca de 80.000 libras por ano com o tráfico negreiro. Seria hoje o equivalente a 18 milhões de reais.

Entre as formas como podemos contar a história das mulheres negras no Brasil, a mais representativa é a da escravidão e o assujeitamento imposto no período colonial escravocrata. Outra é pela luta constante na busca pelos levantes, desde a chegada ao chão do território que chamamos Brasil.

A escravidão do povo africano foi a estratégia de maior “inumanização”, desumanização

e dominação imposta por seres humanos a outros seres humanos para a tomada de territórios e corpos. Povos lutam e lutaram por espaços tomando o chão, os despojos e as pessoas que, cativas, foram destinadas à execução das tarefas mais indesejáveis e perigosas até as mortes. O chão é o mundo onde a história dos humanos ou não se desenha todos os dias. Burgos (2013, p. 78) nos esclarece:

Portanto, há que se admitir que no chão [...] cabe um mundo! Pois nele está o desenrolar da vida sobrevivida por estes trabalhadores sobrantes nos interstícios do urbano [...]. Nele está o lugar da vida e da morte, da luta e do luto, das virtudes e dos vícios, do conflito, do drama e da festa. Porque o irreduzível da vida persiste na negatividade do urbano. Caso contrário, seria a admissão da exclusão absoluta, mas não é disso que se trata.

Ao conjugarmos mortes no plural, nós o fazemos segundo Sawaia (2009b, p. 101), para quem o “Corpo é matéria biológica, emocional e social, tanto que sua morte não é só biológica, falência de órgãos, mas social e ética. Morre-se de vergonha, o que significa morrer por decreto da comunidade”. As mulheres negras que se levantaram das calçadas para habitar a cidade e os espaços com falas e representatividade necessitam de acolhimento com escuta de amor. Somente desta forma poderão proteger os seus corpos dos decretos de morte biológica e na comunidade.

Denominamos inumanização o processo pelo qual negras e negros são responsabilizados pelos efeitos causados pelas condições precárias e vulneráveis nas quais viveram e vivem atualmente. Nogueira (2021, p. 103), ao se referir à “inumanização” do negro, ensina-nos:

Para entendermos a posição do negro no que diz respeito às representações associadas ao corpo, tal como a percebemos hoje, é necessário levarmos em conta a herança do sistema socioeconômico escravagista, que não só atribuía ao negro o lugar de mão de obra escrava, com todas as implicações sociais de condições de vida miserável, mas que também construiu teorias que, em última instância, tinham como objetivo tomar o efeito pela causa, ou seja atribuir as condições de vida que os negros efetivamente experimentavam a limites e tendências “naturais”.

Butler (2019), ao referir-se à desumanização, revela-nos que essa se dá pelo não reconhecimento da fragilidade do sujeito, entregando-o ao limiar da exposição, da dor e da subtração.

Mulheres e homens negros foram impedidos em todos os tempos de se tornarem pessoas políticas, principalmente pela impossibilidade de existirem enquanto primeira pessoa no discurso. Foram impedidos de pronunciarem o seu “Eu” (aquele que fala), sendo reduzidos à terceira pessoa (“Eles” = aqueles de quem se fala). “Eles foram” transportados, nomeados, capturados, reduzidos, destituídos, mortos, violados, caçados, comprados, salvos, libertados,

lançados e embarcados. Evidentemente “algo” perdurou, mas esse “algo” não é mais (ou ainda não é) uma pessoa (Ferdinand, 2022, p. 158).

O marco da história da escravidão e sua violência contra o povo africano é a licença de morte, violação e desumanização assinada há 571 anos. No ano de 1452, o Papa Nicolau garantiu ao Rei de Portugal Afonso V, via bula *Dum Diversas*³, a permissão plena para escravidão perpétua de sarracenos e pagãos. Posteriormente, em 1455, foi ratificada pela bula *Romanus Pontiflex*, que reafirmou e legitimou a aquisição pela força de guinéus e negros. A captura não foi a única forma de produção de escravos. A crescente demanda fez com que, na África Ocidental e Central, fossem criadas outras formas de escravização.

Tanto na África Ocidental e Central, a produção de escravos assumiu múltiplas formas, desde a escravização induzida por guerras até a escravização judicial e a raptos. Por causa da crescente demanda de mão de obra nas Américas, a definição de crime se ampliou e a escravização tornou-se uma sentença aplicada a um espectro mais amplo de transgressões (Ferreira; Seijas, 2018, p. 59).

Ao referir-nos aos corpos negros, nós o fazemos segundo Nogueira (2021, p. 97), ao afirmar que: “Para a psicanálise, o corpo é irrepresentável. Impossível de ser capturado numa representação, o real do corpo permanece, fantasmaticamente, ligado às experiências arcaicas de despedaçamento anteriores à fase do espelho”.

O corpo e sua carne, revestida da cor negra, é o que demanda o esforço intelectual deste trabalho, que recebeu, no exame de qualificação, a denominação de encarnado, fazendo-nos refletir a respeito do registro de Sharpe (2023, p. 49):

Devemos pensar sobre a carne Negra, a lente Negra e as maneiras como produzimos trabalho encarnado, pensar as maneiras como o cativo não pode nos conter e não nos contém, mesmo que permaneça na forma da semiótica do porão do tumbeiro, da prisão, do ventre, e em outros lugares na/como a tensão entre a existência e a instrumentalidade que é a existência Negra no vestígio.

O outro que sustenta e confirma o corpo das crianças negras é o mesmo que carrega o fantasma do significante dado pelo lugar de Outro. Desde 1452, a permissão plena a seu respeito significa: “[...] buscar, capturar e subjugar [...] onde quer que estejam, como também seus reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades [...] e reduzir suas pessoas à perpétua escravidão, e apropriar e converter em seu uso e proveito e de seus sucessores”⁴. A criança vê a mãe ou o que o valha como a totalidade daquilo que ela será, recebendo suas significações.

³ Bula *Dum Diversas*, de 16 de junho de 1452, do Papa Nicolau ao Rei de Portugal Afonso V.

⁴ Trechos extraído da Bula *Dum Diversas*, de 16 de junho de 1452, declaração do Papa Nicolau ao Rei de Portugal Afonso V.

Outro [escrito com letra maiúscula], alude a um lugar e não a uma entidade. Diz-se lugar para significar uma ordem de elementos significantes que são os que articulam o inconsciente e marcam a determinação simbólica do sujeito. Refere-se ao Outro, no sentido de ordem simbólica, lugar do significante (Vallejo; Magalhães, 1979, p. 105-106).

A história de violência contra as mulheres negras, desde a chegada ao Brasil, pode ser contada a partir do chão, depósito de corpos e pés, e dos lugares que lhes foram destinados, sendo: primeiro, os porões dos tumbeiros⁵; posteriormente, o cais do porto, principalmente o de Salvador, na Bahia, lugar do apogeu da atividade mercantil (compra e venda de escravos) da época; depois, as senzalas e casas grandes, onde todo tipo de trabalho, doméstico ou não, foi-lhes imposto, sob a condição de objeto, mercadoria útil que, em caso de necessidade, podia ser vendida, alugada, doada e leiloada; e, enfim, a rua, desde 1888, a partir da Lei Áurea, que legitimou o abandono de mulheres, homens, crianças e idosos à sua própria sorte, lançando-os às ruas, sem terra, sem teto, sem trabalho, sem comida e sem cidadania.

As vidas de africanos foram violadas desde a África, quando se dá sua captura com o uso desigual da força, despedaçando suas vidas. Para Weil (2022, p. 15),

Todas as crueldades que um conquistador pode exercer com as populações subjugadas, massacres, mutilações, fome, escravidão ou deportações abundantes, são geralmente consideradas medidas da mesma espécie, ainda que a liberdade ou o país natal não sejam necessidades físicas. Todos têm consciência de que há crueldades que despedaçam a vida do homem sem despedaçar o seu corpo.

Aqui, vamos iniciar os nossos registros por Pedro Álvares Cabral, problematizando a escolha de Boulos (2015, p. 34), em “Não vamos falar aqui de Pedro Álvares Cabral”, pois tudo que diz respeito à vida das mulheres e homens negros, escravizados ou não, no Brasil, começou pela escravização do imperialismo colonial e seus efeitos nefastos. Faz-se necessário registrar, seja qual for o estudo a respeito das mazelas brasileiras, que a presença de negras(os), originada no período colonial, foi produzida a partir da violência e opressão ao povo africano que perdura no tempo pelo vestígio que não se deixa morrer.

Ferreira e Seijas (2018, p. 65), observam que “O tráfico de escravo entrelaçou-se ao tecido político da América Latina de maneira complexa promovendo a emergência de poderosos grupos de elite que lançaram mão de benefícios econômicos da escravidão para adquirir poder na sociedade colonial”.

Trazer pessoas na condição de escravas foi a forma de se implantar, no espaço território,

⁵ Os navios que transportavam africanos até o Brasil eram chamados de negreiros e seus porões de tumbeiros, porque grande parte das negras e negros, amontoados em porões, morriam durante a viagem.

o habitar colonial. Segundo Ferdinand (2022, p. 51), o “[...] habitar colonial, foi consagrado por três atos principais: apropriação de terras, massacre e desbravamento”.

No Brasil, o que se refere à apropriação das terras, estas eram repassadas no período colonial, primeiramente pelo sistema de sesmarias e, posteriormente, pela Lei de terras. Cabral, bem como outros colonizadores europeus, ao chegar em nosso país, autointitulou-se descobridor, negando a existência dos povos originários. E, na legitimação deste título, os “descobridores” empregaram a “força de assalto” para levar a cabo tal projeto, com a exploração dos povos indígenas.

Aqui nesta região do mundo, que a memória mais recente instituiu que se chama América, aqui nesta parte mais restrita, que nós chamamos de Brasil, muito antes de ser “América” e muito antes de ter um caminho de fronteiras que separa os países vizinhos e distantes, nossas famílias grandes já viviam aqui, são essa gente que hoje é reconhecida como tribos. As nossas tribos. Muito mais do que somos hoje, porque nós tínhamos muitas etnias, muitos grupos com culturas diversas, com territórios distintos (Krenak, 1992, p. 201).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1999), “[...] foi estimada uma população de mais de 2 milhões de indígenas, na época da chegada de Cabral, [até que] chegou-se à 1998 com 302.888 indígenas, considerando outras pessoas que vivem nas terras indígenas”. Hoje, de acordo com o Censo 2022, “[...] foram contatados 1.693.535 indígenas, representando 0,83% da população brasileira” (IBGE, 2023b).

Pretas(os) e pardas(os), até os dias atuais sofrem com as ações genocidas. De acordo com Carneiro (2011, p. 92), “A análise dos dados sobre mortalidade, morbidade e expectativa de vida sustenta a visão de que a negritude está inscrita no signo da morte no Brasil”.

Segundo o IBGE (2000), “[...] o Brasil foi o país que mais importou escravos, no continente americano. Entre os séculos XVI e meados do século XIX, cerca de 4 milhões de homens, mulheres e crianças, o equivalente a mais de um terço do comércio negro”.

O desbravamento da terra e posse em latifúndio se deu pelo abate das culturas nativas para o exercício da monocultura. Para Ferreira e Seijas (2018, p. 50), “[...] o açúcar mais que qualquer outro produto, corporifica a estreita conexão entre a emergência de um mercado de trabalho internacional (baseado na escravidão) e o desenvolvimento das economias de plantation que entrelaçam a Europa, a África e as Américas”.

A ordem política e econômica, na exploração das monoculturas de café e cana-de-açúcar, foi construída na dependência do tráfico de escravos. “A emergência do complexo da *plantation*, definido como uma ordem econômica e política, baseada nos latifúndios monocultores escravistas nas regiões tropicais do Novo Mundo, dependia fundamentalmente do tráfico de escravos” (Ferreira; Seijas, 2018, p. 50).

A monocultura e, posteriormente, a mineração representam não só a escravidão e morte dos povos originários como também a destruição da flora e fauna. Segundo Ferdinand (2022, p. 52), “[...] é preciso ‘matar’ a árvore para que o habitat colonial possa acontecer”. Para ele, “A mineração do ouro, assim como o cultivo de açúcar e depois do café, sustentara a demanda brasileira por escravos” (Ferreira; Seijas, 2018, p. 58).

Formada a tríplice perversidade, composta por latifúndio, trabalho escravo e monocultura, negras e negros foram divididos em categorias de escravos/os, de acordo com Freitas⁶ (1978 *apud* Gonzalez, 2020, p. 52): “[...] os produtivos e os não produtivos, isto é, os que trabalhavam diretamente para a sustentação econômica do regime, escravos do eito, e os que eram dirigidos para a prestação de serviços, feitores, criados, ganhos, etc.”. Lélia Gonzalez (1935-1994), filósofa e antropóloga brasileira, é referência nacional e internacional nos estudos e debates a respeito de gênero, raça e classe, muitas vezes, reverenciada inclusive por Angela Davis⁷, ao argumentar: “Eu me sinto estranha quando sinto que estou sendo escolhida para representar o feminismo negro. E por que aqui no Brasil vocês precisam buscar referência nos Estados Unidos? Eu acho que aprendo mais com Lélia Gonzalez do que vocês poderiam aprender comigo”.

A história nos revela uma personagem de múltiplas utilidades nas explorações, em qualquer momento histórico: a mulher negra e sua inclusão nas duas categorias e além.

Às mulheres negras escravizadas foi reservada a violência e exploração pela utilização como força e instrumento de trabalho, reprodução humana, satisfação sexual, entre outros. De acordo com Saffiotti (1976, p. 90), “O retorno econômico de uma mulher cativa foi consideravelmente mais elevado do que a do escravo, por ser a negra utilizada como mulher, e como reprodutora de força de trabalho”.

Durante a escravidão, cada mulher negra, além do trabalho, gerou filhas(os) que foram utilizados como força de trabalho para a escravização. Pensamos que a expressão lucro sobre lucro pode ser vivenciada desde então. Como afirma Gonzalez (2020, p. 53), às mulheres negras, “[...] cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos, etc. quase mortos de fome e de cansaço”. Denominamos lucro todo o ganho positivo e vantagem obtidos em uma negociação.

Na atualidade, a herança do período escravocrata se revela na exploração da mão de obra das mulheres negras empregadas no trabalho doméstico ou não, com remuneração abaixo

⁶ FREITAS, Décio. **Palmares**: a guerra dos escravos. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

⁷ Declaração de Angela Davis, em visita ao Brasil em 1997 em reverência às nossas mais velhas e ancestrais pela abertura de caminho pela construção de epistemes únicas e por muitos anos esquecidas. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/quem-sao-as-mulheres-negras-brasileiras-reverenciadas-por-angela-davis/>. Acesso em: 21 dez. 2023.

do homem negro, da mulher branca e do homem branco. Os ventres negros são geradores do excedente da mão de obra de reserva para geração do capital.

Na contramão, em r-existência, assistimos as contribuições epistemológicas das pensadoras e escritoras negras são registros de r-existências, dado o lugar próprio que construíram, que por anos foram esquecidos nas prateleiras e lidos em pequenos círculos. Somente no ano de 2024, a escritora Conceição Evaristo passou a ocupar cadeira de imortal na Academia Mineira de Letras e em 2023 se tornou a primeira mulher negra a receber o prêmio intelectual do ano, o Troféu Juca Pato, organizado pela União Brasileira de Escritores (UBE). A escritora Ruth Guimarães tomou posse, em 2020, de uma cadeira na Academia Paulista de Letras. Elas escrevem sobre suas vivências negras, que não são reconhecidas pelo pensamento hegemônico, predominantemente euro-centrado branco.

Para Afonso (2020, p. 4),

[...] o ostracismo social evidenciado por escritoras negras em diversos momentos literários constitui a manutenção da hegemonia branca, patriarcal e racista e que por isso devem ser reconhecidos e enfrentados, pois a produção afro-feminina narra a vivência das tradições culturais, além de denunciar as problemáticas que versam sobre a condução dos negros no Brasil e que por isso precisam ser incluídas na memória cultural e literária do país.

Não podemos esquecer que, a partir de meados do século XVII, e até o final do tráfico, os escravos eram oriundos de Angola e Baía de Benin, na África Central. “[...] o Brasil se beneficiava da antiguidade da presença portuguesa na África Central” (Ferreira; Seijas, 2018, p. 57). Ademais,

[...] o tráfico para o Brasil teve um impacto direto na forma como os cativos construíram suas vidas sob a escravidão no Brasil. A existência de um conjunto relativamente comum de traços culturais moldou formas particulares de resistência e a religiosidade escrava. No século XVII, o Quilombo dos Palmares, no nordeste do Brasil, foi constituído por elementos de sociedades centro-africanas. (Ferreira; Seijas, 2018, p. 59-60).

A escravidão, a partir da Bahia, mais especificamente do porto de Salvador, chão que mais recebeu e comercializou pessoas negras, tornando-as escravas e escravos, obrigando-os a desenvolver epistemes e lugares únicos para manutenção do corpo em defesa da vida.

Foi preciso se movimentar para não morrer. A partir do desempenho da fisiologia, negras(os) escravizadas(os) buscaram a manutenção do corpo em defesa da vida. Baldo (2001, p. 3), sobre fisiologia, esclarece que “[...] toda e qualquer atividade motora é produzida pela ação de um único tipo de tecido, que constitui o músculo estriado esquelético (excetuando-se [...] a musculatura lisa e estriada cardíaca, cuja atividade é modulada pelo sistema neurovegetativo)”. O sentar, o andar, o correr, o pensar, o deitar, entre outros, são

exemplos da fisiologia em desempenho. Chegamos até aqui pelo desempenho da fisiologia de mulheres e homens, confirmada pela frase do viajante alemão, em visita à Salvador (BA), Avé-Lallemant (1980, p. 22): “Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro”.

As mulheres negras, nas senzalas e casas grandes, foram submetidas a todo tipo de trabalho, doméstico ou não, sob a condição de objeto, mercadoria útil que, em caso de necessidade, como dissemos anteriormente, podia ser vendida, alugada, doada e leiloadas.

É pelo trabalho denominado “ganho”, que são mandadas às ruas, pelos senhores e senhoras, para executar tarefas previamente designadas e de quantia estipulada. O excedente ao valor imposto era apropriado pela escravizada, possibilitando o acúmulo dos bens necessários para obtenção da alforria. A postura municipal de 1857, que exigia a aquisição de placa para que se pudesse ganhar nas ruas, não foi imposta às mesmas, tratadas como excedente da mão de obra utilizada em conveniência.

No ano de 1857, aos 11 de março, foi lançada uma medida legislativa, denominada Postura Municipal, que regulamentava o ofício dos escravos de ganho. Tal documento previa a obrigatoriedade de licença e a obtenção de chapa de metal numerada, disposta em lugar visível, sendo tal licença concedida pela Câmara Municipal de Salvador para o exercício da atividade de ganho. Segundo Reis (1991), esta lei foi direcionada apenas ao trabalho de ganho masculino, não afetando o ofício das ganhadeiras, reafirmando a desigualdade existente entre ambos.

Quadro 1 – A postura original

<p>Ninguém poderá ter escravos ao ganho sem tirar licença na Câmara Municipal, recebendo com a licença uma chapa de metal numerada, a qual deverá andar sempre com o ganhador em lugar visível. O que for encontrado a ganhar sem chapa sofrerá oito dias de prisão no Aljube, sendo escravo, e sendo livre, outros tantos na Casa de Correção. Quando o ganhador for pessoa livre deverá apresentar fiador, que se responsabilize por ele, a fim de poder conseguir a licença, e a chapa, a qual será restituída quando por qualquer motivo cesse o exercício de ganhador. O ganhador que for encontrado com chapa falsa será condenado em oito dias de prisão, e 30\$000 réis de multa, além das penas, em que incorrer pelo Código. Paço da Municipalidade da Bahia, 11 de março de 1.857. Joaquim Ernesto de Souza, presidente Francisco Antonio Pereira Rocha Manuel Jeronimo Ferreira Dr. José Eduardo Freire de Carvalho</p>

Fonte: APEB, Governo da Província. Correspondência recebida da Câmara de Salvador, 1856-1857, março 1503; Jornal da Bahia, 20 mar.1857, p. 2; Mas, Atas da Câmara 1855-7, v. 948, fl. 246v.

As mulheres negras, de pele mais escura, ao se tornarem ganhadeiras (pois não se viam mestiças nesta função), ao se locomoverem pelos espaços, construíram a solidariedade entre os

pares, pela circulação da palavra e o repasse de informações e deliberações, desenvolvendo ações na constante luta pela liberdade.

A exposição de seus corpos, em movimentos pelas ruas, deixa-as mais vulneráveis e propensas à violência, mas nem por isso deixaram de insistir no sonho de liberdade e vida, perseguido até os dias atuais, e para isso realizaram levantes, desde os quilombos, que datam de 1559. Como assinalado por Gonzalez (2020, p. 51), “[...] já em 1559 se tem notícia da formação dos primeiros quilombos, essas formas alternativas de sociedade [...] os quilombos existiram em todo o país como a contrapartida, o modo de resistência organizada do povo negro contra a superexploração de que era objeto”.

Entre 1864 e 1870, a Guerra do Paraguai fomenta novas discussões a respeito do abolicionismo, pois as mulheres negras foram para a frente de combate como vivandeiras⁸.

É na condição de vivandeiras que podemos confirmar o quanto a mulher negra esteve e está presente nos processos de levante e na recusa em negritude da condição de escravidão imposta.

É pelo reconhecimento de seus valores, pelo exercício da função de “voluntárias da pátria”, promovida com a finalidade de aumentar as fileiras do exército brasileiro em defesa da pátria na Guerra contra o Paraguai, que refletimos a respeito da negritude que acompanha suas existências até os dias atuais. Césaire (2010, p. 13) nos alertou de que é necessário

[...] reconhecer os valores específicos desenvolvidos pelos povos de pele preta e ensinar-lhe a amar a África de culturas milenares. Recupera-se aí, categoricamente, a existência de um “passado especificamente negro”. Um passado marcado ora pela glória, ora pelo trágico.

Tal função ofertada pelo Governo Imperial foi um aceno de vantagens: dobro do soldo normalmente pago aos soldados, indenização para a família dos mortos em combate, gratificações e terras aos sobreviventes. As mulheres, ao atuarem no campo bélico, dividem com os homens negros a possibilidade de promoção social.

A adesão dos negros ao corpo de voluntários da pátria agrega inclusive a permanência do segmento feminino no campo bélico. Ingressar nas fileiras do Exército seria uma possibilidade de promoção social, status difícil de ser conquistado por mestiços e negros libertos daquela época. Até mesmo mulheres, tecnicamente impedidas de alistarem-se, são interpeladas pela imagem, mas segundo os critérios hierarquizados da sociedade, teriam que ser negras ou mestiças e atuar como vivandeiras no corpo dos batalhões zouavos. (Carvalho, 2008, p. 107).

⁸ De acordo com Carvalho (2008, p. 29), vivandeira vem do francês *vivandière*. Não se sabe precisamente como e quando o termo surgiu. *Viande* é o termo francês para carne, ou *meaning latin* para alimento de vivenda, da raiz. Durante os séculos subsequentes, *vivandière* receberia uma variedade de *meanings*, geralmente do *giver hospitality*, da *giver* vida, e mais tarde quem vende alimentos e bebidas às tropas.

O recrutamento das mulheres negras pode ser vislumbrado na Revista Semana Ilustrada⁹. O alistamento de negros como voluntários era motivo de prestígio para seus Senhores, bem como demonstração de patriotismo e romantização, pela comparação aos zuavos angelinos¹⁰.

Figura 1 – Zuavo Bahiano e Vivandeira



-- Que é isto, moleque? Em que traje te vejo?
 -- Nhôhô, vendo os zuavos Bahianos, foi o nosso maior desejo formar também um corpo de zuavos
 Pernambucenses; não queremos ficar atrás. Toda a crioulada vai inscrever-se. Minha mulher nos acompanha
 como vivandeira.

Fonte: Revista Semana Ilustrada (RJ), Número 225, Quinto Ano, de 02/04/1865, Fundação Biblioteca Nacional.

O levante na guerra trouxe a essas mulheres a Lei do ventre livre, mesmo que seus efeitos não tenham sido imediatos. “Apenas um ano após a guerra, em 1871, é sancionada a Lei do ventre livre que propiciava aos filhos de escravizados nascidos a partir daquela data a liberdade, desde o nascimento em tese, porquanto somente poderia ser desfrutada após vinte e um anos completos (Nabuco, 2000, p. 4).

Gonçalves e Silva (2000), a partir do artigo “Movimento negro e educação”, trazem-nos importante reflexão a respeito da exclusão e do abandono a partir da educação, ao registrarem o posicionamento de descontentamento das(os) proprietárias(os) de escravas(os), ao empreenderem complexo processo de negociação com parlamentares para a retirada de previsão de responsabilidade para com a instrução das crianças nascidas das mulheres escravizadas.

⁹ A Revista Semana Ilustrada, publicada todos os domingos, circulou na cidade do Rio de Janeiro entre 1860 a 1875. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/702951/per702951_1865_00225.pdf. Acesso em: 22 fev. 2023.

¹⁰ Zuavo é o termo que designa um tipo específico de soldado de infantaria do exército francês, conhecido por seu uniforme icônico e bravura em combate. No Brasil a primeira infantaria de Zuavos Baianos foi despachada de Salvador pelo Decreto nº 3.371/1865, com seu “uniforme estranho largas bombachas vermelhas presas por polainas que chegavam à curva da perna, jaqueta azul, aberta, com bordados de trança amarela, guarda-peito do mesmo pano, o pescoço limpo sem colarinho nem gravata e um fêz na cabeça. Eram todos negros e chamavam - Zuavos baianos. Os oficiais também eram negros”. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/OS-ZUAVOS-BAIANOS-palmares.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

O período marca a preocupação com a educação dos nascidos livres. De acordo com o escritor José de Alencar, deputado e indianista, contrário à Lei do Ventre Livre, os negros tinham que ser redimidos de sua ignorância, dos vícios e da sua animalidade – reforçando uma ideia de que nasciam assim e a educação deveria corrigir esses defeitos. (Gonçalves; Silva, 2000, p. 136). Após discussões e ameaças da não aprovação da Lei do Ventre Livre, foi aprovada a Lei nº 2.040/1871, que traz em seu texto:

Art. 1º os filhos de mulheres será que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre. Parágrafo 1º os ditos menores ficaram em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de cria-los e tratá-los até a idade de 8 anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, ele dará destino, em conformidade da presente lei. Ação indenização pecuniária acima fixada será paga em títulos de renda com o juro anual de 6%, os quais se considerarão extintos no fim de 30 anos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquele em que o menor chegar a idade de 8 anos, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbítrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor. (Brasil, 1871)

Tal lei, ao tornar facultativa a entrega das crianças ao Estado, fez com que permanecessem na exclusão e em abandono, pois, conforme afirmado por Gonçalves e Silva (2000, p. 137):

Os documentos e os estudos nos mostram que os proprietários de escravos não entregaram as crianças ao estado, tampouco a educaram. O registro de matrículas de crianças beneficiadas pela Lei do Ventre Livre, entre 1871 e 1885, apresentado no Ministério da Agricultura de 1885, revela que, na capital e nas 19 províncias, o contingente de matriculados chegava a 403.827 crianças de ambos os sexos. Destes, apenas 113 foram entregues ao Estado mediante indenização no mesmo período (Quadro de Matrícula dos Filhos Livres de Mulher Escrava (*apud* Fonseca, 2000, p. 77).

Nascer sob a égide da lei do ventre livre foi ser objeto do direito de se tornar escravo a partir da vontade da(o) proprietária(o).

No dia 13 de maio de 1888 foi promulgada, para o atendimento do capital estrangeiro, a Lei nº 3.353, conhecida como a Lei Áurea de libertação dos escravos. Essa lei determina a abolição e a conseqüente extinção do que se chamava escravidão nas colônias, substituindo-a pelo racismo que perdura até a contemporaneidade, criando uma das maneiras mais destrutivas de habitar a Terra. (Ferdinand, 2022, p. 30).

Chiavenatto (1987) aponta a quantidade de negros libertos e a classe social que deixaram de herança para muitos que em r-existência estão em situação de rua até os dias de hoje.

Os negros libertos, pouco mais de 700 mil, estavam na última escala social, assumiam a liberdade sem nenhuma profissionalização e enfrentariam a concorrência da força de trabalho dos que os precederam na liberdade – mulatos e negros, que já não encontravam meios de sobrevivência digna no Brasil. (...) Dentro desse panorama, os

negros libertos foram postos à margem da produção e houve uma sensível demora até que um parque industrial e o desenvolvimento da lavoura fossem suficientes para absorver o excesso de mão de obra, captar parte do lumpem do lumpemproletariado (os escravos libertos) e enquadrá-lo lentamente no sistema de sociedade de classes. (Chiavenato, 1987, p. 232-233).

De acordo com o censo demográfico de 1889, mais próximo ao período da abolição, a população brasileira era de 13,7 milhões (Monteiro Neto, 2010) e conforme apontado por Chiavenato (1987), a Lei Áurea lançara à própria sorte cerca de 5,11% de sua gente.

É pelo resgate da história registrado por Fernandes (2008) que entendemos a situação instalada após 14 de maio de 1888, onde a falta de planejamento na transição das pessoas escravizadas que deviam sair da posse das(os) Senhoras(es) e nos deparamos com a destinação de 5,11% de negras e negros à espoliação extrema, condição que se arrasta até os dias de hoje com a manutenção das pessoas em situação de rua.

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegesse na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho [...]. Essas facetas da situação [...] imprimiram à Abolição o caráter de espoliação extrema e cruel (Fernandes, 2008, p. 29).

Desde então, formara-se o ambiente ideal de apropriação realizada pelo capital que “[...] reduz a maioria das pessoas do mundo a mero reservatório de mão de obra, ao mesmo tempo em que descarta os inúteis” (Löwy, 2015, p. 104).

Esse “descarte de inúteis” formou uma categoria não contabilizada, que se encontra no limbo desde 1888 e que ocupa as ruas das cidades como local de moradia; são pessoas inseridas no recente grupo social denominado Fenômeno População em Situação de Rua - PSR, formado por homens, mulheres, idosos e crianças, demandantes de políticas sociais.

1.1.2 Calçadas: um lugar determinado que transcende gerações

Estudar o Fenômeno População em Situação de Rua é registrar, dentre tantas outras questões, que a cidade de São Paulo teve um papel muito relevante no alçamento dessas pessoas a cidadãs de direitos.

A Organização do Auxílio Fraternal (OAF), fundada na década de 1950, era composta por leigos e irmãs da ordem de São Bento. Lideradas pelo Padre Ignácio, desenvolveram inúmeras atividades junto aos “mais abandonados”, a exemplo da coordenação de um espaço de trabalho coletivo denominado de Oficina de São Bento, uma residência para meninos (a Casa

dos Jovens), e um abrigo noturno para pessoas em situação de transitoriedade. As irmãs se autointitulavam como “Oblatas”, aquelas que tudo abandonam e seguem os passos de Jesus. Entre elas, destacamos a irmã Fortunata ou Fortuna, como era conhecida. Registramos aqui o seu falecimento em 2021.

Essas freiras eram “bem diferentes das outras”, como diz Fortunata, pois além de não vestirem hábitos, desenvolviam atividades não muito convencionais com os “mais abandonados”, justamente numa época em que freiras e mulheres religiosas não costumavam andar com certas classes de pessoas, tais como prostitutas e crianças sem família. (De Lucca, 2011, p. 3).

Para se aproximarem dos mais abandonados, vendiam balas, doces e cafés. É pela imersão na cidade que vão descobrindo a existência de todo um mundo de relações “marginais” e redefinindo seu campo de ação, cada vez mais em direção ao “povo sofrido e sem casa da região central” (De Lucca, 2011, p. 4). “Aqui os pobres não são notados, sua presença está escondida. A simples vista não percebe que atrás da porta de uma antiga mansão mora, uma centena de pessoas, nem que outras centenas de homens e mulheres transitam pelas ruas, sem destino” (OAF, 1982, p. 97).

É no cargo de vereadora da cidade de São Paulo (1982-1986) que a assistente social Luiza Erundina, ligada às Oblatas e apoiadora dos catadores, percebe com ênfase a realidade das pessoas que vivem nas ruas do Centro de São Paulo e as suas demandas. Ao se eleger prefeita, busca instaurar serviços especializados para a população em situação de rua, a partir de convênios com organizações. A primeira mensuração (3.392) de pessoas em situação de rua no Brasil é realizada em São Paulo, no mandato da então prefeita Luiza Erundina (1989-1993). “Assim, o problema da gestão da população em situação de rua entrou definitivamente no domínio das práticas e reflexões governamentais. Daí, também, a publicização do tema, sua ampliação e amplificação. (De Lucca, 2011, p. 20-22).

O Padre Júlio Lancelotti, desde a virada dos anos de 1990 até os dias atuais, atua como agente ligado às demandas da população em situação de rua, carregando o título de “Vigário do Povo da Rua”, configurando-se como um articulador e mobilizador de entidades no atendimento à população em situação de rua. No dia 11 de novembro de 2023, foi assinada, simbolicamente, a lei federal¹¹ que leva seu nome, e que se destina a proibir o emprego de

¹¹ Lei nº 14.489 de 21 dezembro de 2022. A promulgação da norma, batizada de Lei Padre Júlio Lancellotti, é resultado da derrubada de um veto do presidente da República, Jair Bolsonaro, em sessão do Congresso realizada no dia 16 de dezembro. Publicada no *Diário Oficial da União* do dia 22 de dezembro de 2022, a lei teve origem em um projeto de lei, PL 488/2021, de autoria do senador Fabiano Contarato (PT-ES). A proposta foi relatada pelo senador Paulo Paim (PT-RS). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/22/lei-padre-julio-lancellotti-que-proibe-arquitetura-hostil-e-promulgada>. Acesso em: 5 jan. 2024.

materiais, estruturas e equipamentos e técnicas construtivas hostis nos espaços livres de uso público, que tenha como objetivo ou resultado o afastamento de pessoas em situação de rua, pessoas idosas, jovens, crianças, pessoas com deficiência e outros segmentos da população.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvío Almeida, assinaram simbolicamente, nesta segunda-feira (11), o decreto que regulamenta a Lei Padre Júlio Lancelotti em cerimônia no Palácio do Planalto com a presença do ativista pelos direitos das pessoas em situação de rua (Brasil, 2023c).

O Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) atua em defesa da População em Situação de Rua e está presente em 18 estados da federação, consolidado em 2005, após mobilização de lideranças em três Estados (MG, SP e RJ), em decorrência de episódios de violência contra a população em situação de rua, sendo o mais violento na Praça da Sé em São Paulo (SP).

Em 2004, na cidade de São Paulo, ocorreu a barbárie conhecida como chacina da Praça da Sé. O episódio vitimou fatalmente sete moradores de rua e foi seguido de outros atos semelhantes em vários pontos do País. A partir daí grupos da população de rua em São Paulo e Belo Horizonte iniciaram a mobilização para consolidar o Movimento Nacional da População de Rua. Em setembro de 2005 novamente a história da rua e dos catadores se cruzaram. Convidadas a participar do 4º Festival Lixo e Cidadania, as pessoas em situação de rua de Belo Horizonte mobilizaram outros companheiros do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Cuiabá. Foi neste encontro que houve o lançamento do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) como expressão dessa participação organizada em várias cidades brasileiras. (Movimento Nacional da População em Situação de Rua, 2012).

São Paulo é o principal centro financeiro do Brasil e está entre as cidades mais populosas do mundo, com diversas instituições culturais e uma rica tradição arquitetônica. No entanto, apresenta em seus territórios o maior número do fenômeno população em situação de rua nacional. São pelo menos 95.195 pessoas, no Estado, dormindo nas calçadas (Brasil, 2023d).

As ruas das cidades do Brasil e do mundo deverão ser despertadas do sono dos anjos, para o estranhamento, ao avistar mulheres negras vivendo nas calçadas. Utilizamos o conceito estranhamento, da maneira como ele é trabalhado por Carlo Ginzburg, em sua obra *Olhos de Madeira*, ou seja, a partir da perspectiva de que estranhar a realidade é desnaturalizá-la, tentar compreendê-la por meio da busca da simplicidade, despindo-a de suas valorações usuais. Nas palavras do autor, “[...] o estranhamento é o antídoto eficaz contra um risco a que todos nós estamos expostos: o de banalizar a realidade (inclusive nós mesmos)” (Ginzburg, 2001, p. 41).

Como afirma Gonzalez (2020, p. 84),

As condições de existência material da comunidade negra remetem a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados. Os diferentes índices de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil parecem

coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do “lugar natural” de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas etc. até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” [...] dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço [...].

O censo demográfico de 2022 apresentou o Brasil como nação ascendentemente negra, quando foram contabilizadas 95,4 milhões ou 47 % de pessoas identificadas como pardas (18,4 milhões) e como pretas (9,1%) (IBGE, 2023a).

Esses dados continuam a aumentar. Em 2013, os negros eram 8,8% e os pardos 45,0%. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), do 4º Trimestre de 2022, 45,6% dos brasileiros se declararam como pardos e 10,41% como pretos, ou seja, a população negra era 56% da população brasileira (IBGE, 2023e).

Podemos inferir que as ações afirmativas e o letramento têm caminhado para o alcance de seu objetivo educativo, contribuindo com o reconhecimento e a afirmação da raça/cor e o desejo de ser reconhecido por ela.

Figura 2 – Cartograma cor ou raça predominante – Brasil – 2022



Fonte: IBGE, censo demográfico 2022 (Brasil, 2023a, p. 50)

Ao estudarmos o fenômeno PSR, faz-se necessário ter clareza de que se trata de um fenômeno de ordem multifatorial, e que devemos buscar por ampliar a abordagem acerca da

formulação de políticas públicas de atendimento a essa população, embora a sua quantificação ainda seja realizada por estimativas nacionais e censitárias em poucos municípios.

O fenômeno PSR é essencialmente urbano e polêmico, distribuído pelas áreas degradadas e de circulação de dinheiro nas cidades; estabelece-se no intercruzamento com outras expressões da “questão social”, como gênero, raça, pobreza e a ausência de moradia.

Apesar de serem consideradas invisíveis, essas mulheres e homens estão sempre desenvolvendo estratégias de sobrevivência nas calçadas urbanizadas. Ocupam áreas nobres da cidade na busca do dinheiro circulante e são empurradas para as áreas degradadas, sentindo em seus corpos a eficácia do poder de execução da política de segurança pública. Ao discorrer acerca da invisibilidade, Farias e Diniz (2020, p. 39) nos esclarecem:

É comum encontrarmos referências à população em situação de rua (PSR) como alvo de uma invisibilidade forjada pelas próprias condições em que é determinada a viver. A ideia de invisibilidade está conectada à relação que a vida estabelece com esse segmento da população. Pode-se dizer que as cidades os tratam como refugio, sobra, indesejáveis, sendo, porém inevitáveis, diversos mecanismos prático-ideológicos atuam de forma a esconder efetiva ou simbolicamente sua existência.

Inevitável não ver seus excrementos ou sentir o odor de algumas de suas necessidades fisiológicas, que executam a céu aberto, mesmo condicionadas ao tipo de espaço ocupado, de modo que seu cotidiano é marcado por r-existências que se dão entre itinerâncias e fixações. Para Schor (2018, p. 107), “Da mesma forma, em diferentes países, em diferentes cidades, a questão da população em situação de rua vem ganhando espaço na agenda das políticas públicas e na apropriação de recursos orçamentários”.

As calçadas no Brasil e no mundo têm sido ocupadas pela população em situação de rua, pessoas que estão destinadas à morte, no pequeno, médio ou longo prazo, e demandam por agenda de planejamento e recursos das políticas públicas.

No que se refere à contagem da população em situação de rua, possuímos duas fontes de dados na base federal, IPEA e MDHC:

- a) o Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA, 2022) contabiliza 281.472 pessoas em situação de rua, que representam 0,13% de toda a população nacional, no ano de 2021, sendo que a população brasileira, nesse ano, foi estimada em 203.080.756 milhões de habitantes (IBGE, 2023c);
- b) o Ministério de Direitos Humanos (Brasil, 2023d)¹² registra que há, no Brasil, 236.400 pessoas em situação de rua. Esse contingente representa aproximadamente 0,12%

¹² Relatório População em situação de rua: Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal.

(menos de 1%) de toda a população nacional. A população brasileira foi estimada em 203.080.756 milhões¹³ de habitantes, contagem do Censo de 2022 (IBGE, 2023c).

A partir dos quantitativos divulgados, podemos verificar que o percentual de pessoas em situação de rua, entre os anos de 2021 e 2023, sofreu queda de 1%, levando-nos a refletir qual o destino de 45.072 pessoas. Dentre as opções, temos somente o levante das calçadas ou a morte, revelando que as políticas públicas necessitam de novas racionalidades no atendimento à demanda da população em situação de rua, no que se refere à contagem e atenção para o destino reservado para essas pessoas.

Analizamos os dados da lista¹⁴ de pessoas falecidas não reclamadas e encaminhadas para sepultamento nos cemitérios públicos em 2022, na cidade de São Paulo, considerando apenas as pessoas incluídas na categoria desconhecidas(os): foram 157 pessoas. Refinamos para via pública, e localizamos 117 pessoas. Posteriormente, procuramos por negras e pardas, e encontramos 35 pessoas. Podemos inferir que, em 2022, ao menos 35 pessoas, entre mulheres e homens negras(os) que faleceram na cidade de São Paulo, encontravam-se em situação de rua. Acreditamos que as condicionalidades criadas pelas categorias pesquisadas acrescentam certa confiabilidade para o apontado.

A história registra que a ausência de planejamento no atendimento às pessoas em situação de rua é a ratificação da negridade, fabricada nos tumbeiros, e que sobrevive e impõe a existência no vestígio até à atualidade, não obstante o esforço diário pela r-existência em negritude. Em 1888, como dito anteriormente, a política pública, caso desejasse atender as pessoas, deveria empreender esforços para 5,11% de sua população; na atualidade, esse número diminuiu para 0,12%, tornando a rua um válido depósito transgeracional para as pessoas, em sua maioria pessoas negras, levando-nos a refletir a respeito do tipo de esforços que são empreendidos para o atendimento da demanda do fenômeno PopRua.

Refletimos que a negridade é a inscrição de negras(os) numa categoria onde violências e opressões são autorizadas para que o capital e suas crias (neoliberalismo e financeirização) continuem a moldar a história mundial. Para Denise Ferreira da Silva (2019, p. 110), “[...] a carne ferida, inscrições de violência calculada, registram o que a Categoria da Negridade esconde: capital morto vivo lucrando a partir da capacidade produtiva dos corpos escravos e

¹³ Dados do Censo demográfico do IBGE e do relatório População em Situação de Rua: Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal.

¹⁴ Lista de pessoas falecidas não reclamadas, encaminhadas para sepultamento nos cemitérios públicos no ano de 2022. Dados enviados pelo Instituto Médico Legal (IML) e Serviço de Verificação de Óbitos (SVOC). Cf. https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/servico_funerario/falecidos/index.php?p=172214.

terras indígenas”. Enquanto categoria, a negridade é a inscrição prévia de negras(os) como objeto, mercadoria, outro, sendo a autorização para violências e opressões. Silva (2019, p. 86) nos ensina que

[...] a categoria da negridade existe no/como pensamento sempre-já um referente da mercadoria, objeto, outro, como um fato mais além da evidência [...] está figurada pelo sexual no corpo feminino, seria capaz de anunciar uma variedade de possibilidades para o conhecer, o fazer e o existir.

Ao voltarmos o nosso olhar para a atualidade, podemos constatar que o projeto neoliberal de valorização do mercado e da moral, adotado pelos governos, revela sua completa dimensão, pois têm contribuído para a reprodução das marginalizações, estigmatizações, estratificações; enquanto se afasta do enfrentamento às desigualdades na celebração de um passado escravocrata

O neoliberalismo – as ideias, as instituições, as políticas, a racionalidade política –, juntamente com sua cria a financeirização, provavelmente moldaram a história mundial recente tão profundamente quanto qualquer outro fenômeno que possa ser situado no mesmo período, mesmo que acadêmicos continuem a debater o que ambos são precisamente (Brown, 2019, p. 28).

No que se refere às mulheres, ao analisarmos o seu quantitativo, verificamos que a demanda em termos de política pública se torna ainda menor, fazendo-nos refletir o quanto a escuta e as respostas às demandas ainda não evoluíram para a proteção a partir das políticas públicas.

Gráfico 1 – Quantitativo de homens e mulheres em situação de rua – estimativa nacional



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (Brasil, 2023d)

Para indicarmos o quantitativo de mulheres em situação de rua, utilizamos as indicações do MDHC (Brasil, 2023d, p. 6) que informa: “Apesar de as mulheres representarem apenas 13% do total de pessoas vivendo nas ruas [...]”. A expressão “apesar” apresenta-nos a

contradição que a situação de rua leva à inumanização direcionada às mulheres. Podemos contabilizar 30.680 mulheres em situação de rua. Destas, 20.863 são negras (pretas e pardas).

Gráfico 2 – Distribuição raça ou cor de mulheres em situação de rua, estimativa nacional



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania (Brasil, 2023d).

Ao atentarmos para a quantidade de mulheres em situação de rua (representam 13% da população total que ocupa as ruas), mais especificamente das mulheres negras, juntas somam 68% (pardas 51%; pretas 17%), verificamos o quanto a natureza feminina dessas mulheres sofre questionamentos, desde a chegada das primeiras escravas ao Brasil. A pergunta indignada de Truth¹⁵ – “E eu não sou uma mulher?” – ratifica as falas do movimento feminista negro, que há tempos tem debatido o quanto a natureza feminina negra é alvo de desvalorização.

A desvalorização da natureza feminina negra ocorreu como resultado da exploração sexual das mulheres negras durante a escravatura que não foi alterado no decurso de centenas de anos. Já previamente mencionei que enquanto muitos cidadãos interessados simpatizaram com a exploração das mulheres negras quer durante a escravatura quer após, como todas as vítimas de violação da sociedade patriarcal elas eram vistas como tendo perdido valor e dignidade como resultado da humilhação que elas suportaram. As crônicas da escravatura revelam que o mesmo público abolicionista que condenou a violação das mulheres negras olhou-as mais como cúmplices do que vítimas. (hooks, 2014, p. 40).

¹⁵ Sojourner Truth nasceu escrava em Nova Iorque, sob o nome de Isabella Van Wagenen, em 1797. Foi tornada livre em 1787, em função da Northwest Ordinance, que aboliu a escravidão nos Territórios do Norte dos Estados Unidos (ao norte do rio Ohio). A escravidão nos Estados Unidos, entretanto, só foi abolida nacionalmente em 1865, após a sangrenta guerra entre os estados do Norte e do Sul, conhecida como Guerra da Secessão. Sojourner viveu alguns anos com uma família Quaker, onde recebeu alguma educação formal. Tornou-se uma pregadora pentecostal, ativa abolicionista e defensora dos direitos das mulheres. Em 1843 mudou seu nome para Sojourner Truth (Peregrina da Verdade). Na ocasião do discurso já era uma pessoa notória e tinha 54 anos. A versão mais conhecida foi recolhida pela abolicionista e feminista branca Frances Gage e publicada em 1863. Esta é a versão traduzida aqui a partir de diversas fontes online. Fonte: Geledés. Disponível em: <https://ensaiosnotas.com/2017/03/09/sojourner-truth-nao-sou-eu-uma-mulher/>.

Esta pesquisa não pretende desconsiderar a totalidade de mulheres que vivem o mesmo sofrimento ao ocupar as calçadas como moradia, mas sim registrar a seletividade de pessoas negras nas mazelas brasileiras, em quantidade superior à de qualquer outra raça/cor.

Diante do exposto, ao refletirmos a respeito da demanda por políticas públicas, estamos falando do direcionamento de esforços para 0,015% da população brasileira; no âmbito federal, seria necessário planejar e executar políticas públicas direcionadas ao atendimento de cerca de 30.680 mulheres em situação de rua, distribuídas pelos Estados e Municípios.

1.2 LEVANTE E DIREITO À CIDADE

Avistar mulheres negras utilizando as calçadas como moradia é o que podemos entender como contradição percebida no mundo globalizado, vivido no espaço banal, delimitado pelos territórios de uso para a sobrevivência. É na confusão confusamente percebida que vivemos e utilizamos o mundo, por nós fabricado (Santos, 2020, p. 17).

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), em sua redação original, expressou, de forma clara, a previsão legal ao direito de moradia. Foram necessários muitos debates a respeito do tema para que, somente no ano 2000, tal direito fosse expressamente garantido. A Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000, estabelece que “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 2000).

O artigo 23, inciso IX, da Constituição Federal de 1988 (CF/88), enuncia que “[...] é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico” (Brasil, 1988).

A Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, busca conferir eficácia aos dispositivos constitucionais nº 182 e 183, da CF/88, prevendo o ordenamento e desenvolvimento das funções sociais dos espaços da cidade e regulação da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar de todos os cidadãos, bem como o equilíbrio ambiental (Brasil, 2001).

O desenho proposto de direito à cidade e de moradia apresenta a regularização da posse de imóveis públicos, ocupados por pessoas em vulnerabilidade, destacando-se a previsão de usucapião especial urbano e coletivo; reconhecimento de ocupação anterior (reconhecimento dos mais velhos, mortos, que já ocupavam o espaço); regularização fundiária; garantia de gestão

democrática da cidade, por meio de debates, conferências, consultas e audiências públicas, entre outros.

A funcionalidade de tal lei pode ser comparada a um paliativo, tendo em vista a pretensa organização de espaços urbanos para os problemas sociais graves, já crônicos, como moradia e saneamento básico, entre outros. “É denominado paliativo o que tem a qualidade de acalmar, abrandar temporariamente um mal” (Larousse, 2005, p. 583).

A Fundação João Pinheiro, ao registrar o déficit habitacional, revela que a demanda dos chamados vulneráveis aumenta e se multiplica.

A Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, em seu artigo 1º, prevê que

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento das necessidades básicas (Brasil, 1993).

Essa lei foi alterada pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, que deu nova redação ao artigo 22, prevendo:

Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS¹⁶ e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública. (Brasil, 2011).

Isso posto, em sua garantia de provisão dos mínimos sociais e atendimento das necessidades básicas, podemos vislumbrar a provisão provisória ou temporária de moradia às pessoas em situação de rua, nas modalidades de abrigos, acolhimentos e repúblicas.

A Portaria nº 2.927, de 26 de agosto de 2021, instituiu o Projeto Moradia Primeiro (Brasil, 2021c), baseado no modelo de atendimento de pessoas em situação de rua, denominado internacionalmente de *Housing First* (Brasil, 2022), projeto que visa promover o acesso imediato de indivíduos e famílias à moradia digna.

A referida Portaria foi criada no contexto da crise sanitária causada pela pandemia de Sars-cov-2, que levou ao adoecimento e morte por Covid-19, no Brasil e no Mundo. Aqui, a primeira vacina foi aplicada em 17 de janeiro de 2022. No Brasil, 700.811¹⁷ pessoas morreram em decorrência da Covid-19. A busca pela cura foi empreendida de forma acelerada, aqui e no mundo, objetivando atender 100% da população brasileira de todas as classes sociais.

¹⁶ Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

¹⁷ Painel Conass Covid 19. Semana Epidemiológica 14 de 2023. Dados atualizados de 02 à 08/04/2023, no site do Conselho Nacional de Secretarias de Saúde (CONASS). Disponível em: <https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>. Acesso em: 21 dez. 2023.

O grande contingente de mortes no Brasil demonstrou uma gestão da crise sanitária pautada no deixar morrer, exercido pelo Estado. Tal como afirma Foucault (2010, p. 202), “O direito de soberania é, portanto, o fazer viver e deixar morrer”. A Covid-19 desvelou o exercício do poder de matar de um sistema político racista e suicida. O Estado, ao exercer o racismo, demarca a linha que define aquele que deve viver e aquele que deve morrer.

Vocês compreendem então, nessas condições, como e por que os Estados mais assassinos são, ao mesmo tempo, forçosamente os mais racistas [...]. Temos um Estado absolutamente racista, um Estado absolutamente assassino e um Estado absolutamente suicida. Estado racista. (Foucault, 2010, p. 218-219).

Mbembe (2020) cita a pandemia de Covid-19 e a sua imposição de finitude, correlacionando sua instalação abrupta com a vida marcada pelos tempos de brutalidade, que já vivíamos anteriormente, sem que, verdadeiramente, levássemos em conta as finitudes. Afinal, a morte agora tinha o nosso nome inscrito no espaço reservado ao destinatário.

A Portaria que balizou o Projeto Moradia Primeiro, ao prever o imediato acesso à moradia, configura uma saída positiva ao criticado modelo etapista, ainda praticado na Assistência Social, normalmente requeredor de garantias para oferta de auxílio moradia. Porém, o artigo 4º prevê que

[...] a estratégia do acesso imediato à moradia temporária, por meio de redomiciliamento¹⁸ rápido, poderá compor programas complementares para pessoas em risco habitacional ou recém-chegadas à situação de rua, a fim de evitar o início, a permanência ou o agravamento da situação de rua. (Brasil, 2021c).

Tal dispositivo habilita o atendimento às pessoas em situação de rua e às pessoas sem teto ou aos desalojados.

O Instituto Rua, ao referir-se ao modelo etapista, expõe:

O modelo etapista parte do princípio de que as pessoas em situação de rua, ao se depararem com diversos desafios com seus vínculos familiares, dificuldades econômicas, problemas de saúde, emprego, dependência de substâncias, dentre outros, perderam as condições de realizar a própria sobrevivência de forma autônoma e, portanto, precisam de auxílio para reorganizar suas vidas em outros termos, buscando atingir um nível desejável de bem-estar e independência (Brasil, 2022, p. 17).

Tal previsão revela a disputa que envolve o direito à cidade, principalmente quando se trata de moradia. Não há política de habitação para aqueles que dela necessitam, sejam sem-

¹⁸ A estratégia e dedicação de Tanya Tull na promoção da ideia de que as famílias que utilizavam os acolhimentos deveriam ser domiciliadas o mais rápido possível foi uma importante inspiração também para o desenvolvimento da estratégia chamada de Rapid Re-Housing (que em uma tradução livre pode ser compreendido como “redomiciliamento rápido”) (Brasil, 2022, p. 32).

teto ou pessoas em situação de rua. Falarmos de pessoas sem teto e pessoas em situação de rua é olharmos para moradia como uma mazela comum a dois públicos diferentes.

O incêndio do edifício Wilton Paes de Almeida, em 2018, no Largo do Paissandu, na cidade de São Paulo, resultou em negativa dos sem-teto de serem encaminhados para os abrigos municipais. Conforme relata Procópio (2018),

[...] sabendo da realidade dos locais para onde o poder público desejava encaminhá-los, decidiram permanecer nas portas da igreja. Apesar de deixados a qualquer tipo de sorte, ainda contavam uns com os outros, para trocarem apoio e organizarem o acampamento.

Tal fato faz-nos pensar a respeito da “realidade” que as pessoas sem-teto conhecem a respeito dos locais que recebem as pessoas em situação de rua.

Schor (2018, p. 217) nos ensina que o “[...] não ter onde morar é a característica comum de todas as pessoas em situação de rua, independentemente das causas de ordem pessoal, social ou estrutural que as levaram a essa condição”, permitindo-nos refletir que pessoas “sem-teto” ou “desalojadas” e “pessoas em situação de rua” possuem em comum a falta de moradia, imposta pela ausência e insuficiência de planejamento da Política Pública de Habitação.

Segundo o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 (Brasil, 2009), pessoa em situação de rua é definida como grupo populacional heterogêneo, que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória. Para Silva (2009, p. 115),

[...] o fenômeno população em situação de rua é uma expressão incontestada das desigualdades sociais resultantes das relações sociais capitalistas, que se processam a partir do eixo capital/trabalho. E, como tal, é expressão incontestada da questão social. Essas desigualdades sociais foram aprofundadas na cena contemporânea, em face das mudanças no mundo do trabalho, oriundas principalmente da reestruturação produtiva, da reorientação do papel do Estado e da supervalorização do capital financeiro sobre o capital produtivo.

A citação explícita que os fenômenos mais à margem do poder de uso do capital são os mais afetados e mais frágeis à sua oscilação. Ao analisarmos os dados¹⁹, verificamos o crescimento aproximado de 211% da população em situação de rua em uma década, de 2012 a 2022.

¹⁹ Em uma década, de 2012 a 2022, o crescimento da população em situação de rua foi de 211%, numa expansão superior à da população brasileira na última década, de apenas 11% entre 2011 e 2021, na comparação com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil>. Acesso em: 21 dez. 2023.

O capitalismo, ao promover a acumulação do capital, possui a lógica de reduzir cada vez mais a quantidade de trabalhadores explorados, seja pelo aumento do tempo da jornada de trabalho, seja pela substituição por máquinas, em decorrência da modernização e ampliação das linhas de produção. Tais procedimentos intensificam a exploração, reduzindo o número de trabalhadores necessários à produção. Resulta disso uma parcela crescente de trabalhadores desempregados e sem meios de existência. (Marx, 2013).

A acumulação de capital no Brasil é inscrita na nossa história pela imposição da escravidão, num primeiro momento de formação do capital mercantil e acumulação primitiva, e o processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, que ocorreu para dar roupagem nova a uma velha estrutura que tem em sua base o desenvolvimento caracterizado como desigual e combinado. (Löwy, 2015; Silvestre, 2018)

Neste sentido, em relação ao Brasil, Silvestre (2018, p. 94) afirma que

Um país como o nosso, colonizado, dependente e economicamente subalterno em relação aos países de capitalismo central, padece de um modelo de desenvolvimento econômico que pode ser descrito como desigual e combinado. Desigual porque, se estrutura na escravidão e em formas arcaicas de propriedade da terra e de organização social do trabalho e, combinado, porque é exatamente este modelo a essência da lucratividade que permitiu saltos fenomenais no desenvolvimento da tecnologia, na organização produtiva e no “progresso” dos países imperialistas. É desigual e combinado porque acolhe a ocorrência simultânea de aspectos avançados e atrasados no processo de desenvolvimento econômico; um setor extremamente moderno da economia pode existir de forma combinada com o mais atrasado e assim a nossa urbanização convive com uma forma de apropriação da terra que remonta a colonização, a nossa industrialização convive com um traço de superexploração do trabalho que remonta a escravidão etc.

O impedimento de acesso à terra, a exploração capitalista, a industrialização realizada por tecnologias cada vez mais avançadas são ingredientes para o desenraizamento, em busca de sobrevivência e são algumas das causas da precarização do trabalho.

Marx (2013) nos ensina que a precarização do trabalho é fruto das transformações do capitalismo, sendo elemento estrutural do modo de produção capitalista, uma vez que reúne elementos econômicos, sociais, políticos e jurídicos que confirmam a exploração do trabalho e estão na base do desemprego estrutural na contemporaneidade. A partir deste, podemos observar uma parcela de pessoas situadas fora do “status de mão de obra excedente” e, conseqüentemente, sem renda, que estão destinadas potencialmente a viver nas ruas e calçadas.

Nesse contexto, o levante das calçadas, sob a percepção das mulheres negras entrevistadas, é referido como acesso à moradia. No referido processo, trazer o corpo feminino negro ao debate é uma forma de estudar os três elementos de discriminação que as envolvem. Para Gonzalez (2020, p. 23), “Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla

discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão”.

Para analisar o acesso à moradia, partimos do programa teórico político de Lefebvre (2011), com as reflexões que envolvem a obra *O direito à cidade*, de 1968, o qual foi construído em meio às lutas estudantis, trabalhistas e dos negros, entre outros movimentos políticos e culturais. Henri Lefebvre (2011) define que o direito à cidade só poderia ser atingido se vinculado a duas dimensões:

- 1) o direito de que todos que vivem na cidade possuam acesso a seus equipamentos, como escolas, serviços de saúde, moradia; e possam locomover-se livremente e com qualidade;
- 2) o direito de transformação do modo de produção capitalista, a partir das relações sociais de produção, os modos de viver e produzir a cidade.

Farias e Diniz (2020, p. 41), ao observarem que “[...] não seria necessário um olhar muito apurado para notar que essas possibilidades são negadas às pessoas em situação de rua”, confirmam o abandono de um grupo social que vive à margem, na rua, simbólica e historicamente, desde o dia 14 de maio de 1888, e que tem sido revestido de novas roupagens. As pessoas que foram descobertas pela expedição das Oblatas, em 1970, batizadas como Fenômeno População em Situação de Rua, em 1990, são a descendência que a fábrica de negritude condenou a viver no vestígio. Como explicita Sharpe (2023, p. 37),

Negritude é viver no vestígio pela “negação da humanidade Negra pela escravização e depois dela [...]. Viver no vestígio significa viver a história e o presente do terror, do período da escravização até os dias de hoje, com a base de nossa existência Negra cotidiana: viver a brutalidade histórica e geograficamente (des) contínua, mas sempre presente e revigorada de maneira infinita, em/sobre nossos corpos, ao passo que, mesmo quando esse terror é visitado em nosso corpo, as realidades desse terror são apagadas.

São pessoas silenciadas, racializadas e sobrevivendo às desigualdades em estado de vulnerabilidade e desqualificação inomináveis.

O silêncio imposto conta com a negação da humanidade das(os) negras(os). Ainda hoje há quem clame por ações higienistas. Os termos remoção, retirada, recolhida, entre outros, ainda são utilizados por muitos para o afastamento dos mesmos, em negação ao disposto no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, “[...] é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens” (Brasil, 1988).

Buscamos, nos territórios, a compreensão da realidade vivida por essas mulheres. Segundo Koga (2013, p. 40), “[...] a dimensão territorial traz elementos que permitem uma

perspectiva de totalidade da questão social, pois além de trabalhar com os aspectos das necessidades, se refere também às próprias relações estabelecidas entre as pessoas e seu cotidiano de vivência”.

Territórios são mais do que chão, são também mulheres/homens, edificações, fauna e flora, etc.; carregam em si subjetividades, simbologias e cultura que se estabelecem a partir do uso. Conforme afirma Santos (2020, p. 96-97), é preciso entender que

O território é o chão e mais a população, isto é uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida sobre as quais ele influi. Quando se fala em território deve-se pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população.

Santos (2020) esclarece que a identidade é pertencimento na territorialidade que se realiza pela participação na economia, cultura e política. Segundo ele,

Havia, por conseguinte, uma territorialidade absoluta, no sentido de que, em todas as manifestações essenciais de sua existência, os moradores pertenciam àquilo que lhes pertencia, isto é, o território. Isso criava um sentido de identidade entre as pessoas e o seu espaço geográfico, que lhes atribuía, em função da produção necessária à sobrevivência do grupo, uma noção particular de limites, acarretando, paralelamente, uma compartimentação do espaço, o que também produzia uma ideia de domínio. (Santos, 2020, p. 62).

O corpo, ao ocupar espaços físicos, constrói territórios no uso comum, com base na apropriação e transformação dos recursos criados pela natureza, diferenciando os lugares, conforme os grupos ou segmentos culturais que os ocupam.

2 PERCURSO METODOLÓGICO E DEFINIÇÃO DO CHÃO DA PESQUISA

Os chãos que os nossos pés e corpos negros desenharam...

A maior motivação para a escolha da temática desta pesquisa é ser mulher preta e atuar como técnica de nível superior no cargo de Psicóloga, na Secretaria de Desenvolvimento Social, desde 2016. Foi no exercício da profissão que conhecemos mulheres negras em situação de rua e pudemos presenciar seus processos de levante das calçadas, construção de tanta beleza que nos inspirou a registrar em dissertação, colocando-nos como sujeito da experiência.

Trata-se de uma pesquisa realizada a partir da perspectiva de mulheres negras que vivenciaram a situação de rua em Santos (SP) e efetivaram o levante das calçadas, e que nos apresentam presente e passado em movimento. Segundo Bosi (2022, p. 37), “[...] a percepção concreta precisa valer-se do passado que de algum modo se compõe da totalidade da nossa experiência adquirida”. Segundo dados do Censo 2022 do IBGE, o município de Santos conta com 418.608 habitantes. O Censo de contagem da PSR, realizado pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP (2020), na cidade de Santos, em 2019, registrou, em relatório parcial, que foram contatadas 868 (oitocentas e sessenta e oito) pessoas em situação de rua, das quais 113 (13%) eram do sexo feminino; dentre estas, 69 (61,4%) se identificaram como negras e pardas.

Para o atendimento das pessoas em situação de rua, a cidade de Santos conta com os Serviços de Abordagem Social e Equipe de Consultório na Rua²⁰, atuando de forma pioneira. A região metropolitana da Baixada Santista é constituída por 9 (nove) municípios (Santos, São Vicente, Cubatão, Guarujá, Bertioga, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande e Registro).

Por não haver dados oficiais a respeito do número de pessoas que se levantaram das calçadas, foi necessário lançarmos mão de busca na cidade de Santos, local onde conhecíamos mulheres negras que efetivaram o levante das calçadas, para guiar-nos enquanto testemunhas dessa realidade. Para Bosi (2022, p. 70), “Quando as vozes das testemunhas se dispersam, se apagam, nós ficamos sem guia para percorrer os caminhos da nossa história mais recente: quem nos conduzirá em suas bifurcações e atalhos?”.

Permito-me aqui relatar o nascimento de uma pesquisadora. Iniciei a pesquisa, dizendo à minha orientadora: “Vou falar com mulheres negras que realizaram o levante das calçadas”.

²⁰ Equipe multiprofissional que desenvolve ações integradas de saúde no atendimento à população em situação de rua, grupo populacional que se encontra em condições de vulnerabilidade e com vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, de forma itinerante pelos territórios. Cf. <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/consultorio-na-rua>.

Ela gentilmente me perguntou algumas vezes: “De que forma você o fará? Qual a metodologia? Como se construirá a materialidade da sua proposta?”. Eu estranhava tal questionamento, emitindo a resposta: “Irei à sede do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), conversarei com as lideranças, contactarei as interessadas; assim farei a pesquisa”.

Afirmava tudo com a inocência de militante, muito envolvida e comprometida com as pessoas em situação de rua, estudiosa do projeto *Housing First*²¹, entusiasta do levante das calçadas, processo que passei a acompanhar desde 2019.

Com esta convicção e currículo, fui à sede do MNPR, no viaduto Pedroso, em São Paulo, conversei com uma liderança, consultando a respeito das mulheres negras que se levantaram das calçadas e, para a minha surpresa, fui informada que possuíam referências de homens; quanto às mulheres, careciam de dados. Posteriormente, fui questionada, pelo coordenador do movimento, a respeito do que seria o “levante das calçadas”. Após entendimento, foi fornecido o contato de algumas mulheres, mas todas se recusaram a participar da pesquisa. Alegaram estar em outro momento e que o passado havia ficado para trás.

Esse tal de levante das calçadas, tão óbvio para mim e tão controverso para tantos, nunca foi questionado pelas mulheres entrevistadas, que o assimilaram imediatamente, como se fosse óbvio. Afinal, o que é levantar das calçadas? Seria o morar numa casa? Seria estar num abrigo e cursando a universidade? Seria viver a rua enquanto instituição total²² e encontrar acessos satisfatórios para si e criticados por outras pessoas?

Não saber responder a essas perguntas foi uma forma de buscar pelo inédito, rebaixando as certezas e cristalizações que construímos, para proteger a fragilidade que se experimenta quando não se sabe o segredo da esfinge. Foram muitos os dias de inquietação e reflexão.

No segundo semestre de 2022, tornou-se imperativa a submissão da pesquisa ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP). Ao me deparar com o registro da descrição do percurso e o depósito da garantia formal de execução da atividade metodológica, entendi o quanto deveria ser precisamente específica ao traçar o caminho para saída e chegada, seja qual for o destino na pesquisa.

Mesmo que o tempo tenha sido fator decisivo, o processo de inscrição na Plataforma Brasil foi um importante divisor entre a trabalhadora do Sistema Único de Assistência Social e o nascimento da pesquisadora, discente do Programa de Pós-Graduação de Estudos da Condição Humana (PPGECH).

²¹ *Housing First* (Brasil, 2022), projeto que visa promover o acesso imediato de indivíduos e famílias à moradia digna.

²² Broide e Broide (2019, p. 211, grifo do autor) esclarece-nos que “[...] a rua torna-se o que denominamos de *instituição total*, e como numa prisão ou num manicômio o sujeito fica ali capturado, aprisionado”.

A cada etapa, e dentro do processo, pude encontrar e construir em mim inquietações e tranquilidades para seguir, pois eu sofria com muitas angústias em chamar de “sujeito” e “objeto de pesquisa” mulheres que eu havia atendido ou conhecia, em razão do exercício profissional, e outras com quem mantinha contato desde 2019, via coletivo Jornal Vozes da Rua.

Dentre tantos encontros e desencontros, para vencer essa angústia, escolhi não fazer referências próprias com os termos “sujeito” ou “objeto de pesquisa”, decisão que se mostrou adequada, pois, posteriormente, ao participar da reunião do Ciamp-Rua²³, no dia 21/12/2023, fui alertada de forma veemente pelos participantes de movimentos de que não queriam ser chamados de “sujeitos de pesquisa!” ou “objetos de pesquisa!” e de que “queremos a devolução do que falamos!”.

A decisão de realizar as entrevistas, a partir do Jornal Vozes da Rua²⁴, para acessar as mulheres que seriam entrevistadas, mostrou-me o quanto a recusa inicial em adotar esse procedimento carecia de lógica. O resultado positivo logo se anunciou face ao acolhimento e afetividade demonstrados por seus participantes. Tchékhev (2019, p. 57) nos ensina: “Em geral, as atitudes de um herói quase sempre carecem de lógica, ao passo que tanto na arte como na vida nada acontece por acaso”.

Entre racionalidades e resistências, a partir de fantasias externas, quanto a convidar pessoas que já conhecia para as entrevistas/narrativas, em decorrência do meu vínculo, questionava-me a respeito do que os outros, de fora, pensariam a respeito, inclusive quanto à validação institucional da pesquisa. Segundo Tchékhev (2019, p. 20), “[...] procuramos as causas fora de nós e não demoramos a encontrá-las”.

Isso posto, contactei o coletivo Jornal Vozes da Rua, que, desde 2019, reúne, virtual e presencialmente, pessoas em situação de rua ou não; dentre elas, estão algumas que se levantaram das calçadas na cidade de Santos, litoral do estado de São Paulo.

Podemos considerar pessoas no processo de levante das calçadas, aquelas que possuem trajetória de vivência na rua e que, a partir de ancoragens reconhecidas – suportes sociais – a partir do amor, amizade e solidariedade, demandam por serviços das instituições do poder público que lhes garantam a manutenção de seus corpos, na defesa de suas vidas.

Solicitei autorização expressa de participação e seleção com as mulheres, a partir dos seguintes critérios da pesquisa:

²³ 10ª Expo-Catadores e 4º Encontro Nacional da População em Situação de Rua, ocorridos de 19 a 22/12/2023, em Brasília, DF.

²⁴ Coletivo do qual participo, desde a formação, em 14/11/2019, o Jornal Vozes da Rua é produto do trabalho de conclusão do curso de Serviço Social da artista e ativista Mariana Lúcio.

a) mulheres;
b) autodeclaradas negras (pretas ou pardas);
c) vivência mínima de calçadas de 12 (doze) meses e que realizaram o processo de levante (saída e permanência fora da calçada) há mais de 1 (um) ano, moradoras do estado de São Paulo, nas cidades de Santos, São Vicente, Guarujá, Praia Grande e São Paulo, conhecidas ou indicadas por membros do Jornal Vozes da Rua (JVR).

Com autorização concedida pelo Jornal Vozes da Rua e, posteriormente, pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) (CAAE 66589622.2.0000.5504, em 04/04/2023), contactei as mulheres a serem entrevistadas e iniciei essa etapa da pesquisa, cujos dados foram coletados em residências, local de trabalho, comemorações e reuniões, encontros não planejados, e cujos resultados amparam esta pesquisa em testemunhos vivos. Como diz Bosi (2022, p. 17),

Quando se trata da história recente, feliz do pesquisador que pode se amparar em testemunhos vivos e reconstruir comportamento e sensibilidade de uma época! O que dá se o pesquisador for atento às tensões implícitas, aos subentendidos, ao que foi sugerido e encoberto pelo medo [...].

Para compreensão do processo de levante das calçadas, a partir das percepções das mulheres negras entrevistadas, busquei elaborar uma metodologia que possibilitasse a reconstrução de lembranças da história de vida, sentidos e particularidades que cada uma possuísse ou inventasse sobre si. Segundo Bosi (2022, p. 65), “Não temos, pois, o direito de refutar um fato contado pelo memorialista, como se estivesse no banco dos réus para dizer a verdade, somente a verdade. Ela/e, como todas/os nós, conta a sua verdade”.

A realização desta propositura foi construída em estudos teóricos das Ciências Sociais, pois as mulheres negras e o levante das calçadas imprimem complexidades. A pesquisa foi alicerçada na perspectiva teórica da interseccionalidade, da Geografia e Psicologia, entre outras, pois entendo que “[...] não há ciência que esgote o real pois ela é sempre aproximativa” (Vasconcelos, 2009, p. 108). As disciplinas cursadas no PPGECH contribuíram para a concretude desta dissertação, em especial as que apresentaram temas como gênero, raça, classe e território, entre tantos tópicos abordados durante o curso. Foram fundamentais não apenas em relação aos referenciais teóricos, mas também para a definição dos procedimentos metodológicos.

Levar os nossos pés para longe de casa e do conforto se deu em função da necessidade de liberdade para a exposição de ideias insurgentes da pesquisadora e das entrevistadas.

Para que se pudesse dar materialidade a esta propositura em sua construção bibliográfica, foram buscados os trabalhos já desenvolvidos a respeito da temática empreendida.

Foram utilizadas as bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), considerando materiais produzidos a partir de 2009, ano da implementação do Decreto nº 7.053/2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (Brasil, 2009). Na base de dados SciELO, foram buscados os descritores “mulheres negras AND situação de rua OR moradia”, sendo encontrados 372 artigos; para “levante das calçadas AND mulheres negras OR situação de rua”, não foram encontrados artigos. No banco de dados da Capes, foram procuradas as palavras “mulheres de rua” (4 dissertações), os termos “moradoras de rua” (13 dissertações), “superação da situação de rua” e “levante das calçadas” (zero dissertações).

Esta pesquisa foi construída a partir do método “com”, em consideração às implicações da pesquisadora com os espaços e pessoas entrevistadas. Trata-se de uma pesquisa que se dá por implicações sociais e histórias de experiências, organizativas e reivindicativas de demandas sociais. No âmbito das implicações primárias, temos a pesquisadora – mulher preta encarnada – com o objeto de pesquisa.

A proximidade dessas mulheres com o trabalho formal da pesquisadora tornou o processo da observação e reconstrução das histórias um universo de aventuras e descobertas, oportunizando momentos únicos de trocas e conhecimentos.

A narrativa requereu vários encontros com cada uma delas e, por já conhecê-las e saber das estratégias de sobrevivência impostas, foi possível privilegiar os horários e locais que atendessem suas dinâmicas de vida, assim como a quebra de protocolo com o mundo do trabalho da pesquisadora, fazendo com que humor e hábitos pudessem ser vistos e aceitos, por ambas as partes.

Para atingir os objetivos, foram necessárias: pesquisa documental, uso de diário de campo, a produção das narrativas e entrevistas semiestruturadas e o encontro com as entrevistadas com observação participante.

2.1 REALIZAÇÃO DA PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa carrega em sua bagagem uma nova racionalidade e procura acrescentar, aos estudos, uma nova face, dentro do fenômeno população em situação de rua.

Para Chizzotti (2006, p. 54),

Novos temas e problemas, originários de classe, gênero, etnia, raça, culturas, trazem novas questões teóricas e metodológicas aos estudos qualitativos. Uma confluência de tendências, disciplinas científicas, processos analíticos, métodos e estratégias aportam à pesquisa qualitativa criando um campo amplo de debates sobre o estatuto da pesquisa.

Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) nos ensinam que a pesquisa documental excede a análise de textos escritos e se diferencia da pesquisa bibliográfica, oferecendo-nos a possibilidade de análise, a partir de recursos como a fotografia, vídeos, entre outros, tornando a pesquisa qualitativa, método que subsidia a reflexão a respeito da realidade, assim como a construção e a reconstrução de histórias e vivências, sob outras perspectivas. De acordo com os autores,

[...] a pesquisa documental é um procedimento metodológico decisivo em ciências humanas e sociais porque a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base do trabalho de investigação. [...] a importância de se compreender os seus antecedentes, numa espécie de reconstrução das vivências e do vivido (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009, p. 13-14).

Foi efetivado levantamento e análise de fontes variadas, como: vídeos, *podcast*, redes sociais, fotografias, reportagens jornalísticas, gráficos e documentos variados de diferentes tempos.

Tal processo subsidiou a análise e compreensão do processo de levante das calçadas, a partir da percepção das mulheres negras.

2.2 O DIÁRIO DE CAMPO

Construir as experiências junto com as entrevistadas trouxe-nos a necessidade de registro, realizado a partir de diários, onde anotamos apenas uma parte do todo vivido junto às mesmas, pois sabemos que a escrita nos diários se dá em fragmentos. Como nos ensina Hess (2009, p. 82), “[...] a redação do vivido é sempre limitada. Não é possível dar-se conta de forma exaustiva do cotidiano”.

Registramos desde o número do ônibus utilizado para os deslocamentos na realização das entrevistas até a emoção contida nos trajetos, em momentos que o aconchego era para quem já estava chorando. Afetamos e fomos afetadas, numa troca que somente se dá quando somos sujeitos da experiência. Assim, “[...] o sujeito da experiência seria algo como um território de passagem, algo como uma superfície sensível que aquilo que acontece afeta de algum modo, produz afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos [...]” (Bondía, 2002, p. 24).

Foi a partir do diário de campo que reconhecemos o nosso erro de rota inicial (no qual não se tinha ainda definido o território ou área de estudo) e o corrigimos para a pesquisa presencial. De acordo com Pezzato, Botazzo e L’Abbate (2019, p. 21),

[...] cumpriram, assim, sua dupla função: a de ser uma escrita de si e a de propiciar reflexão acerca do trabalho realizado e do seu conteúdo pedagógico. Como escrita de si, revelaram angústias, desencontros, ambiguidades, mas também a investigação do desconhecido, e; como reflexão, expressaram a capacidade de os sujeitos se desdobrarem na direção dos seus objetivos e neles se verem reconfigurados.

A partir do diário de campo, enquanto dispositivo de produção de dados e fonte de revisões e alinhamentos, produzimos as narrativas desta pesquisa.

2.3 PRODUÇÃO DAS NARRATIVAS

Reconstruir experiência, a partir da percepção das pessoas que a vivenciaram, requer metodologia que proporcione o resgate da história de vida, das lembranças e significações que o processo reserva para cada uma(um).

Narrativas e entrevistas foram utilizadas para o registro da oralidade, posteriormente transcritas, revisitadas e autorizadas, para composição do acervo da pesquisa.

Esta pesquisa se aventurou em tomar a palavra para registro. Segundo Bosi (2022, p. 15), “[...] os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história ensinada na escola, tomam a palavra”, possibilitando a oportunidade de testemunhar a reconstrução de vivências, pelas memórias, que ensinam coletivamente as sensibilidades. Para Bosi (2022, p. 53), “A memória é, sim, um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo”.

As narrativas em oralidade trouxeram cadências pela mistura de lembranças atualizadas por reivindicações entre risos e lágrimas. Bosi (2022, p. 45) observa:

[...] narrativas e oralidade. Ambas se desenvolveram no tempo, falam no tempo e do tempo, recuperando na própria voz o fluxo circular que a memória abre do presente para o passado e deste para o presente. [...] Os sons compõem um reino flutuante e o pensamento decompõe a superfície da água em vagas ondulações [...] frases, palavras [...].

As narrativas requereram encontros para compartilhamentos, onde foram privilegiados locais apontados por elas, com exceção do encontro realizado na residência. Aqui ressaltamos a importância da construção de vinculação. Foram necessárias muitas horas de disponibilidade e entendimentos situacionais, pois, apesar dos combinados, ocorreram imprevistos de ambas as partes, pois as dinâmicas e tarefas das pessoas são reais e se alteram independentemente de nossos comandos. As narrativas ocorreram nas cidades de Santos e Praia Grande (SP).

As demandas se efetivaram antes e durante as entrevistas e envolveram: filhos (humano ou não), neta, companheiro, vizinha (que no banal da vida cotidiana, como nos diz Milton

Santos, solicita a vassoura para varredura da casa recém-ocupada, dentre outros tantos detalhes do vivido), chamados urgentes e inadiáveis, como os trâmites para o sepultamento da minha sogra e da Cigana, mulher parda em situação de rua no mercado municipal. Entretanto, o vínculo anterior e a possibilidade de reagendamento, em horário de preferência, primordialmente das entrevistadas, oportunizaram diálogos abertos e descontraídos.

Foram utilizados roteiros (apêndices 1 e 2) para nortear as questões relevantes para a investigação.

Para tanto, optou-se por realizar a construção de narrativas com três mulheres, incluídas de acordo com os seguintes critérios: a) autodeclaradas negras (pretas ou pardas); b) com vivência mínima de calçadas de 12 (doze) meses; e c) que realizaram o processo de levante das calçadas e permanência fora delas há mais de 1 (um) ano.

Os critérios, assim como o roteiro, organizam o trajeto de pesquisa, mas a imersão na prática extrapola a dinâmica daquilo que fora inicialmente planejado. Os encontros e reencontros foram fábrica de novas questões e delineamentos, que nos permitiram a surpresa do que já se julgava conhecer.

Projeto-piloto pronto, e sabendo que a pandemia da Covid-19 havia autorizado, facilitado e aperfeiçoado o uso das tecnologias remotas de comunicação, realizamos o primeiro encontro (via rede social). Na teoria, tudo parecia “simples, fácil e seguro”.

Para surpresa e desespero, nada foi como o imaginado. O traçado em teoria não se apresentava satisfatório. A primeira entrevistada e suas respostas, via rede remota, revelou que estávamos muito distantes do que aconselha Tchêkhov (2019, p. 43), “Eu vi tudo: portanto, a questão agora não é o que vi, mas como vi”.

Vimos insegurança e distanciamento, como se a entrevistada estivesse falando de outros e não de si. A câmera, o fone e a internet formaram um segundo quadro Guernica, de Picasso.

Ali percebemos a necessidade da mudança de rota e ampliação de horizontes, saindo da modalidade remota para encontros presenciais, nos quais pudesse ser testemunha, aquela que, sem prévia compreensão de nada, depara-se com uma cena. Nas palavras de Sócrates, “só sei que nada sei”.

Ao cumprir exigência da Plataforma Brasil, antes da aprovação, realizamos alterações que, de início, pareciam óbvias, mas que posteriormente facilitaram nossa organização e, segundo Érika²⁵, respeito à sua condição de trans. No projeto, inicialmente, as variáveis eram: ser mulher, negra, com trajetória de rua e que tivesse passado pelo processo de levante das

²⁵ Érika é uma das mulheres entrevistadas

calçadas há mais de um ano, e moradoras do estado de São Paulo. Após solicitação da Plataforma Brasil, registramos o condicionante ser negra (parda e preta, segundo o IBGE), mulher (cis ou trans), moradora das cidades de Santos, São Vicente, São Paulo, Guarujá e Praia Grande.

Para a concretização de nossos objetivos, foi necessário desvincular a credibilidade doada em referenciamento técnico²⁶ para o inédito de um novo saber, a partir da intimidade não conhecida. “Se um artista, em que a multidão acredita, tomar a decisão de declarar que não compreende nada do que vê, só isso já constituirá um grande saber no domínio do pensamento e um grande passo à frente” (Tchékhov, 2019, p. 45).

Podemos dizer que, nos encontros presenciais, vimos horizontes com: cheiros, olho no olho, a água ou o café, as lágrimas, os nós na garganta, o latido do cachorro (que reclama o lugar de filho, chamando atenção), os degraus (que tiram o fôlego), os ônibus (que cansam as pernas), o sentar no chão (quando não se possui cadeiras), o sono (que diz não suportar a contação da história trágica), o abraço, o chup-chup (de abacate), a feliz constatação da alfabetização do filho no caderno de letra caprichosa, o tropeço nas escadas, a felicidade (a afirmativa recebida, por esta pesquisadora, como resposta a um presunçoso: – Você me conhece e a minha família?). A satisfatória constatação do quanto pessoas, mesmo com poucos acessos, acolhem as diferenças.

As narrativas foram efetivadas presencialmente, com Érika, Iansã e Dona, nomes²⁷ dispostos no ordenamento das entrevistas. A primeira entrevistada foi uma mulher trans, a quem foi atribuído o nome de Érika, pois não utilizamos nomes reais; a segunda e a terceira são mulheres cisgênero, Iansã e Dona, respectivamente.

2.4 PERCURSOS DA PESQUISADORA AO ENCONTRO DAS ENTREVISTADAS

Os percursos da pesquisadora ao encontro das entrevistadas foram efetivados na aventura do encontro em descobertas. Elas que me conheceram, inicialmente, a partir do ambiente institucional; ao me receberem em suas casas, ou nos cafés, na rua e nas reuniões dos coletivos, criaram a possibilidade de compartilhamento de intimidades. No decorrer do processo, as descobertas foram se apresentando, seja quando autorizaram a ligação tarde da

²⁶ A referência técnica baseia-se na ideia de que um ou mais profissionais se aproximem a certo número de usuários e passem a assisti-los de modo singular, elaborando e acompanhando junto de cada um deles um PIA – Plano Individual de Atendimento, instrumento imprescindível para a organização da oferta de serviços socioassistenciais.

²⁷ Escolhemos nomes fictícios para garantir o anonimato das pessoas mencionadas neste trabalho.

noite, para reagendamentos de encontros, ou ao testemunhar falas inéditas que registramos nesta pesquisa, com o rigor acadêmico e o calor da experiência. Bosi (2022, p. 61) ensina-nos que

Narrador e ouvinte irão participar de uma aventura comum e provarão, no final, um sentimento de gratidão pelo que ocorreu: o ouvinte, pelo que aprendeu; o narrador, pelo justo orgulho de ter um passado tão digno de lembrar quanto o das pessoas ditas importantes.

Com esses propósitos, a seguir, apresentamos brevemente o desenho de cada percurso feito pela pesquisadora, um dos momentos metodológicos que resultou em descobertas sobre os processos envolvidos no levante das calçadas de cada entrevistada.

2.4.1 Ao encontro de Érika

Figura 3 – Mapa do percurso para entrevista de Érika, percorridos 396 km para o encontro



Fonte: Google Maps.

Ao incluir a cidade de Sorocaba, eu o faço a partir do lugar em que encontrei suporte cuidadoso em pesquisa, a partir da descoberta de etnicidade²⁸, para tecer esta pesquisa, ao ocupar lugar na Pós-Graduação na Universidade Federal de São Carlos. Foi como reunir os “meus pedaços” que chegaram nos tumbeiros e em r-existência me entregaram as mãos e mentes cuidadosas que me trouxeram até aqui.

²⁸ A partir dos ensinamentos cuidadosos e dos materiais referenciados no PPGECH, bem como da pesquisa de outros, é que pude reconhecer os contrastes e conflitos que se estabelecem a partir da etnia negra nos contextos sociais, políticos e econômicos que se apresentam pela entidade relacional que é a etnicidade, que se dá em construção permanente, pois está sempre em construção, no contexto de relações e conflitos intergrupais. É como mulher preta, amplamente reconhecida e consciente de minha identidade étnica, que atuo de forma dinâmica a favor da etnicidade.

Érika. A atribuição desse nome se dá em função de sua amiga Érika Hilton, primeira deputada federal negra identificada como travesti, eleita em 2022.

Conheci a primeira entrevistada em 2019, a partir do trabalho que desenvolvo na abordagem social. Foi uma das primeiras que pensei em convidar para contribuir neste trabalho. Posso dizer que o afeto é recíproco. A nossa experiência comporta momentos de decisão e tensionamentos, que somente amizade e solidariedade podem dar conta.

Érika é um mundo de possibilidades de entendimentos, que se desenvolvem e modificam um mundo que começa a ser aberto, mesmo que timidamente, para a inclusão das mulheres trans.

O primeiro encontro em sua residência foi recheado de ansiedade e angústia. O seu processo de levante das calçadas fora iniciado a partir de abrigo institucional. Ela havia se casado, com pompa e circunstância. Eu ainda não conhecia a sua residência, pois, em função da pós-graduação, muitas saídas e encontros informais foram suspensos.

Durante o processo de narrativa, acompanhamos a angústia e a indignação de Érika, para ser reconhecida como negra, no processo de matrícula no curso de Serviço Social, na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). O nosso lugar foi o de testemunha de uma verdade. “Pesquisadora, você me entrevistou e viu que sou negra, como eles não sabem disso?”. Após leituras e consultas no celular, afirmava: “Eu estou acostumada, sabe? Sempre fui duplamente violada pela pele e por ser mulher trans; vou a São Paulo, provar que não sou loira de olhos azuis”. Érika em r-existência demonstra não somente a reconstrução de sua autoestima, mas também nos apresenta o que Fanon (2008, p. 176) descreve como desalienação: “Para muitos outros negros, a desalienação virá, ademais, da recusa em considerar a atualidade definitiva”.

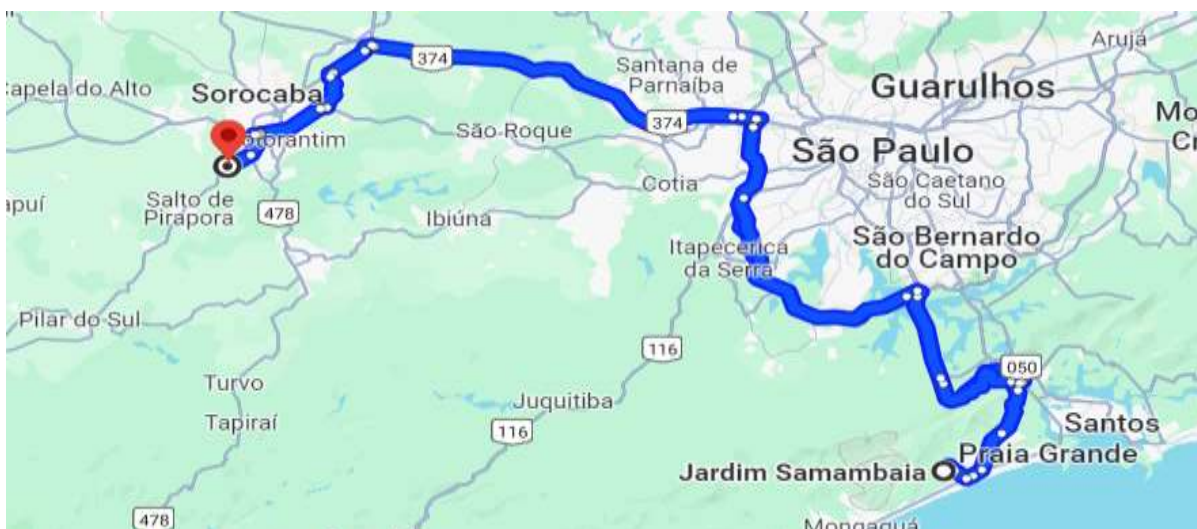
A história de vida de Érika se apresenta para nós em dois momentos:

- a) na trajetória de rua: o abandono de incapaz, o trabalho infantil na prostituição, a violência, a doença (HIV), o preconceito contra as pessoas LGBTQIAPN+, o racismo individual e institucional, pela punição estatal, e o cárcere;
- b) no levante das calçadas: as ancoragens, o amor, a maternagem, os sonhos com os pés no chão, a realização de desejos (o casamento e a matrícula na Unifesp-BS, após ter sua negritude questionada), a sua representatividade e lugar de fala nos coletivos Vozes da Rua e Donnas da Rua, na RD (Redução de Danos) e Ciamp-Rua/Santos²⁹, o uso consciente das drogas.

²⁹ Érika iniciou, em 31/05/2023, sua representação como conselheira no Comitê Intergestores Municipal para Pessoas em Situação de Rua – Ciamp-Rua/Santos. O Ciamp-Rua é constituído por gestores (11 secretarias), academia, pessoas em situação de rua, trabalhadores e entidades, comitê que se reúne para construção de

2.4.2 Ao encontro de Iansã

Figura 4 – Mapa do percurso para a entrevista de Iansã, percorridos 406 km para o encontro



Fonte: Google Maps.

Iansã informou-nos de que muitas pessoas dizem que essa é a entidade que as representa, seguida da explicação “a dona do raio e dos ventos”; e que Iansã significa ser mãe de nove filhos, pois seu desejo pela maternidade era tão grande que lhe foi concedido gerar nove bebês.

A nossa segunda entrevista deu-se com Iansã, que se apresentou a nós em seus relatos, todos em sua casa. Ela trabalha de segunda-feira a domingo, em serviço pesado. Atendeu-nos nos dias da sua folga. Afirma não ter forças para sair de casa (andamos apenas pela vizinhança, onde tomamos chup-chup³⁰). As folgas de Iansã são cambiáveis, de acordo com a necessidade do empregador. As alterações, quando necessárias, foram realizadas à noite de um dia para o outro. Ela mora no município de Praia Grande (SP).

Iansã, 45 anos, mãe de 11 (onze) filhos, avó, trabalhadora, cursou até a 3ª série do ensino fundamental. Lê bem devagar. É risonha e viva, habitando o mundo com e pelo amor de sua cria de 8 (oito) anos, apesar da determinação social de morte aos 20 (vinte) anos.

Eu já conhecia Iansã de palestras e audiências públicas. A sua história é tão intensa e importante, no que se refere à destituição do poder familiar, que já realizou entrevistas e narrativas para uma boa quantidade de discentes e veículos de comunicação.

Em todas as vezes que presenciei as falas de Iansã, chorei pela dor da perda dos filhos, que ela declara, e pela minha condição de mulher esterilizada. O seu levante das calçadas foi

estratégias de acolhimento e oferecimento de serviços e ações à população em situação de rua.

³⁰ Chup-chup é um suco de fruta ou pó para frescor artificial, congelado em sacos plásticos transparentes.

motivado pela necessidade de criar, em seu seio, o 11º filho, e, para tanto, pode compreender o quanto o funcionamento saudável da personalidade se faz presente na construção de relações gratificantes que podem ser reconhecidas a partir das relações chamadas transferenciais, apontadas no termo ancoragens e no amor.

A história de vida de Iansã nos apresenta dois momentos:

- a) em sua trajetória nas calçadas: as drogas, a desproteção das políticas públicas pela não oferta necessária de acesso, assim como o inexplicável alcance da política de segurança pública, que toda pessoa negra conhece bem, por vezes sem conta da prática racista, nas esferas estrutural, institucional e individual;
- b) no levante das calçadas: figura de ligação e base sólida, moradia, ancoragens, amor, maternagem e a precariedade das políticas públicas, que lhe impõe a atividade de malabarismo para conquista da sobrevivência, bem como o lugar de fala e a representatividade nas pesquisas e reportagens que concede a estudantes e jornalistas.

2.4.3 Ao encontro de Dona

Figura 5 – Mapa percurso para entrevista de Dona, percorridos 393 km para o encontro



Fonte: Google Maps.

Dona citou na entrevista: “[...] me chamam de Dona”. E acrescenta: “[...] mesmo não sendo, tendo nada e eu gosto”. É na condição de Dona que caminha pelas ruas e distribui, a quem necessita, o seu olhar e fala.

A sua história nos revela a importância da construção do levante na escolha da liberdade:

O bom é você acordar e escutar passarinho, tú, né, a gente não valoriza. [...] o que me faz querer mais sair da rua e eu falo hoje em dia, a minha vida é maravilhosa, minha vida é maravilhosa, eu deito a hora que eu quero, eu durmo, eu levanto, eu faço o que

eu quero, você entendeu? Mas é tudo da gente, né? Então, cada uma faz a sua escolha. Eu fiz a minha! (Dona, 2023).

Dona refere não gostar de conversa com quem não conhece e que precisa de tempo para aprender a confiar. Sua busca é pelo habitar o mundo em liberdade e desde cedo questiona as imposições que lhe foram dadas: contra a norma do vestido, queria vestir calças; contra a ordem do trabalho doméstico, queria divisão de tarefas (só varria e recolhia o lixo de metade do quintal); contra a apropriação de seu salário e de sua guarda, resolveu, aos 12 (doze) anos, afastar-se da família e seguir sozinha pelo mundo, pagando com choro copioso a solidão autoimposta.

Ela chegou para a primeira entrevista com uma narrativa embaixo do braço, que me entregou dizendo, já fizeram isso antes e eu gostei, lê tudo aí. Foram encontros de risos e choro, de cuidar da gata pequena na coleira, como aprendera há muito tempo, “[...] para que não aprenda a fugir e falte com as suas obrigações de manter os ratos longe” (Dona, 2023).

Ensinou-me que é necessário ter uma gata, que permaneça sempre ao nosso lado, que aprenda as regras de se viver com a gente, que inclui conversar e ouvir os comentários que fazemos ao ver televisão.

A história de vida de Dona nos apresentou dois momentos:

- a) em sua trajetória nas calçadas: o desalento, ainda criança, pela perda das figuras de confiança e base de segurança; a precariedade das relações trabalhistas no trabalho doméstico ou não; as drogas; o extermínio em vida das pessoas que passaram pelo sistema carcerário;
- b) no levante das calçadas: ancoragens, amor, a precariedade que lhe impõe a atividade de malabarismo para conquista da sobrevivência, a liberdade, bem como o lugar de fala e a representatividade; o controle das drogas.

A narrativa de Dona nos marcou pelo trânsito que realiza e transmite a sua negritude com seus pares. Negritude consciente que apresenta a partir do posicionamento ético e moral e que conduz na construção de suas relações de forma similar ao descrito por Aimé Césaire (2010, p. 37-38):

Negritude é uma “consciência-posicionamento” frente o racismo. Além do enfrentamento ao racismo em si, é uma forma de consciência contrária a todas as demarcações prejudiciais surgidas no mundo para designar um Outro; seja que Outro for e a despeito dos motivos que forem alegados para justificar a sua separação. Forma de consciência totalmente abarcadora, organicamente inclusiva, porém realmente universalista, pois legitimadora do destino comum da espécie humana através da assunção das desigualdades que a marcam materialmente.

2.5 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E OS TERRITÓRIOS DA AÇÃO COLETIVA

Desenvolvemos a observação participante, utilizando como facilitadores, para a produção de dados, os deslocamentos para reuniões e os encontros para a construção das entrevistas/narrativas e produção de dados, cuja discussão será realizada a partir da revisão bibliográfica, dos referenciais teóricos das Ciências Sociais.

Tornar-se parte dos eventos é compreender que, apesar dos roteiros de pesquisa, há ocasiões em que interrupções se fazem necessárias e integram o processo. Para Vianna (2007, p. 50), “A observação participante, como o próprio nome indica, difere da observação casual e da formal, pois nesse tipo de observação o observador é parte dos eventos que estão sendo pesquisados”.

Foi necessário interrompermos as narrativas para acalmar o filho pet, que reconhece o sofá como seu território; o filho humano de 8 (oito) anos que buscava com os olhos a explicação via conversa franca; o secar das lágrimas, típico de quem muito sofreu e sofre com a lembrança das humilhações e violências sofridas, bem como o sorriso desenfreado, ao lembrarmos de eventos passados e superados, como o medo do companheiro de ser preso por condenação perpétua. De acordo com Bosi (2022, p. 34), “[...] a moral da história faz parte da narrativa como um só corpo, gozando as mesmas vantagens estéticas (as rimas, o humor...)”.

Figura 6 – Primeira reunião do coletivo Donnas da Rua



Fonte: Coletivo Donnas da Rua. Reunião de formação. Santos. 18 dez. 2022. Instagram: @donnas da rua. Disponível em: <https://www.instagram.com/donnasdarua?igsh=ODA1NTc5OTg5Nw==>. Acesso em: 20 ago. 2023.

Figura 7 – Exposição Retratos de morte e vida nas ruas, da artista Mariana Lúcio



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Figura 8 – Ato em memória da luta da população em situação de rua, realizado em 17/08/2023



Fonte: Acervo pessoal (2023).

2.6 ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

As narrativas e as entrevistas oportunizaram momentos e encontros singulares, nos quais pesquisadora e participantes puderam prolongar a prosa que nos tira da ignorância e da arrogância. Segundo Costa (2004, p. 30), “[...] quem deseja atinar com a dor de cidadãos rebaixados precisa demorar-se entre eles, precisa repetir e prolongar as visitas, prolongar a prosa. Pode chegar à amizade que é como uma cura para a nossa ignorância e para nossa arrogância”.

Foram três encontros formais e individuais para escuta das narrativas e entrevistas, outros virtuais, e visita aos projetos que desenvolvem ou frequentam, bem como uma infinidade de mensagens, via redes sociais, diariamente.

A escolha pelas entrevistas semiestruturadas deu-se em função da necessidade do uso de dispositivo que nos guiou para a escuta, em um ambiente de diálogo e de trocas, que viabilizaram a construção dos caminhos desta pesquisa. Sua flexibilidade, com a não obrigatoriedade de seguimento de roteiro rigoroso, proporcionou maior integração entre pesquisador e participante.

Ser recebida na casa dessas mulheres foi partilhar de intimidade e confiança que a construção do relacionamento recíproco pôde mobilizar.

Rosa e Arnoldi (2008) indicam que as entrevistas semiestruturadas permitem às pessoas exporem os seus pensamentos em liberdade. Para elas,

As questões, nesse caso, deverão ser formuladas de forma a permitir que o sujeito discorra e verbalize seus pensamentos, tendências e reflexões sobre os temas apresentados. O questionamento é mais profundo e, também, mais subjetivo, levando ambos a um relacionamento recíproco, muitas vezes, de confiabilidade. Frequentemente, elas dizem respeito a uma avaliação de crenças, sentimentos, valores, atitudes, razões e motivos acompanhados de fatos e comportamentos. Exigem que se componha um roteiro de tópicos selecionados. As questões seguem uma formulação flexível, e a sequência e as minúcias ficam por conta do discurso dos sujeitos e da dinâmica que acontece naturalmente. (Rosa; Arnoldi, 2008, p. 30-31).

A dificuldade de encontrar fontes que teorizem o que nessa pesquisa denominamos como levante das calçadas, ou a superação das calçadas, faz com que esta pesquisa acrescente a “noção” de “processo de levante das calçadas”, no esperar de que, segundo Bosi (2022, p. 69), “Se alguém colhe um grande ramalhete de narrativas orais tem pouca coisa nas mãos. Uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu”.

Permito-me registrar que o tempo da construção de uma dissertação é curto, mas para uma iniciante, em constante descoberta como mulher preta e processos de pesquisa, pareceu ainda menor.

As entrevistas foram construídas entre abril e outubro de 2023, levando-nos a percorrer aproximadamente 4.000 km para a efetivação dos 3 (três) encontros oficiais com as participantes; os outros não foram computados. Contamos, como marco de saída, o campus da UFSCar em Sorocaba e a ordem das entrevistadas foi: Érika (Santos, SP), Iansã (Praia Grande, SP) e Dona (Santos, SP).

2.7 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A análise do conjunto dos dados produzidos exigiu, em primeiro lugar, busca por ampliação do nosso olhar, pois partimos do pressuposto de que os elementos fornecidos pelos discursos têm significação. Para a classificação e análise do material, foi realizada leitura exaustiva, de forma “flutuante”, que permitiu-nos apreender relevâncias e as ideias centrais. Esta atividade contribuiu para o estabelecimento de categorias empíricas, confrontando-as com as categorias anunciadas na investigação.

Os dados foram sistematizados, a fim de que pudéssemos apontar a relevância dos enunciados presentes nos registros, conforme os passos a seguir: a) reflexão inicial dos temas emergentes e as bases teóricas que os apoiam; b) constituição de categorias centrais, a partir dos temas; c) análise final, a partir da articulação entre os dados obtidos em campo e o referencial teórico que orienta o estudo (Minayo, 2014).

Realizamos a análise dos dados, a partir da perspectiva da triangulação de dados (Patton, 1980), própria das investigações que fazem uso de variadas fontes de dados.

3 HISTÓRIA DE VIDA DE MULHERES NEGRAS QUE REALIZARAM O LEVANTE DAS CALÇADAS

Insisto nos termos narrativas e oralidade. Ambas se desenvolveram no tempo, falam no tempo e do tempo, recuperando na própria voz; o fluxo circular que a memória abre do presente para o passado e deste para o presente. (Bosi, 2022, p. 45).

Buscamos, neste capítulo, apresentar as histórias da vida que entrelaçam o passado com o presente das mulheres entrevistadas, em fluxo contínuo, objetivando explorar vivências que resistiram ao tempo. As histórias foram narradas em entrevistas semiestruturadas. Optamos por apresentar a seleção das falas/narrativas, seguindo a sequência de perguntas realizadas em cada encontro.

Fez-se necessário adaptar as falas para dar fluidez à leitura. As entrevistas foram sintetizadas, destacando-se aspectos das narrativas orais. Essa síntese foi elaborada a partir da transcrição na íntegra das entrevistas e optamos por utilizar o português padrão, mantendo-se o conteúdo apresentado pelas mulheres, alterando apenas a ordem de algumas falas, para auxiliar na compreensão das histórias.

Após esse trabalho, foi realizado um quarto encontro com as mulheres, tanto para garantir o retorno do andamento da pesquisa, como, também, para que pudessem entrar em contato com a síntese realizada de suas narrativas. Após leitura e alterações propostas por elas, foi finalizado o presente capítulo, que apresenta suas histórias na transição entre a situação de rua e a construção do processo de levante das calçadas, bem como suas perspectivas do ser negra no deitar-se e no levante.

Assim, procuramos compreender o ser mulher e negra, na situação de rua e no levante das calçadas, os elementos subjetivos e objetivos dessa construção, bem como as possibilidades de contribuições às políticas públicas que a posição de testemunha pode ensinar-nos.

Procedemos com a apresentação dos recortes das narrativas, para que, no capítulo seguinte, as análises sejam feitas. Optamos por fazer destaques nas narrativas, indicando trechos ou palavras que poderão compor aspectos e/ou categorias de análise.

3.1 ÉRIKA: CHUMBANDO OS PÉS NO CHÃO, PARA REGAR CONCRETAMENTE O FLORESCER DO HABITAR

Iniciamos este subcapítulo com a apresentação de Érika, a partir de nossa solicitação para que falasse sobre a sua vida, desde seu nascimento, sobre seu trabalho, estudo, família.

Bom, sou Érika, tenho 45 anos, sou mãe de pet, mulher trans, preta, natural de Lorena, SP, ensino superior completo e cursando Serviço Social (estou transferindo para a Unifesp-BS), redutora de danos, desempregada, participando de frente de trabalho e idealizadora do Donnas da Rua, ufa!

Nossos encontros ocorreram entre abril e maio de 2023. A música Axé é uma homenagem e reconhecimento a sua história e a de outras mulheres LGBTQIAPN+ que r-existem distribuindo epistemes e construindo territorialidades.

Música³¹: Axé – irá chegar
P A Emanuel Joaquim

Irá chegar um novo dia
Um novo céu, uma nova terra
Um novo mar
E nesse dia, os oprimidos
A uma só voz, a liberdade, irão cantar

Na nova terra o negro não vai ter corrente
E o nosso índio vai ser visto como gente
Na nova terra o negro, o índio e o mulato
O branco e todos vão comer no mesmo prato

Na nova terra o fraco, o pobre e o injustiçado
Serão juízes deste mundo de pecado
Na nova terra o forte o grande e o prepotente
Irá chorar até ranger os dentes

Na nova terra a mulher terá direitos
Não sofrerá humilhações e preconceitos
O seu trabalho todos irão valorizar, das
Decisões ela irá participar

Na nova terra os povos todos irmanados
Com sua cultura e direito respeitados, farão
Da vida um bonito amanhecer
Com igualdade no direito de viver

Ao perguntar à Érika como foi o seu levante das calçadas e a relação com o ser mulher negra, ouvimos a seguinte resposta:

Bom, vontade de levantar quem está nesta situação, eu sempre tive, o que faltava muitas vezes não era nem o trabalho, nem o dinheiro, sendo esse o vil metal principal para levantar das calçadas, mas o que faltava era uma força interior. Eu atribuo à força do amor, do cuidado, e com o tempo eu percebi que, quando eu cuido dos outros, eu cuido de mim, e quando cuido de mim eu cuido do mundo inteiro. Tudo foi um processo, como se fosse plantar uma flor. A gente aduba a terra, põe a semente, rega, nasce o caule, folhas e depois ela vai florir. Eu tive essa força interior, quando ganhei de presente o filhotinho, o meu cachorro que eu tenho até hoje. Foi através dele, de ter uma pessoinha que precisa de alguém, de cuidado. É, foi ele, e foi através dele.

³¹ A escolha da música Axé – irá chegar tem a ver com as falas de Érika, sobre o desejo de um mundo “sem consequências” impostas à cor e ao sexo. Mundo construído em igualdade, sem humilhações e preconceitos, principalmente em relação às pessoas negras e LGBTQIAPN+. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=Ady9e13iX5M>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Billy fez com que a confiança voltasse um no outro, deu colorido à nossa vida. Somos pai e mãe mesmo. Somos de verdade! Sabe, foi aí que eu chumbei mesmo os pés no chão e comecei a enxergar a vida, o colorido da vida. Ele merece tudo que fazemos. No Albergue, dizia para ele: “vou te dar uma casa”. Quando a gente o ganhou, no outro dia, a gente não usou mais droga e eu já procurei um centro de acolhida. Eu acho que estava assim, sem expectativa de vida, porque já tinha perdido tudo o que eu tinha. Temos ele, ele não merece o nosso pior. Tudo é feito visando-o. Tudo que conseguimos, agradecemos a ele. Depois de perder a mãe, pude finalmente ser mãe. Ah, mas é um cachorro! Para você, é um cachorro; para mim, é meu filho.

No sentido de compreender o que poderia contribuir ou dificultar o processo de levante das calçadas, solicitamos a Érika que nos falasse sobre esses aspectos. Deste modo, segue um trecho de sua narrativa, na busca de responder à nossa pergunta:

Eu penso comigo que a primeira ajuda tem que vir da gente mesmo né? Eu tenho que querer sair daquele ponto que eu estou né? Que por muitas das vezes a pessoa perde, como eu vou dizer essa palavra? Perde a vontade de viver a expectativa de vida. Isso! Uma vez, minha melhor amiga, no serviço de abordagem social falou: a gente está aqui porque tem pessoas, Érika, que não tem mais expectativa de vida. Eu acho que eu me enquadrava nisso. São “n” motivos que dificulta: a família, o desemprego, mas acho que o principal é o uso abusivo de substâncias, o uso de drogas, principalmente, porque, quando entra a droga no meio, é como se fosse aquele analgésico ilusório. Na hora que você está sob o efeito da substância, está tudo a mil maravilhas; passou o efeito da substância, volta tudo de novo e pior, porque depois já vem a “estiga” da droga. Você começa a correr atrás de coisas em vez de você investir aquilo no seu próprio sustento, na sua qualidade de vida.

Na sequência a esta narrativa, perguntamos à Érika sobre como a sua experiência poderia ajudar outras pessoas no levante das calçadas. Em resposta, ela inicialmente nos perguntou: “a minha experiência poderia?”. E seguiu fazendo a seguinte reflexão:

Não, a minha experiência pode ajudar outras pessoas que vivem nas calçadas. Atualmente, eu idealizei um coletivo de mulheres trans que se chama Donnas da Rua e foi através do meu exemplo de vida, da minha história de vida que eu consegui tirar duas meninas. Eu consegui, não! Essas meninas quiseram se ajudar, deram o primeiro passo, investiram nisso e hoje elas moram aqui perto, próximas a mim. Elas são duas vizinhas minhas. Hoje elas moram com os maridos delas, dentro da própria casa. Construíram a casa. As mesmas dificuldades que eu tive, quando cheguei aqui, elas também tiveram. Mas estão aí, se espelhando naquilo que eu passei [pensa, como se lembrasse]. Foi aquilo que foi dando força, porque, se eu consegui, elas também podem.

Sobre o ser negra e estar em situação de rua, Érika nos respondeu:

Bom, ser uma mulher negra e ficar em situação de rua é descer realmente ao fundo do poço, é estar no fundo do poço, mas não porque você quer. **Alguma coisa aconteceu para você chegar ali naquela situação.** Ninguém assim está dentro de casa e, de repente, joga tudo para o alto e fala: “amanhã vou estar morando na calçada”. É quando a mulher, em si, ela já está nesta situação. Ela já está extremamente vulnerabilizada. Ela está com sua psique abalada. Ela está com o seu emocional destruído, sua autoestima completamente acabada, sentindo-se realmente um lixo... Nem lixo, porque um lixo ainda pode ser reciclado. Quando uma mulher está nesta situação, ela já se sente assim: o resto do resto. **E quando se trata de uma mulher negra, ela vai sofrer aí as condições que a sociedade impõe.** Infelizmente, **é esse racismo camuflado nas entrelinhas**, esse amor disfarçado, esse ódio disfarçado de

amor. A verdade é essa. Esse “que seja bem-vinda” é, na verdade, “eu te quero longe daqui”. Porque se você está nessa situação, morando na calçada, dependendo de boca de rango, dependendo de Centro Pop [Serviço, Tipificado pela Assistência Social, Especializado no Atendimento da População em Situação de Rua] ou uma bica d’água, ou uma ducha de água da praia para se banhar, passando por todos os preconceitos, todos os nãoos que a vida nos proporciona, quando ela vai ser acordada, **ela já é vista como ladra, ela já é olhada como objeto de uso sexual.** (grifo nosso).

Em sua narrativa, Érika nos disse que participa de movimento social: “Sim, eu participo do Movimento População em Situação de Rua”.

Solicitamos, então, que Érika nos contasse como foi o seu levante das calçadas e a relação com o ser mulher e negra, ao que ela respondeu:

Quando **você é negra e se levantou das calçadas, você é muito mais do que vitoriosa.** Você não venceu ali só o sistema financeiro. Você venceu muita coisa ali. **Você venceu muita coisa para levantar dali.** Então, quando você vê uma negra levantando das calçadas, é muito mais que vitoriosa, é como se eu tivesse ganhado a guerra. É como se a Ucrânia tivesse ganhado da Rússia, porque é uma força muito maior do que a gente pode imaginar. A gente se vê, diante dos problemas, muito pequeno. É como se fosse um grão de mostarda. Na bíblia fala que tem que ter fé, que a fé, que a fé move montanhas. Nesta situação, a montanha fica na frente da semente de mostarda. Aí que você vê: como você vai fazer aquilo? Quando você vê que transpôs esta montanha, venceu todos os obstáculos, você é muito mais que vitoriosa. **É realmente uma Mulher Maravilha.** (grifo nosso).

Considerando essa “mulher maravilha”, essa “mais do que vitoriosa” mulher negra, Érika nos contou sobre suas conquistas mais importantes. Disse ela:

A conquista mais importante da minha vida foi recuperar a dignidade, porque eu já não tinha mais. Uma transsexual de família preta, pai alcoólatra, mãe... contenda dentro de casa. Depois, com o tempo, profissional do sexo. Como profissional do sexo, para ganhar um pouco a mais, usávia de substância. Na profissão do sexo, para ganhar um pouco a mais, ganhei o HIV. Então, tudo isso vai acumulando. São pontos negativos que vão acumulando e [tudo] se torna muito pesado. Antes, vou responder uma [questão] que estava lá no fundo: qual foi a maior conquista? Foi o meu casamento. Porque foi algo concreto, é verdade, não é ilusão, não é um sonho. Porque eu penso assim: a gente sonha muita coisa, mas, se a gente não faz nada para que o sonho se concretize, ele vira fantasia e ilusão. Às vezes, um sonho, ao invés de me levar para frente, ele acaba me levando para trás. A gente fala: Ah, mas eu não faço nada e acabo acreditando no “eu não consigo, eu não presto, eu não tenho capacidade”, e a gente começa a jogar esse monte de pontos negativos para dentro da gente.

Ao buscar compreender o que Érika compreendia sobre representação e lugar de fala nas políticas públicas, obtivemos a seguinte resposta:

Mulheres que não passaram pelo meu sofrimento, luta e caminhada não podem falar por mim. São coisas individualizadas e particulares. Então, quando entro nos lugares e tenho lugar de fala, procuro falar da realidade que eu vivi na rua. Quando falo de políticas públicas, não quero puxar apenas para mulheres, porque todo mundo é ser humano. Quando morrer, vai cheirar igual. Se vai para o céu ou para o inferno, Deus o sabe. A gente não sabe, nunca morreu para saber se existe mesmo. Nas políticas públicas, quando eu falo em políticas públicas voltada para a minha classe, é a classe dos transgêneros. Na minha cidade não tem... mesmo que o responsável pela cidade, o Sr. Prefeito, fale que ele faz uma Prefeitura inclusiva, que eles dão apoio à

comunidade LGBT... não tem, não tem uma frente de trabalho. É... [pausa grande e conclui:]. Não tem! Então eu busco essas políticas públicas, viso geração de renda. Foi nesse pensamento que eu idealizei o *Donnas da Rua*, dentro dos meus deveres e dos meus direitos.

Considerando a importância de conhecer e complementar as informações sobre seu levante, solicitamos à Érika que contasse um pouco sobre o trajeto que ela percorreu até chegar na casa em que vive hoje, no bairro, na cidade.

Sou de Lorena, já morei em Campinas, São Paulo, Rio de Janeiro. Quando eu me levantei, o primeiro lugar que fui, foi ao Centro Pop. Fui direto encontrar com a equipe técnica da abordagem social. Eu consegui, através da equipe de abordagem, o acolhimento, onde era o único albergue que aceitava o cachorro, o Pet, e foi como se fosse um milagre, pois Santos não tinha um acolhimento para cachorros. Eu via que, muitas vezes, as pessoas não procuravam por não ter albergue para o seu filhinho Pet. Antes, eu fui parar atrás das grades. Então, assim, aquela expectativa, aquela certeza de que um dia eu ia ter um cantinho, nem que fosse um cômodo, nem que fosse um barraco de madeira... Eu já não tinha mais essa expectativa. Então, a partir do momento em que eu quis criar alternativas para chegar aonde eu estou hoje, foi a primeiro apoio que eu tive, porque, no dia em que eu ganhei o meu cachorro, se eu não tivesse dado o primeiro passo e encontrado o encaminhamento para os três, não sei se estaria aqui agora. Só que quando foi para a gente sair da situação, a condição que veio foi do projeto RD [Projeto Redução de Danos da Unifesp-BS], que nos contemplou com uma bolsa, já que naquela época estava meio complicado, porque o Auxílio Brasil demorou muito para a gente receber, muito mesmo. Foi quando veio essa bolsa do RD, que eu e meu companheiro falamos... Quando veio a bolsa do RD, foi apenas uma de R\$ 700,00. “É agora! Não fico mais aqui!”. “E depois?”. “Depois Deus proverá. A gente fazia o corre para droga? Agora vamos fazer o corre para sobreviver!”.

É possível perceber o quão fundamental é o apoio financeiro para efetivar o levante. Neste sentido, buscamos instigar Érika a nos contar quais eram as fontes de renda para a manutenção de sua casa. Érika nos disse:

Deus escreve certo por linha certa. Escolher esta casa eu não escolhi, mas eu acho que os meus superiores escolheram por mim. Tinha umas casas para alugar que era no morro São Bento, que era um quarto com banheiro. Tive medo daquele lugar, porque eu não conhecia. Eu tinha um preconceito contra aquele lugar. Eu imaginava que era uma favela. Quando fala de morro, eu estou acostumada com o morro do RJ. Quando fala morro, eu não enxergo como morro. Para mim, ali é um bairro comum. Eu só tenho que subir o morro. Quando fala de favela, eu lembro de palafita, lembro da ZN [bairro conhecido como Zona Noroeste na cidade de Santos] desses lugares. É essas lembranças que vêm na minha cabeça que era a realidade que eu vivia. E eu deixei para conhecer a casa no dia da mudança. Eu só conheci a casa na hora que eu abri a porta para entrar dentro, porque daí se eu falar que não gostei, gostar ou não gostar vou ter que ficar. Aí, quando nós chegamos lá, eu falei assim: “Moço, eu vim ver a casa que eu aluguei, ela é só um cômodo com banheiro”. “É essa aqui”. Eu disse: “Como que é isso? Isso não é um cômodo, não. Não é essa não! É um cômodo com banheiro”. “É essa aqui mesmo, bate a chave na porta e abre”. Eu cheguei lá e bati a chave na porta e era aquele mesmo. Aí, na mesma hora, liguei para a pessoa que alugou e disse: “Eu acho que teve um engano, o Sr. alugou um cômodo com banheiro o que vejo aqui são vários cômodos com banheiro. A casa que eu moro...”. Entramos ali com uma mão na frente e outra atrás, sem nem um copo para tomar água. Não tenho vergonha de falar que a única coisa que eu levei foi a colcha do abrigo, para me cobrir, que nem como cobrir a gente tinha. E hoje a gente conquistou tudo quando vim para cá... No início, eu tive receio, pela minha

condição. Pensava como seria. Mas hoje, que nada, respeito e sou respeitada. Faço o meu caminho, a vizinhança me conhece e gosta de mim. Acho que renda é aquilo que trabalho e tem dia certo para receber. Então, renda eu não tenho nenhuma. Eu estou no projeto de redutora de danos mais um ano, mas é bolsa; então, bolsa a gente nunca sabe quando cai ou se cai. O que eu faço neste projeto RD é porque eu quero, porque me sinto bem e me energiza. A renda que poderia ser considerada é o bolsa trabalho, que findou no dia 18/03/2023. Então, acabou. Renda, renda, renda, não tenho nenhuma. Como consigo custear o meu aluguel? Porque o meu benefício não foi cancelado, o do Bolsa Família. Não foi cancelado, mas teve problema. Mês passado eu não consegui receber. Deu pontinho. Levei documentos, consultei agora no Caixa Tem [Serviço do banco Caixa Econômica Federal] e está com previsão de pagamento. Eu acho que vou receber, mas só acredito quando estiver na conta. É com a renda que a gente sobrevive. Amanhã tenho que ir ao CRAS. Já estou sofrendo. Pedir cesta básica é ser humilhada.

3.2 IANSÃ: QUEM ME VIU ENTRE VENTOS E RAIOS E QUEM ME VÊ VIVENDO O AMOR

A nossa segunda entrevistada foi Iansã, que nos fez refletir, a partir de suas palavras: “[...] quem te viu em situação de rua, com previsão de morte até os 20 anos, correndo assustada e pedindo ajuda para manter o teu corpo em defesa da tua vida e dos teus filhos... Hoje te vê, Iansã, mulher preta, 46 anos, mãe, avó, figura de ligação e base segura dos seus”.

Nossos encontros ocorreram entre abril e maio de 2023, na cidade de Praia Grande (SP).

Música³²: Nasci Pra sonhar e cantar
Dona Ivone Lara

O que trago dentro de mim preciso revelar
Eu solto um mundo de tristeza que a vida me dá
Me exponho a tanta emoção
Nasci pra sonhar e cantar
Na busca incessante do amor
Que desejo encontrar
Tanta gente por aí que não terá
A metade do prazer que sei gastar
No amor sou madrugada
Que padece e não esquece
E há sempre um amanhã
Para o seu pranto secar

Perguntei a uma Iansã, ainda insegura, a respeito de como contar sua história, mesmo sendo procurada para entrevistas junto a veículos de comunicação e outros estudantes, a respeito de sua vida (nascimento, trabalho, estudo, família), sendo relatada a felicidade de permanecer viva, contrariando a determinação de morte aos 20 (vinte) anos.

³² A história de Iansã, ao ser exposta, mobiliza-nos em múltiplos sentidos. É na música de Dona Ivone Lara que buscamos refúgio para traduzir o prazer que gastamos nos encontros. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NrQ9vyojWHs>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Bom, na parte de trabalho, família... Então vou fazer 46 anos, dia 21/04, sou natural do Rio de Janeiro, 3ª série do ensino fundamental e trabalhadora. **Muitos falavam que eu nunca ia chegar nem nos 20. Graças a Deus, estou aqui, vivinha, com muita saúde e muita garra, muita força para ajudar o próximo, para levar um pouco da experiência da minha vida, do que eu passei.** Independente da parte dos meus filhos, mas da parte do sofrimento na rua. E o que eu passei e apanhei. Fui judiada por polícia, guarda municipal. E eu ouvi muitos falando que eu ia morrer na sarjeta, que eu não tinha conserto. Mas eu estou aqui. Quem me viu e quem me vê! Essa é a primeira palavra: quem me viu e quem me vê! Então, hoje eu sou, assim, uma mulher alegre. Independente dos apertos, das dificuldades que eu passo, hoje eu sou feliz. Feliz porque hoje estou trabalhando. (grifo nosso).

Na busca pela compreensão do levante das calçadas, perguntei o que é ser negra no levante das calçadas. A resposta dada por Iansã reuniu reflexões entre passado e presente e suas construções sensíveis, principalmente porque se dão por vínculos que comportam amizade, solidariedade e cuidado.

Tive 11 filhos e 6 não sei onde estão. Queria saber o que é criar e cuidar de uma criança. Sabia que ele me daria poder e força para mudar a minha vida. Para muitos não deu certo, mas para mim poderia dar. É, para chegar até aqui, não foi fácil, foi uma luta. Cada dia uma luta que a gente tem que passar e estou com o meu filho. O importante é isso. Estou vendo o meu filho crescer. Eu queria salvar o meu filho! Mas nessa eu já estava já, como? Mais um filho que a justiça vai tirar de mim porque eu não tenho casa, estou na rua e não tenho ninguém por mim nem pelo meu filho. Só que eu era tão, eu queria tanto o meu filho, tanto ele, que chamaram a família do pai do meu filho, minha sogra ela veio, ela me viu grávida na rua, ela veio para me ajudar quando o filho dela foi preso, e eu falei que não, eu não queria, porque eu tinha medo dela. Ela ia esperar eu ganhar a criança e tirar de mim também eu já não tinha mais confiança, em ninguém. Tanto que fizeram mal para mim, que eu não tive mais como acreditar em ninguém. Eu só queria proteger o bebê que estava na minha barriga. Estava na rua do meio [rua que fica na região do mercado municipal de Santos] e chegou uma mulher em mim e falou assim: “Eu quero te ajudar, você quer ajuda?” Eu falei: “quero!”. Ela: “Você tem família?”. Eu falei: “eu não tenho família, única família que eu tinha era a minha mãe, ela faleceu”. “E como você vai criar essa criança?”. Falei: “Vou criar, vou cuidar, vou cuidar, por quê?”. Aí ela: “Eu quero fazer uma proposta para você. Eu não posso ser mãe. Eu te ajudo. Você, deixa eu criar. Dá para mim?!”. Aí, pronto, acabou com o meu dia. Eu levantei, meia tonta, porque dois dias dormindo, ninguém parou ali para me dar nada, para eu comer. É que você é... Os outros passam e você é um nada. **Eu, com aquele barrigão em cima de papelão, mas ninguém passava nem para me ajudar, dar um prato de comida, ou me perguntar se estava com fome. Aí eu levantei – nessa hora me deu força – e falei para ela... [sorri, de forma doce, e afirma que é esse o levante das calçadas]. Nesse dia, eu me levantei e falei para ela: “Minha senhora, me desculpa, eu vou mostrar para você que eu tenho capacidade e eu vou criar essa criança que está na minha barriga. Senhora, com todo o respeito”.** Eu lembro até hoje isso. “Senhora, pega e vai embora. Vai embora, porque senão eu não me responsabilizo por mim. Que saco!” Aí comecei... “Poxa, toda vez é isso! Será que eu não vou conseguir criar um filho? Não tem ninguém para me apoiar para criar um filho?”. Foi quando chegou a van do Consultório de Rua. Foi quando encontrei com a L, nesse Consultório de Rua. Aí comecei a criar um vínculo com ela. Comecei a criar esse vínculo com ela e com a equipe toda. Eu sempre ia ali porque eu gostava muito de tirar foto e aí eu tirava foto. Aí, quando me dava fome, eu ia procurar para comer bolacha. **E ali foi criando esse vínculo, essa amizade e eu fui me sentindo segura.** Toda vez que eu estava no uso, toda vez que eu via a polícia, eu corria para o lado do consultório. **Com eles eu me sentia segura, porque a polícia não mexia com a gente por causa deles. Quando o carro estava lá, eles não podiam chegar perto da gente. Eu me sentia protegida** e aí foi indo, fiquei grávida. É que você é... Os outros passam e você é um nada. (grifo nosso).

Ao referir os fatores que podem ajudar/dificultar no processo de levante das calçadas, respondeu-nos com a reivindicação do lugar de fala e o quanto a ser ouvida é uma necessidade nesta construção.

Não ter uma oportunidade, você não ter a **oportunidade e você não ser ouvida, qual é a sua escolha? O que você quer? Como você foi parar ali?** Por que você entrou nas drogas, qual o motivo? Mostrar para elas, que elas têm, sim, chance de ser feliz, levantar das calçadas. Fé, esperança, você consegue! Ajuda foi quando eu pedi ajuda para a minha mãe que eu queria ser internada que eu queria sair das drogas que eu não tava aguentando mais e foi quando ela... Fomos para esse lugar. Ela conversou **com a L. A L. começou a me procurar e eu fazia acompanhamento com ela. Todos os dias eu estava lá**, e aí teve um tempo que eu sumi. (grifo nosso).

Quanto ao alcance de sua experiência para o levante das calçadas de outras pessoas, Iansã destacou que não há facilidades na construção do cuidado para com as pessoas negras mortas ou em vias de morrer, demonstrando que isto é trabalho emocional, físico e intelectual.

Hoje eu tento mostrar a diferença para a justiça; e eu tento hoje mostrar para quem está se formando. Eu levo essa história. Mas, por que essa história? Porque, **se você não desistir, tem esperança. Não é fácil, porque não foi fácil comigo. Foi tudo um vínculo, mas não desiste da mãe com o seu filho.** Usuária de droga, principalmente negra, porque a gente é muito... Como eu posso falar a palavra certa? ... discriminada, por ser negra, pobre e usuária de droga. Se colocar um branco e um negro, o branco tem mais chance de ser olhado do que nós. Mãe negra que está naquela situação, eles não... A gente é muito julgada. Por que eu falo isso? Porque eu passei por isso na rua. (grifo nosso).

Buscando entender a sua participação em movimentos sociais, obtive a seguinte resposta: “Eu não me lembro, talvez sim ou não”, levando-nos a refletir o quanto a vida cotidiana afasta a participação e o entendimento do que são os diversos movimentos de luta e defesa de direitos.

Ao questionamento quanto a ser mulher e negra, frisa a sua percepção com o “aí falo de mim”, e relata-nos as violências dos agentes de instituições, mesmo durante suas gravidezes, bem como a dor provocada pela humilhação imposta, que o tempo abrandava, mas não apaga.

Aí eu falo de mim. **Fui muito humilhada, muito humilhada que eu fui. É, o que eu posso fazer assim? É muito ruim, porque a gente não pede para estar ali, naquela situação.** É você ser rejeitada. E eu já fui xingada de nóia. Já fui xingada de macaca, fedorenta. Já fui xingada, principalmente na mão de polícia. E é uma diferença que você vê ali, quando você está ao lado de uma pessoa que não é da sua cor e aí chega uma abordagem de polícia. Eles chegam jogando spray na cara, como já jogaram em mim. Eu, grávida, dormindo na calçada, chegar o guarda municipal com a moto e acelerar a moto em cima de mim. Grávida, e eu acordar com aquele susto. Ser acordada, acordar apanhando, levando chute na rua [choro]... É muito doloroso... dói demais, sabe? (grifo nosso).

Na fala a respeito do seu levante das calçadas e o ser mulher e negra, revela a contradição do mundo confuso e confusamente percebido, ao relatar que, mesmo fora das

calçadas, ainda é a humilhação que a acompanha e o preconceito na procura por trabalho, bem como a ausência de recursos materiais e a violação de direitos, de políticas públicas de emprego e renda, que concretizem o direito de atendimento em efetividade aos que necessitam.

Mesmo que eu saia das drogas, a gente sempre é humilhada. A gente sempre é humilhada, sempre escuta graça. E outra, preconceito em serviço. Já passei muito. Trabalhei de empregada doméstica e quando vou procurar um emprego, principalmente porque eu não tenho dentes na boca. Isso mexe muito comigo, abala muito, porque eu não tenho condições de colocar. Eu estou com esta ponte, que eu fiz no Itariri, mas é um gasto, porque ela foi de graça e ela sai da boca, porque para ela ficar aqui segura, eu preciso gastar dinheiro com corega, para colar. Eu não tenho condições de colocar um dente na minha boca. Porque o principal para você... a caixa postal é a boca, o sorriso, os dentes. Eu não tenho, perdi tudo nas drogas. E aqui não tenho recurso, eu perdi muitos empregos por isso, por não ter dente na boca. E por eu estar gorda. Depois que eu parei com as drogas, engordei um pouco. Tenho um pouco de ansiedade. Eu sinto hoje muita responsabilidade. Não é fácil, mas preciso me manter ali, porque tenho um filho. Porque aí eu começo a lembrar do meu passado. Lá eu tinha tudo fácil, aqui eu quero ter tudo e é difícil. A gente passa umas dificuldades por causa disso, mas eu me sinto, eu me sinto assim. Eu tento ser forte, eu tento mostrar que sou forte, mas nada é fácil. Mas estou aí. Agora consegui um emprego, estou neste mercado. **Eu fiquei um ano, quase um ano em depressão, porque acabava as coisas em casa, acabava as coisas para o meu filho, e aí eu pedia ajuda... Sempre tem que escutar graça.** Entrega currículo ali, leva currículo aqui. “Eu não tenho”. É o “não” que você recebe. É que eu sou nova. Por que não arrumo trabalho? E ainda, aqui mesmo, até com vizinho... Vizinho já jogou casca de banana para esse lado. Já me chamou de vagabunda. Um homem daqui – ele é branco –, não sobe na minha calçada. A gente tem que ter aceitação, porque é um senhor, mas a família escuta a minha voz, olha lá de cima joga casca de banana. Aí eu tenho que engolir isso a seco? É duro! (grifo nosso).

Ao relatar como conquista a família e o convívio com os filhos e a neta, Iansã mostra-nos suas ancoragens e o funcionamento saudável de personalidade, que possibilitou o seu levante, há mais de 8 (oito) anos.

A minha filha, os meus filhos. Meus filhos são tudo na minha vida: meus filhos e a minha neta. Eles são – é o que eu falo –, eles são a minha pilastra. Para eu estar de pé hoje e não ter recaída, “força mãe, força que você vai vencer”. São as palavras que eu escuto dos meus filhos. “Força mãe, não faz isso”. Minha filha é muito grudada em mim, a B, e ela está sempre dando conselho pra mim. Tudo aquilo que eu não sei, vou atrás dela, peço ajuda para ela. Então eu converso com um pequeno que eu tenho, e ele mesmo é a minha força. (grifo nosso).

É no relato a respeito das políticas públicas que Iansã demonstra o quanto as mesmas a desamparam e a submetem, bem como necessita ser escutada em representatividade, para que, a partir de sua experiência, possa garantir um futuro melhor para si e para as futuras gerações.

Não tem ajuda da Assistência Social. Nada disso, nem de médico aqui. É muito difícil. É uma luta, aqui. **Para conseguir uma cesta básica, tenho que chorar, expor a minha vida para uma Assistente Social no CRAS.** Eu sou louca para isso, uma sensação hoje é saber que se eu chegar e pegar aquele microfone e falar a minha história, se eu contar um pouco de tudo que eu quero contar, não só metade e a pessoa... Sabe, eu sei que só a metade, a pessoa mexe, muitos choram com a minha história. Mas se eu falar mais, se eu desabafar. Eu tenho tanta coisa para

desabafar, falar para o Governador, falar para a política, porque é uma situação tão crítica que eu vejo, que gerações estão entrando e saindo, e assim o meu medo... Qual o meu medo? Essa geração aqui (aponta para o filho de 8 anos que dorme todo o tempo no segundo dia de narrativa). Eu estou hoje nesta geração de 2023, e quando eu não estiver mais aqui? Eu quero um futuro melhor para ele. Eu quero um futuro melhor para ele, eu não quero que ele sofra o que eu sofri. E se hoje eu estou vendo que isso está sendo difícil é porque eles estão vendo a situação e estão tapando os olhos, fingindo que não estão vendo, e principalmente São Paulo. Você já viu a Cracolândia como está, gente? Gente, são famílias ali se perdendo no crack. Você tem vacina para Covid, você não tem um tratamento? Uma medicina? Precisa um estudo para poder ver isso aí, para dar para as pessoas, para poder sair um pouco desta rotina das drogas. Está cada vez mais aumentando. O mundo está perdido. E as pessoas só julgam, mas não ajudam; para julgar tem um monte. E é difícil isso. Então, vamos acordar! Não é política só para poder, dinheiro; gente, é vida, vida, vamos salvar vidas, Cracolândia, nós estamos ali, naquele rodãozinho, entendeu? Então, assim, estou vendo que prefeito, principalmente, só quer saber da cidade, limpar a cidade para o turista. E os colegas de rua, para onde vão? Eu queria, eu me vejo, falando as verdades, sabe? Eu queria ter um encontro assim com as pessoas da política e escutá-las e depois elas me escutarem. Eu sou assim, eu escuto você primeiro para depois eu entrar, aí na hora que eu entro é que todo mundo para na hora. Pra poder entrar onde eu quero, eu tenho que saber escutar, saber o que cabe para mim, a minha visão. Sou desse jeito. (grifo nosso).

No relato do trajeto até a chegada à casa onde reside, Iansã apresenta-nos a insegurança vivida e a passagem por muitas cidades, bem como a fragilidade imposta a ela e a outras mulheres, quando o assunto é direito à cidade, por via da moradia, e o ônus com aluguel.

Saí de Santos, no mercado (último espaço que ocupava em situação de rua), fui para o Guarujá, de lá, fui pra Itariri. Era um quarto e cozinha, por R\$ 250,00. Aí eu comecei a vender Avon, comecei vender Natura para viver, comecei fazer faxina, porque lá era muito difícil você arrumar um emprego. A cidade era muito pequena. Aí também não consegui me adaptar muito, foi lá que também que ela me ajudou a fazer o Bolsa Família, para receber para ele (aponta para o filho), mas aí eu não aguentei mais. Aí fiquei um bom tempo lá em Peruíbe. De Peruíbe para Praia Grande, eu expliquei para o meu irmão. Eu ainda estava me adaptando com o meu irmão, porque eu fiz o meu irmão sofrer muito. Ele já morava em outra casa com a família dele e aqui ficou sozinho. **Eu não achava justo, pagando R\$ 700,00 de aluguel e esta casa sozinha.** Já tinha gente querendo invadir aqui. Aí conversei com ele. Falou para vir pra cá e eu vim para cá, mas assim, no mesmo tempo. Isso aqui não é meu, essa casa não é minha, é dele porque eu não sou. A mãe dele que me criou, minha tia de sangue, mas é mãe do meu irmão, só que eu não sou... Ela me criou desde pequenina, desde nascida, mas eu não tenho o sobrenome dela, registrada no nome dela. Sou registrada no nome do meu pai e da minha mãe (verdadeira). Então, assim, essa dificuldade. Para ser meu, isso aqui, é por uma consideração. Isso aqui está no nome dele, mas eu estou aqui, morando. Então, assim, é ele que me ajuda. Quando acaba alguma coisa, aí ele pega e manda. Eu ligo para ele, ele manda para mim o dinheiro para comprar o gás. Então, assim, ele é minha vida, mas ele fala que não liga para isso aqui, tem a vida dele, ele não liga. Ele é feliz pela minha recuperação, por aquilo que eu sou hoje. Ele é muito feliz. E é isso. (grifo nosso).

Ao questionarmos a renda que compõe o sustento da família, Iansã confirmou o malabarismo a que está submetida mês a mês, fato registrado pela quantidade de contas de luz em aberto.

Trabalho, quando estou desempregada ajuda, mas ajuda de pessoas que conhecem a minha história, quando acaba um gás a luz, luz aqui é alta, não

posso nada, mas é alta, aqui é uma luta, eu estou com duas contas de R\$ 500,00 para pagar. (grifo nosso).

3.3 DONA: EU ME REPRESENTO E SEI O MEU LUGAR: NÃO SOU FODA, SOU UMA MULHER!

A terceira narrativa foi realizada com Dona, que se declara como negra, como mulher. Dona tem 59 anos, é ex-moradora de rua e nos diz: “[...] continuo viva, contrariando as estatísticas, mas eu continuo sendo. O que eu acho é isso e eu não estou brincando. É o meu pensamento realista. Entendeu?”. Em sua apresentação, ela nos diz ainda: “Família, não tive família, assim, direito, meus pais morreram muito cedo. Com 12 anos, não tinha mais pai nem mãe. Trabalho, sempre foi duro, porque meu pai morreu quando eu tinha 10 anos. Minha mãe ficou pior do que a gente”.

Nossos encontros foram realizados de agosto a outubro de 2023. Dona transpira liberdade. Ela é uma daquelas mulheres que, de tão rara, vi poucas na vida. A música “Dona de mim”, da cantora Isa, diz muito do seu jeito de ser “Dona de si”!

Música³³: Dona de mim
Iza

Já me perdi tentando me encontrar
Já fui embora querendo nem voltar
Penso duas vezes antes de falar
Porque a vida é louca, mano
A vida é louca
Sempre fiquei quieta, agora vou falar
Se você tem boca, aprenda a usar
Sei do meu valor e a cotação é dólar
Porque a vida é louca, mano
A vida é louca
Me perdi pelo caminho
Mas não paro não
Já chorei mares e rios
Mas não afogo não
Sempre dou o meu jeitin
É bruto, mas é com carin
Porque Deus me fez assim
Dona de mim
Deixo a minha fé guiar
Sei que um dia chego lá
Porque Deus me fez assim
Dona de mim
Já não me importa a sua opinião
O seu conceito não altera a minha visão
Foi tanto sim, que agora digo não

³³ A música “Dona de Mim” retrata o modo como Dona escolheu ser livre. Disponível em: https://youtu.be/FnGf gb_YNE8. Acesso em: 10 jan. 2024.

Porque a vida é louca, mano
 A vida é louca
 Quero saber só do que me faz bem
 Papo furado não me entretém
 Não me limite que eu quero ir além
 Porque a vida é louca, mano
 A vida é louca
 Me perdi pelo caminho
 Mas não paro não
 Já chorei mares e rios
 Mas não afogo não
 Sempre dou o meu jeitin
 É bruto, mas é com carin
 Porque Deus me fez assim
 Dona de mim
 Deixo a minha fé guiar
 Sei que um dia chego lá
 Porque Deus me fez assim
 Dona de mim

A entrevista com Dona nos gerou expectativa, pois não esperávamos que fosse possível. Afinal, ela é a mulher que vimos na tribuna da câmara, discursando a respeito de lugar de fala e representatividade. A nossa pergunta foi a respeito do modo como se dá o levante. Ela nos respondeu com existência, dando-nos a dimensão do quanto o levante está além da locomoção musculoesquelética dos corpos, produzida pela ação de tecido do músculo estriado, objeto de estudo da fisiologia do movimento.

O levante é estar viva, cuidar da minha vidinha, pintando o meu cabelo. Coloquei os meus óculos, meus dentes. Então, eu acho que é isso. A pessoa tem que ter oportunidade para poder sair da rua, também. Que nem eu! Então, você tem que fazer a sua escolha, você. Você pode se drogar, mas aí eu tenho meu dinheiro certinho, gasto tudo, amanhã já não vou ter, nem hora para comer. Porque, na maioria das vezes, você não tem o que comer. Então aí já é difícil porque você vai acordar mal-humorado, já vai ficar com raiva e aí não é legal. **O bom é você acordar e escutar o passarinho... A gente não valoriza. Então eu acho que quem faz a escolha de sair de lá e se levantar e caminhar é a melhor escolha. Mas é difícil! Eu sei que é difícil, mas eu acho que a melhor escolha é essa, você não perder o foco da tua vida e se drogar.** (grifo nosso).

Ao responder-nos sobre os fatores que ajudam/dificultam o processo de levante das calçadas, apresenta-nos o cárcere, a necessidade de políticas públicas que atendam às demandas por moradia, inclusão do egresso, emprego e renda.

O meu auxílio só vale para pagar o aluguel que, graças a Deus, eu agradeço ainda, entendeu? Mas e agora, gente? **As pessoas têm que comer, ter casa, educação.** As pessoas têm que ter oportunidade na vida que nem eu. **Eu já perdi as minhas oportunidades, porque eu já fui presa, ex-presidiária, está tudo acabado.** Mas as pessoas pedem lá os seus antecedentes criminais, eu dou risada, porque hoje em dia eu não vou mais atrás disso, já desisti disso. Não vou dizer que já desisti. Eu desisti de procurar esses serviços, me aborrecem, entendeu? Mas eles estão por aí. **Porque se eu quiser voltar para rua é rápido.** É ali mesmo naquela maloca, eu faço até uma faxina e o povo vai me ajudar a fazer faxina, vai limpar tudo de boa, **mas eu não quero voltar para rua, você entendeu? Porque eu acho que a rua não tá ali para**

as pessoas ficarem na calçada, ali, dormindo ali. Eu acho que o povo brasileiro, políticos, políticas públicas, eles também têm que querer levantar as pessoas, porque o Brasil é riquíssimo, o Brasil sustenta o mundo, gente. (grifo nosso).

Ao questionarmos se a sua experiência pode ajudar outras pessoas, afirma e reafirma que “gostaria que sim”, destacando que o levante é uma escolha difícil.

Acho que sim, a minha história ajuda um pouco, mas a gente tem que fazer a nossa escolha de querer. **Eu penso que minha experiência pode sim, eu gostaria que sim. Porque para você sair dali é difícil, você entendeu? Mas eu acredito que sim, eu acredito que sim,** porque tem pessoas que chegam e perguntam: “Aí, Dona, como você parou de fumar crack?”. “Não, mulher, como você sabe que eu parei de fumar crack? [risos]. Quem te falou isso?”. Elas respondem: “Aí, mas você anda tão bonita...”. Respondo: “Isso não quer dizer que eu tenho que parar de fumar crack. Eu só não posso perder o foco da minha vida”. Vida! Pintar o meu cabelo, fazer as minhas unhas, entendeu? Porque eu sofro com a minha unha encravada, você entendeu? Eu preciso tomar banho, tenho que usar óculos, preciso cuidar dos meus dentes. Ela: “Mentira”. “É lógico, Vida”. Ela: “Gostaria de ser assim...”. “Quem sabe? É só você fazer a escolha”. Porque tem pessoas, tenho colegas, amigas até que são da rua, mas elas falam: “Aí, Dona, queria tanto ser como você”. (grifo nosso).

No que se refere a ser mulher e negra e ficar em situação de rua, destaca que é ir contra as estatísticas de morte e se manter viva, demonstrando que o quanto r-existencia e vestígio se fazem presentes vida das pessoas negras.

Costumo falar aqui, mulher negra, mulher... **negra pobre usuária de crack, moradora na rua permanecer viva é contra todas as estatísticas.** Glória a Deus! É só isso que eu tenho para falar. Ouve-se muito falar em direitos, direitos humanos, direitos da mulher, mas que, na realidade, a gente vê que não é nada disso, que esses direitos só existem para algumas pessoas, não é para todas as mulheres. Nem todas têm esse acesso, entendeu? Na calçada eu fiquei uns quatro ou cinco anos. Eu acho que até mais, porque eu fiquei lá do outro lado também, nos trilhos. Eu fiquei lá. Para falar a verdade, eu nunca quis morar na rua, sempre gostei de ter o meu canto, mas o B não parava em casa. Eu já sabia que ele era assim. Quando eu o conheci, ele vivia dormindo na calçada e eu falava: “Caramba! Eu vou para rua também”. (grifo nosso).

Dona nos relatou que a vida de uma mulher negra no levante é muito similar à de pessoas em situação de rua, exceto pelo pagamento do aluguel, mas que, mesmo diante das dificuldades, considera-se uma vencedora pela escolha de saída das calçadas.

É ter dinheiro só para pagar o seu aluguel e tem que comer no Bom Prato e tem que pegar uma comida na rua, você entendeu? Desde criança, eu compartilho a minha vida, porque eu, no meu íntimo, lá embaixo, lá bem no fundo, no íntimo, eu sei que eu sou uma vencedora, se eu continuar e se eu fizer essa escolha minha. Depois falam que nós somos os menos. Olha que palhaçada. Todo mundo precisa, aí eu vou sair da cadeia e eu não vou ter um emprego, vê se eles estão me ajudando. Então, eu acho que sou vencedora por isso. (grifo nosso).

Ao perguntar à Dona a respeito da sua participação em movimento social, a mesma citou as suas construções de territorialidade, declarando: “[...] acho que as coisas sociais que eu faço é eu mesma assim. Para falar a verdade eu ando e faço, poder estar ajudando as pessoas assim,

tem pessoas que não têm conhecimento”, confirmando epistemes e lugares únicos que distribui ao trocar as suas ideias legais, onde o falar é ouvir com atenção.

Movimento social é eu mesma, eu faço o meu movimento social. Para falar a verdade, eu participo de vários projetos de algumas coisas sociais. Estou participando do projeto da GAM (Gestão Autônoma da Medicação)³⁴. Vamos fazer a horta comunitária, que eu estou muito empolgada. Acho que vai ser legal. Acho que as coisas sociais que eu faço é eu mesma assim. Para falar a verdade, eu ando e faço. Poder estar ajudando as pessoas assim... Tem pessoas que não têm conhecimento. Eu sou uma pessoa assim. Vê nós com a camisa do RD, que participa disso e daquilo. Então, eles, isso acaba fazendo a gente fazer alguma coisa social. Exemplo: o meu vizinho aqui estava com problema de dente. Fui lá no M, falei com o C e agora está tratando dos dentes dele. Então, acho que tudo isso é uma coisa boa, socialmente, que eu faço. Entre outros, encontro vários, se eu passar por ali, alguém fala comigo, muita gente tenta falar, mas aquele que consegue trocar uma ideia é legal. É necessário a gente trocar. A pessoa gosta de falar para ouvir, ter atenção. Outro dia, um menino falou, estava com dúvida a respeito do CRAS.

Ao questionarmos sobre conquista, Dona afirmou que a vida é maior, pois, a partir dela, pode agradecer, tomar água, dormir, andar, usar short, não ter estrias.

Conquistei a minha vida. Eu acho que viver não é fácil. Eu acho que estar com 59 anos hoje... Eu quero viver mais 59, porque é tanta coisa que eu passei, sabe? Tanta coisa feia, feia mesmo, que a maior conquista que tenho é a minha vida, minha saúde. Deus é isso. No momento, eu acho que a conquista mais importante da minha vida foi comprar um celular para eu estar falando com a minha irmã, com o pessoal meu. Uma conquista também é eu acreditar mais em Deus. Por isso que eu falo, se a gente se apega antes... Eu falo: “tudo tem fase”. Mas assim eu prefiro, ou se une pelo amor ou pela dor. Eu acho que antes se unir pelo amor do que pela dor. Eu acho que uma conquista é isso, a vida da gente. Deus! Não tem conquista maior do que você estar vivendo e agradecendo e pedindo também, porque eu não sou perfeita. É isso, estar vivendo e poder conquistar mais coisas além, porque, se perco a minha vida, não conquisto mais nada. A minha vida é uma conquista. Tomar água, dormir, orgulho de Deus ter me dado o privilégio de ser assim. Eu posso andar assim, usar short, não ter estrias.

Dona, ao falar de representação e lugar de fala nas políticas públicas, afirmou firmemente que não se sentia representada e que não desejava representação, esclarecendo-nos: “Para falar a verdade, não temos que nos sentir representados em lugar nenhum! Nem na hora que eu vou comer, porque as pessoas não sabem o que eu estou sentindo, o que eu quero, as minhas vontades”, fazendo-nos refletir o quanto desejava ocupar lugares e emitir sua fala.

Representada? Não! Nunca! Nunca! Para falar a verdade, não temos que nos sentir representados em lugar nenhum! Nem na hora que eu vou comer, porque as pessoas não sabem o que eu estou sentindo, o que eu quero, as minhas vontades. Eu acho que a representação é coisa de quem não quer ter o compromisso, a responsabilidade com a gente, porque eu não posso representar alguém, porque eu não sei o que a pessoa quer e isso é coisa de quem não quer olhar no olho do outro, coisa de quem não quer falar a verdade com as pessoas. “Aí, vai lá fulano, vai me representa lá”. O outro vai

³⁴ Projeto brasileiro da Gestão Autônoma da Medicação (GAM-BR), abordagem em saúde mental, que busca transformar práticas ligadas ao uso e à prescrição de medicamentos comumente utilizados em psiquiatria. Disponível em: <https://observatoriogam.unifesp.br/sobre>. Acesso em: 30 nov. 2023.

lá, “o fulano não pode vir e eu estou aqui representando ele”. Ele não sabe nem o que a gente conversou antes, como ele vai lá representar alguém? Como a pessoa vai representar alguém? Falar de políticas públicas (PP) é difícil. Não existe para nós. A gente vê as pessoas, os nossos políticos, eles não querem saber de nós, somente na hora do voto. É muito decepcionante o ser humano. A gente ajuda, eles não ajudam. **As políticas públicas que eles falam não é para gente, para falar a verdade, com os governantes que estão atualmente, não estão existindo.** Os ônibus, que absurdo! Onde está o povo que não vê isso, é só os menos que se ferram. (grifo nosso).

O trajeto de Dona, até a chegada em Santos, foi marcado pela busca por trabalho, na Baixada Santista, desde os 22 (vinte e dois) anos de idade.

De Jaú, **vim para trabalhar no Guarujá**, vim direto. Passei aqui em Santos. Do Guarujá vim para Santos, fui trabalhar naqueles prédios em 1986, prédios da areia do José Menino, o primeiro emprego em Santos foi lá. Vim primeiramente para o Guarujá, dali fui para o Canal 6. Foi o emprego melhor que eu tive aqui em Santos. (grifo nosso).

Ao perguntar a respeito da renda para seu sustento, confirmamos a fragilidade de seu levante, pois apresentou o benefício Bolsa Família como o pagador das despesas. Benefício que pode sofrer alterações, de acordo com a disposição econômica e política do governo federal.

De renda, só auxílio bolsa família (R\$ 600,00); tinha bolsa RD (que não estou recebendo mais). Vou concorrer em novo edital para pagamento. Graças a Deus, pagando o aluguel, o resto a gente se vira. E só, faço o corre do CRAS e sou fortalecida por outras pessoas. Se não der, tudo bem.

4. AQUI VAMOS FALAR DE LEVANTES!

As mulheres negras pertencem a múltiplas realidades e diversos mundos simbólicos. Por isso, a sua compreensão total não será alcançada, fazendo com que tenhamos sempre que aproximar conceituações que se renovam a cada nova mulher conhecida. Faz-se necessário promover aproximações, conexões e interligações de saberes, para que sejam compostos fluxos de caminhar no entre, no meio e no além das áreas de conhecimento, na compreensão de quem são as mulheres negras no levante das calçadas. Acerca dessa pluralidade da condição humana, Arendt (2020, p. 10) afirma:

A ação, única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Embora todos os aspectos da condição humana tenham alguma relação com a política, essa pluralidade é especificamente a condição – não apenas o *conditio sine qua non*, mas o *conditio per quam* – de toda a política.

Para além da pluralidade, é na admissão da complexidade que envolve mulheres negras, no aprendizado do habitar e na conquista do chão em territorialidade única, que podemos ratificar a complexidade descrita por Morin (1998, p. 138):

Ora, o problema da complexidade não é o de estar completo, mas sim do incompleto do conhecimento. Num sentido, o pensamento complexo tenta ter em linha de conta aquilo de que se desembaraçam, excluindo, os tipos mutiladores de pensamento a que chamo simplificadores e, portanto, ela luta não contra o incompleto, mas sim contra a mutilação. Assim, por exemplo, se tentarmos pensar o fato de que somos seres simultaneamente físicos, biológicos, sociais, culturais, psíquicos e espirituais, é evidente que a complexidade reside no fato de se tentar conceber a articulação, a identidade e a diferença entre todos estes aspectos, enquanto o pensamento simplificador ou separa estes diferentes aspectos ou os unifica através de uma redução mutiladora. Portanto, nesse sentido, é evidente que a ambição da complexidade é relatar articulações que são destruídas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento [...] não devemos esquecer que o homem é um ser bio-sociocultural e que os fenômenos sociais são, simultaneamente, econômicos, culturais, psicológicos etc. Dito isto, o pensamento complexo, não deixando de aspirar à multidimensionalidade, comporta no seu cerne um princípio de incompleto e de incerteza.

Desvalorizadas nas relações de trabalho, despossuídas dos meios de produção, sem possibilidade de arcar com suas necessidades fisiológicas, desde a chegada das primeiras escravas, como dito no primeiro capítulo, as mulheres negras, que foram subjugadas pela situação de rua, buscam pela condição humana negada, mesmo quando ocorrem os marcos legais emancipatórios (a exemplo da Lei Áurea), que explicitam sua condição desumana de existência. Ferdinand (2022) revela que esse encontro se dá na procura pela emancipação, em busca do eu e da dignidade, em busca da justiça. Segundo ele,

Diante da política desumanizadora do desembarque do navio negreiro, corpos perdidos, náufragos e Negros procuram se emancipar, em busca de dignidade, em busca de justiça. Eles desenham os contornos de uma ecologia decolonial com suas múltiplas figuras, uma ecologia impulsionada pela busca de um eu, de uma terra e de um mundo onde se possa viver dignamente. (Ferdinand, 2022, p. 165).

Ferdinand (2022) questiona a atribuição dos termos migração ou êxodo, enquanto denominação da chegada das africanas escravizadas às Américas. Esclarece-nos que “[...] ao contrário dos deuses gregos, do povo judeu e de Jonas, a existência de Pretos nas Américas com autorreconhecimento da descendência de escravizados não é anterior à saída-emancipação matricial” (Ferdinand, 2022, p. 163). Os africanos que foram violentamente transportados nos navios negreiros não se reconheciam, enquanto negros ou escravos desde a sua existência. Segundo o autor,

[...] paralelos são estabelecidos entre a gênese dos povos Pretos nas Américas descrita com uma saída do porão do negreiro e três célebres gêneses que tomam forma de uma saída-emancipação: a dos deuses gregos do ventre de Cronos; a do povo judeu do jugo do faraó; e a de Jonas da baleia em alto-mar. (Ferdinand, 2022, p. 163).

É na busca pela quebra das barreiras históricas e nacionais que as mulheres negras demonstram as suas construções territoriais, seja nas ruas ou no levante das calçadas. Constroem a geografia com os seus pés, no formato simbólico do aquilombamento. Assim, explica Ferdinand (2022, p. 168):

Alguns ficarão surpreendidos ao ouvir falar nisso hoje, considerando que a escravidão colonial foi abolida no século XIX. No entanto o aquilombamento ultrapassa as barreiras históricas e nacionais da escravidão colonial, indicando uma clara recusa da sujeição de pessoas e uma maneira de habitar a Terra.

Nesse longo caminho histórico, buscou-se pesquisar o movimento processual de transição entre o deitar e o levante das calçadas, no contexto contemporâneo. Movimento que registra a r-existência das pessoas negras e as confirma como “[...] parte integrante e central daquela espécie humana da qual foram expulsas por um ato de ódio supremo em meio a uma conquista total” (Césaire, 2010, p. 14).

A noção de levante das calçadas se refere ao movimento processual que se dá por ato de r-existência, executado na fisiologia do desempenho da vida. Encontra-se na cor vermelha e presta a sua representação, desde a chegada das primeiras mulheres negras ao Brasil, construído por meio de ancoragens, tempo, amizade e amor, sustentado por materialidades, como as ofertadas pelas políticas públicas.

Na simbologia das cores, representamos o vermelho pelo sangue, esvaído das veias dos que insistem em resistir; que escapa em hemorragia dos corpos submetidos e muitas vezes

vencidos pela violência, sempre tingindo o chão. Segundo Seligmann-Silva³⁵ (2018), a respeito da exposição “Levantes”, de Georges Didi-Huberman, “[...] os levantes são vermelhos, pois são guiados, como dizia [Valter] Benjamin, pelo espírito da vingança, como a libertação da escravidão, como embate contra as forças do poder: o sangue que corre nas veias e no chão”.

A cor preta, atribuímos aos corpos negros (pretos e pardos), que pobres e vulneráveis foram apresentados às calçadas, lugar reservado àquelas(es) que perecem, quando o esforço adaptativo para suportar a miséria se torna intenso demais.

O processo de levante das calçadas tem sido combatido por sufocamentos e encruzilhadas impostos pelo lugar de Outro, ao destinar as calçadas como moradia para um número representativo de mulheres negras, dentre as contagens divulgadas. Para Lacan (2008, p. 129), o Outro com “O” maiúsculo é “[...] o lugar da fala, virtualmente o lugar da verdade”.

O maiúsculo do “O” nos direciona para um lugar e não a uma entidade, sendo esse o lugar do qual emanam os elementos que articulam o inconsciente e produzem determinações como as construídas a partir da produção de negridade. Segundo Lacan (2008, p. 200), “Outro é o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai presentificar-se do sujeito”. Outro é o lugar do significante emitido por entidades em suas existências e essências reais.

O que tem comandado a nomeação e a autorização das mulheres negras são os significantes que nomeiam e determinam social e historicamente a cor da pele, a partir do vestígio de um passado que não se deixa morrer, face a sua não resolução. “Estamos tomando a rede discursiva como uma rede de saber e de poder; portanto, os significantes com os quais o sujeito foi e é marcado estão articulados não só ao campo pulsional, mas estão atravessados histórica e socialmente” (Braga; Rosa, 2018, p. 99).

É na chegada ao Brasil, em sequestro, que mulheres, homens e crianças, trazidos da África ao Brasil, acorrentadas(os), amontoadas(os), descobririam que a cor da sua pele seria o motivo da prisão perpétua decretada em 1452. Sharpe (2023, p. 59) afirma que “[...] tumbeiros é o porão do chamado navio de migrantes; é a prisão que produz negridade”.

Para que pudessem sobreviver à negridade, construíram r-existência, pela busca de um lugar próprio, tanto geográfico quanto epistêmico.

Destacamos aqui o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (1949-2023). A partir do

³⁵ Realiza análise da exposição “Levantes”, de Georges Didi-Huberman, instalada no Sesc Pinheiros, em janeiro de 2018.

seu trabalho, pudemos refletir o quanto a mulher negra, no levante das calçadas, necessita de r-existência para existir, por racionalidade construída geográfica e epistemologicamente diversa da hegemonicamente operada por grande parte dos acadêmicos, gestores públicos e sociedade. Para Porto-Gonçalves (2013, p. 169),

Aqui, mais que resistência, que significa retornar uma ação anterior e, assim, é sempre uma ação reflexa, o que temos é r-existência, isto é, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que atua nas circunstâncias, inclusive re-atua a partir de um topo, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, atua entre duas lógicas.

Na formação social do Brasil, a negra e o negro são personagens que vivem no espectro. Estão por todo lado que se possa olhar. Nascimento (2021, p. 48) nos ensina que “[...] o escravo negro, assim como o negro atual, não participou da formação social do Brasil só com seu trabalho, com seu sofrimento, ele participou também da mesa, da cama, do pensamento e das lutas políticas do colonizador e de seus descendentes”. E, em relação ao pensamento, à produção de conhecimento, é preciso considerar que

Epistemes não existem à parte das sociedades e sua transformação. Fornecem às sociedades as categorias fundadoras, os esquemas classificatórios da semelhança e da diferença, os processos mitopoéticos da nomeação original, a linguagem e a variedade de discursos por meio dos quais os aspectos da vida cotidiana são disponibilizados de maneira ordenada e significativa. (Flor, 2021, p. 151-152).

Maria Beatriz Nascimento (1942-1995) é historiadora, roteirista, poeta e ativista pelos direitos humanos e, desde 30 de outubro de 2023, declarada heroína da Pátria, pela Lei 14.712/2023³⁶. Seus textos nos levam à reivindicação da história do negro no Brasil, como no livro *Uma história feita por mãos negras*.

No que se refere às epistemes, registramos duas concepções:

- a) A transmissão da episteme pelo cotidiano, a partir da cultura e da fala do povo africano e suas influências na construção do modo de ser brasileiro. Nascimento (2021, p. 1), ao descrever a força bantu, registra que essa transmissão significativa é efetivada “[...] no reconhecimento de um modo de ser brasileiro, ensinado pela diáspora africana, que se traduz por momentos de aparente aceitação das dificuldades para a construção de resistências”. Nesse sentido, Gonzalez (2020, p. 54) revela-nos que as mulheres negras,

[...] conscientemente ou não, passaram valores e crenças para o povo brasileiro “branco” as categorias das culturas africanas de que eram representantes. [...] Com isso mantiveram a chama dos valores culturais afro-brasileiros, que transmitiram a

³⁶ A Lei nº 14.712, de 30 de outubro de 2023, inscreve o nome de Maria Beatriz Nascimento no livro dos heróis e heroínas da Pátria.

seus descendentes. E nisso também influenciaram mulheres e homens brancos, aquém aleitaram e educaram. Graças a elas, apesar do racismo vigente, os brasileiros falam “pretuguês” (o português africanizado) e só conseguem afirmar como nacional justamente aquilo que o negro produziu em termos de cultura: o samba, a feijoada, a descontração, a ginga ou jogo de cintura etc. É por essa razão que as mães e as tias são tão respeitadas dentro da comunidade negra, apesar de todos os pesares.

- b) A partir da disposição colonialista do apagamento epistêmico, em que os livros dos autores negros, alguns poucos que puderam escrever, foram abandonados nas livrarias, em virtude da negação do racismo e defesa da democracia racial. Rosa, Binkowski e Souza (2019, p. 88), ao escreverem a respeito do livro *Tornar-se mulher negra: uma face pública e coletiva do luto*, registram:

Esquecidos foram o livro [...] a questão do racismo; afinal fomos convenientemente convencidos por sociólogos, pesquisadores e políticos de que não há racismo no Brasil, pois somos o país da cordialidade, da miscigenação, da democracia racial. Além da concepção de cordialidade, o país implantou um projeto de branqueamento da população em vistas da melhoria racial que se daria com o predomínio da raça branca no país.

O ponto de partida para a r-existência geográfica das(os) negras(os), desde a chegada ao Brasil, pode ser observado a partir dos quilombos.

Nascimento (2021, p. 109), ao registrar a importância dos quilombos, apresenta-os como história, símbolo e impulsionador ideológico:

A importância dos “quilombos” para os negros na atualidade pode ser compreendida pelo fato de que esse evento histórico fazer parte de um universo simbólico em que seu caráter libertário é considerado um impulsionador ideológico na tentativa de afirmação racial e cultural do grupo.

Os quilombos são conhecidos como territórios que acomodaram negras(os) em r-existência, na busca pelo reestabelecimento de forças e como condutor para o estabelecimento da identidade quilombola.

4.1 MULHERES NEGRAS NO LEVANTE VERSUS DESEMPREGO E CÁRCERE

É no levante das calçadas que mais uma vez percebemos a resistente confusão que é a criação do mundo globalizado. É nesse mundo desigual e contraditório que as mulheres negras vão construir r-existência contra a negação ao direito à cidade. Assim, avistamos mulheres negras utilizando as calçadas como moradia, em um ato de insurgência contra a morte, que busca a manutenção do corpo e defesa da vida, ao não se deixar sucumbir pela disciplina seletiva do poder estatal, como se pode observar na fala de Iansã, a seguir:

E eu já fui xingada de noia. Já fui xingada de macaca, fedorenta. Já fui xingada... e principalmente na mão de polícia. E é uma diferença que você vê ali, quando você está ao lado de uma pessoa que não é da sua cor e aí chega uma abordagem de polícia. Eles chegam jogando spray na cara, como já jogaram em mim. Eu, grávida, dormindo na calçada, chegar o guarda municipal com a moto e acelerar a moto em cima de mim. Grávida, e eu acordar com aquele susto. Ser acordada, acordar apanhando, levando chute na rua [choro]... É muito doloroso... dói demais, sabe? (Iansã, 2023).

Nos relatos de Iansã, verifica-se o quanto a política de segurança pública exerce o poder de disciplina estatal, pela tradução de métodos que controlam o corpo pelo assujeitamento, tornando-o local de manejo para um comportamento desejável (Foucault, 2014, p. 135). Aos que não se enquadram nesse processo, há punição, em forma de violência, como as executadas nas revistas dos corpos pelos agentes da segurança pública, entre outros. A disciplina garante a separação entre os desejáveis e os indesejáveis (Foucault, 2017, p. 241).

No levante das calçadas, podemos verificar, a partir do relato de Dona, o desalento causado pela falta de emprego, quando já se esteve no sistema prisional:

Eu já perdi as minhas oportunidades, porque eu já fui presa, ex-presidiária, está tudo acabado. Mas as pessoas pedem lá os seus antecedentes criminais, eu dou risada, porque hoje em dia eu não vou mais atrás disso, já desisti disso. Não vou dizer que já desisti. Eu desisti de procurar esses serviços, me aborrecem, entendeu? (Dona, 2023).

O poder estatal se efetiva a partir de políticas públicas, econômicas, habitacionais, educacionais, de assistência social, de saúde, de trabalho e renda, dentre outras. Segundo o anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP (2023, p. 314), “[...] o sistema penitenciário brasileiro deixa evidente o racismo brasileiro de forma cada vez mais preponderante. A seletividade penal tem cor”.

Sharpe (2023, p. 49), ao parrear aprisionamento e tumbeiros, registra a sua atualização, quando relata “[...] reaparecimentos do tumbeiro na vida cotidiana em forma de prisão, de campos de trabalho forçado e da escola”.

O sentenciamento jurídico, que nasceu no período escravocrata, persiste até os dias atuais, tornando o encarceramento uma punição severa, quando analisamos o marcador raça/cor. O sistema penitenciário brasileiro atingiu o maior patamar da série histórica, conforme registrado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), iniciado em 2005. De acordo com o anuário da entidade, divulgado em 2023, dos 826.740 presos, 563.837 são negros encarcerados no país, representando 68,2% do total de pessoas presas, maior percentual já registrado (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 309).

A promulgação do Decreto-Lei 2.848/1940, Código Penal Brasileiro, última atualização

em 21/12/2022, ratifica a pobreza na previsão da multa penal, que constitui impedimento para o acesso ao Cadastro de Pessoa Física (CPF), ao título de eleitor e à carteira de trabalho, fazendo com que muitas pessoas sejam empurradas para a exploração e a clandestinidade e lançadas às calçadas. Conforme afirmam Broide e Broide (2016, p. 86),

A ausência de uma política para o egresso de sistema penitenciário tem um forte impacto na rua. É muito comum que esse saia diretamente da prisão para a rua, sem nenhuma alternativa de vida a não ser o crime organizado, que domina também a vida nas prisões, através de determinadas facções, como o Primeiro Comando da Capital (PCC), no caso do estado de São Paulo.

A condição de ex-presidiárias se encontra nas falas das mulheres entrevistadas, registrando o desalento das que possuem menor escolaridade quanto ao encontro do trabalho com carteira assinada, face às pesquisas criminais, que algumas empresas pesquisam para a comprovação de “bons antecedentes”.

Denominamos desalento o abandono das pessoas que, ao passarem pelo sistema penitenciário, são socialmente exterminadas, sendo-lhes retiradas as instâncias de apelação em decorrência do vestígio. Como explica Birman (2021, p. 153), “Desalento, pois inserido na terra de ninguém, o sujeito não dispõe mais de qualquer instância de apelo”.

O IBGE (2023d), ao nomear os desalentados, descreve-os assim: “Os desalentados são pessoas que gostariam de trabalhar e estariam disponíveis, porém não procuram trabalho por acharem que não encontrariam”. São vários os motivos que levam as pessoas a desistirem de procurar trabalho, entre eles: não encontrar trabalho na localidade, não conseguir trabalho adequado, não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem ou idoso, ou não ter experiência profissional ou qualificação. A classificação não traz a condição da população carcerária e seu drama ao ser cerceado da empregabilidade.

Para muitas pessoas, a única forma de sobrevivência se dá pelo recebimento do benefício de transferência de renda, destinado à superação da fome e da pobreza extrema, chamado Programa Bolsa Família (BF). O BF é um programa de transferência de renda, criado em 2003, pela Medida Provisória (MP) nº 132, posteriormente convertida na Lei nº 10.836/2004. Em 9 de agosto de 2021, foi publicada a MP nº 1.061/2021, promovendo reestruturações e alterando o seu nome para Auxílio Brasil. A MP nº 1.164/2023, convertida na Lei nº 14.601/2023, renomeou o programa para Bolsa Família e promoveu reestruturações no que se refere à valorização da composição familiar, para o recebimento do mencionado benefício.

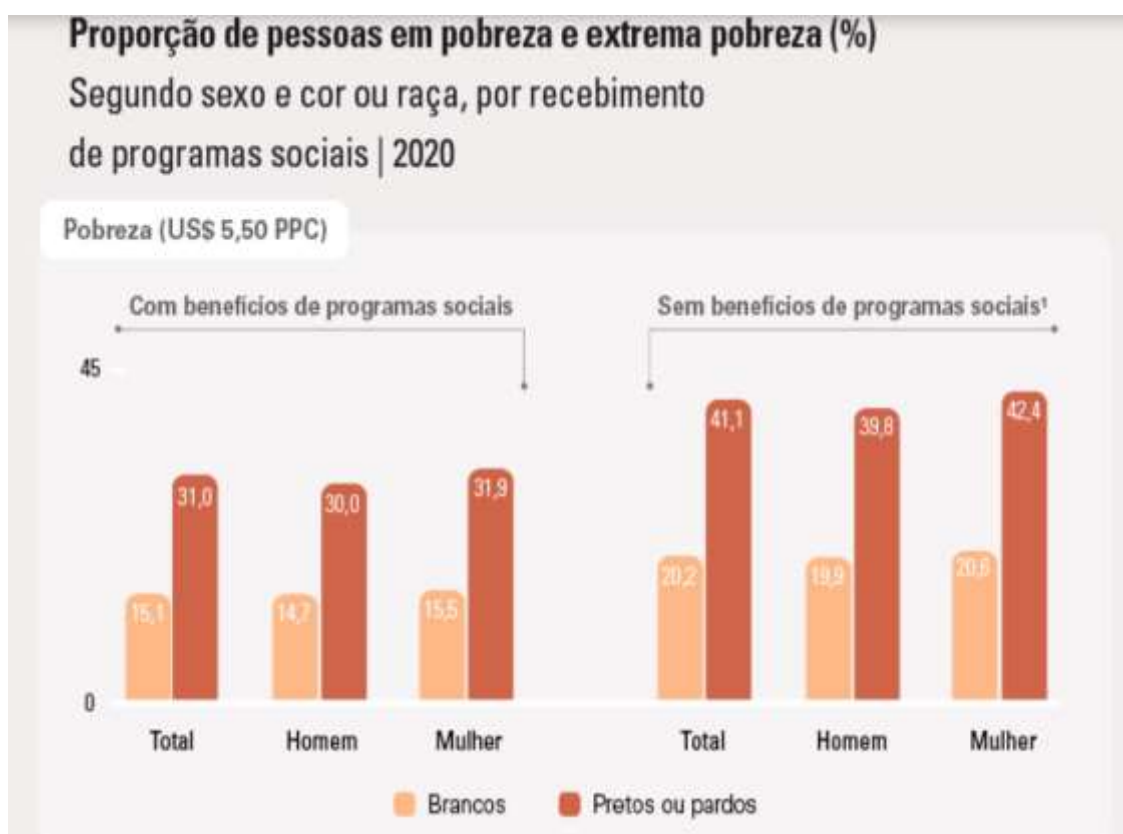
Duas das nossas entrevistadas utilizam o BF para o pagamento de seus aluguéis e, na fala de uma delas, podemos verificar a fragilidade e insegurança que representa o levante das

calçadas, quando se depende de um programa de transferência de renda (e não de um salário) para o pagamento do aluguel, considerando que este pode ser bloqueado ou mesmo suspenso.

Porque se eu quiser voltar para rua é rápido. É ali mesmo naquela maloca, eu faço até uma faxina e o povo vai me ajudar a fazer faxina, vai limpar tudo de boa, mas eu não quero voltar para rua, você entendeu? Porque eu acho que a rua não tá ali para as pessoas ficarem na calçada, ali, dormindo ali. Eu acho que o povo brasileiro, políticos, políticas públicas, eles também têm que querer levantar as pessoas, porque o Brasil é riquíssimo, o Brasil sustenta o mundo, gente. (Dona, 2023).

Como consigo custear o meu aluguel? Porque o meu benefício não foi cancelado, o do Bolsa Família. Não foi cancelado, mas teve problema. Mês passado eu não consegui receber, deu pontinho. Levei documentos, consultei agora no Caixa Tem [Serviço do banco Caixa Econômica Federal] e está com previsão de pagamento. Eu acho que vou receber, mas só acredito quando estiver na conta. (Érika, 2023).

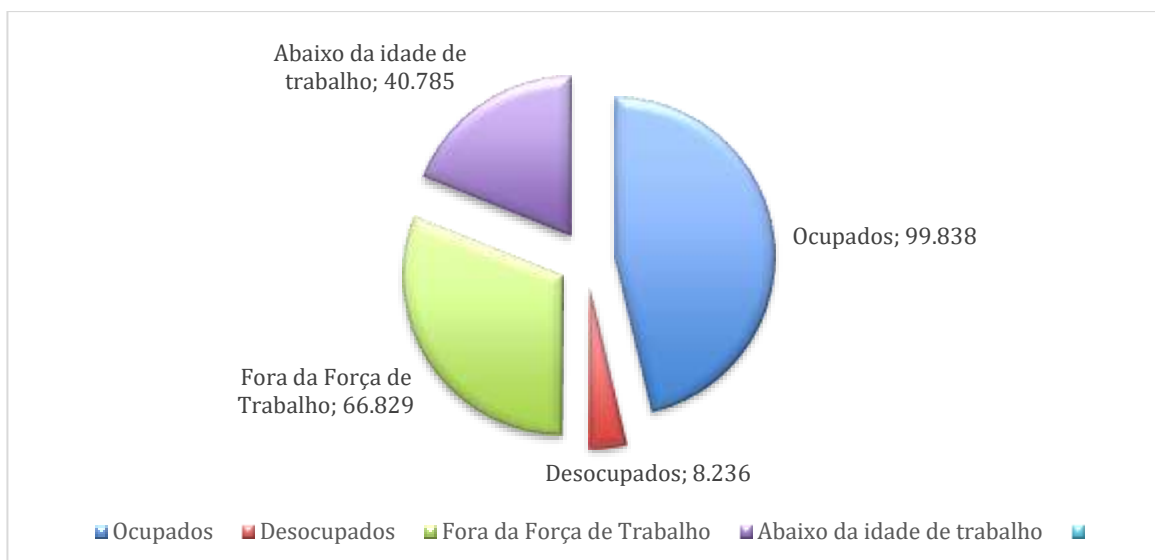
Gráfico 3 – Estudo do IBGE sobre grupos de vulnerabilidade social – 2020



Fonte: Síntese de indicadores sociais (IBGE, 2021).

O gráfico demonstra o lugar reservado às mulheres, principalmente às pretas e pardas, sendo o mais alto em pobreza e extrema pobreza, mesmo com benefícios de programas sociais.

Gráfico 4 – Divisões do mercado de trabalho, 3º semestre de 2023



Fonte: IBGE (2023d).

O IBGE (2023d), ao apresentar os dados com as divisões do mercado de trabalho, classifica as pessoas que recebem o BF em todas as categorias, porém não singulariza a situação das pessoas que, ao passarem pelo sistema penitenciário, muitas vezes ficam impedidas de ocupar vaga formal de trabalho. Dona, que é ex-presidiária, ao relatar a sua perda de oportunidades, revela-nos a dimensão que representa o desemprego.

Eu já perdi as minhas oportunidades, porque eu já fui presa, ex-presidiária, está tudo acabado [...]. Mas as pessoas pedem lá os seus antecedentes criminais, eu dou risada, porque hoje em dia eu não vou mais atrás disso, já desisti disso. Não vou dizer que já desisti. Eu desisti de procurar esses serviços, me aborrecem, entendeu? Mas eles estão por aí. (Dona, 2023).

Sem possibilidade de adentrar ao mercado de trabalho, a população ex-carcerária é exterminada em vida, em decorrência de seus “antecedentes criminais”, processo autenticado pela existência no vestígio, inclusive nos concursos públicos.

4.2 LEVANTES QUE RONDAM TERRAS DE QUILOMBOS: DA MORTE À VIDA EM R-EXISTÊNCIA

A nossa escolha pelo registro do Quilombo do Jabaquara, na cidade de Santos, deu-se em função da entrevistada Érika, uma das participantes desta pesquisa. Ela passa por aquele território todos os dias e nele se encontra um dos locais de permanência, quando esteve em situação de rua. No que se refere à r-existência, esse quilombo marca a integração do negro na

sociedade santista, bem como seu enraizamento no espaço urbano, envolvendo disputas pela terra e pelo trabalho na cidade em desenvolvimento.

No estado de São Paulo, antes da assinatura da Lei de 1888, mulheres e homens escravizados já se dirigiam para o denominado Sítio do Jabaquara, na cidade de Santos³⁷. No século XIX, ele foi reconhecido como o maior quilombo de que se tem notícia na história do país. Não se sabe o número de negros que lá viveram, mas é certo que até escravos do interior se submetiam a descer a serra a pé para viver no reduto do abolicionista Quintino de Lacerda. Ficou conhecido como local de fuga e acolhimento para os escravos da região.

No período pós-abolição, essas terras foram alvo de batalhas judiciais em relação à sua posse, especialmente por causa das reformas e melhoramentos no porto de Santos. Em 1898, Quintino de Lacerda foi processado por Benjamim Fontana, italiano abolicionista, que supostamente cedera algumas propriedades para a formação do reduto do Jabaquara. Fontana entrara em litígio com Gaffrée e Guinle, importantes empresários, que questionavam a posse das terras cedidas. Segundo Rosemberg (2004, p. 1), “A origem do quilombo do Jabaquara remonta provavelmente a 1882, quando as terras onde ele foi erguido foram repassadas aos negros por um italiano, Benjamim Fontana, que provavelmente lhes arrendou a título oneroso”.

Nascimento (2021, p. 104-105) descreve o Quilombo do Jabaquara (Santos):

A alusão que se faz à existência de um quilombo no leste do estado de São Paulo, em Jabaquara (Santos) – alusão divulgada por “abolicionistas”, mas também por indivíduos ligados aos fazendeiros interessados nas fugas a fim de se furtarem da indenização a ser paga aos ex-escravos conforme decretos-leis que precedem a Lei Áurea – provocou a fuga em massa das fazendas em direção a essa “terra da promessa” que veio a constituir o Quilombo do Jabaquara. Esse sentido que teve Jabaquara como a “terra prometida” demonstra o grau de conhecimento que os escravos tinham do quilombo e de como a ideia deste funcionava em suas mentes.

A história deste quilombo, diferentemente de outros, é produto de contrato, recebendo escravos e libertos. Suas terras foram cedidas para ocupação e trabalho. Funcionou por seis anos, sendo alvo de disputa judicial. Em 1886, Fontana e sua esposa, cedentes das glebas para a construção do quilombo, foram à justiça³⁸ reclamar que os réus estariam ultrapassando os domínios de suas terras.

Nesse processo de 1886, os autores, cedentes das glebas para a construção do quilombo, reclamam que os réus estariam turbando sua posse, ao penetrar, erguendo cercas e cavando valos, nos domínios de seu sítio. Fontana acusava Wright de “com grande número de assalariados invadir as terras dos suplicantes estragando as suas plantações de banana e cannas [...]; que além disso concluída dita cerca que passa ao lado d'uma

³⁷ Cf. Histórias e lendas de Santos. Jabaquara, tradição e orgulho de seu quilombo. Disponível em: <https://www.novomilenio.inf.br/santos/h0100b16.htm>. Acesso em: 28 jun. 2022.

³⁸ Juízo de Direito Cível da Comarca de Santos - Acção de interdito possessório em que são Benjamim Fontana e sua Mulher, autores, e Walter Wright, réu, em 24 de fevereiro de 1886. AGFCS. Maço 162.

caza antiga pertencente aos supplicantes e conhecida pela denominação de chácara do Teixeira seram destruídos galinheiros e outras benfeitorias e o prédio diminuído no seu valor e privado o morador de uso d'uma cachoeira” [...] (Rosemberg, 2004, p. 3).

Há quem diga que a disputa pelas terras do Quilombo do Jabaquara ensejou a morte do abolicionista e vereador de Santos, Quintino de Lacerda, reconhecido como comandante do local, estando ligada ao processo judicial pela retomada do território em que o quilombo esteve instalado.

A cidade de Santos poderia ter tido uma noite como tantas naquele dia 10 de agosto de 1898. Porém, o médico Antônio Custódio Guimarães, que se vangloriava de poder ser chamado a qualquer hora do dia ou da noite, teve de ser convocado às pressas em sua residência, Rua Antônio Bento, nº 72, para atender a um caso que parecia ser grave no bairro do Jabaquara. Como veio a se confirmar, o caso era gravíssimo. O paciente, major Quintino de Lacerda, no auge dos seus 43 anos, acabou não resistindo a um “Ataque violento que veio a sofrer às nove e meia da noite e às doze horas faleceu”. (Pereira, 2011, p. 22).

A identidade negra do major Quintino de Lacerda foi e é questionada pelas relações que mantinha com negros e pessoas da elite, na descrição de Antônio da Silva Jardim³⁹. Nascimento (2021, p. 115) nos alerta para o fato de que “[...] no Brasil, nascer com a pele preta e/ou outros caracteres do tipo negroide e compartilhar de uma mesma história de desenraizamento, escravidão e discriminação racial, não organizam por si só, a identidade negra”.

Para Fanon, as incompreensões entre negros, em face do branco, são alienações que desviam o propósito negro de desalienação. Ao fazer menção do aprendizado do francês, alertamos que, seja pela cultura ou pela posse de terra por contrato, o importante é abrir portas que se encontram fechadas, principalmente pelos vestígios que rondam as pessoas negras.

Historicamente, é preciso entender que o negro quer falar o francês porque é a chave capaz de abrir as portas, que, para ele, há meros cinquenta anos estavam interditadas. Entre os antilhanos que se enquadram na nossa descrição encontramos uma busca por sutilezas, por raridades da linguagem – outro dos tantos meios de atestar para si mesmos uma adequação à cultura. (Fanon, 2008, p. 39).

A descrição leva-nos a refletir a respeito do enclausuramento que a posição de liberto impôs aos negros, desde a escravidão, ainda tão presente em nossa sociedade, como descrito por Souza (2021, p. 49):

O negro era paradoxalmente enclausurado na posição de liberto: a ele cabia o papel do disciplinado _dócil, submisso e útil_, enquanto o branco agia com autoritarismo, por vezes paternalista, que era característico da dominação senhorial. Esse lugar e inferioridade se espelhava no modo de inserção da população negra no sistema ocupacional das cidades.

³⁹ Antônio da Silva Jardim (1860-1891) foi um ativista político brasileiro. Formado em Direito, defendeu principalmente as causas dos escravos. Foi o mais atuante propagandista da República

Importante destacar que o momento histórico era de abolição sem planejamento e que as(os) negras(os), sem direito de acesso à terra, tiveram que sair dos locais em que viviam, migrando em busca de trabalho para a sobrevivência. A disputa pelo trabalho sempre foi uma constante na vida de negras(os). Para sobreviver, tiveram que criar territorialidades, pois a vida nos quilombos implicou novas relações para a construção de um lugar próprio. Rosemberg (2004, p. 7) esclarece que “[...] a luta pela manutenção de modos de vida próprios lançou os negros prófugos na roda-viva cidadina, a pelear, como por oportunidades de empregos com outros grupos sociais”.

Tais relações, até hoje, remetem-nos à escravidão, ao terem os negros que se submeter a todo tipo de trabalho que lhes fosse e ainda é oferecido. Segundo Rosemberg (2004, p. 7), de carroceiros a negociantes, de prostitutas a estelionatários, de criados a ensacadores, de estivadores a carregadores, os negros (escravos e libertos) participavam ativamente da vida cotidiana santista, sendo chamados de “fura greve”, ao competirem por vagas entre si e com brancos, principalmente no processo de “parede” na disputa por trabalho na Cia Docas do Estado de São Paulo (CODESP), como se pode perceber na imagem a seguir.

Figura 9 – Estivadores à procura de trabalho, no processo de parede



Foto: Divulgação/Sindestiva.

O Quilombo do Jabaquara também registra o processo de migração interna, descrito por Silvestre (2018, p. 93), que afirma que “[...] adensaram a região litorânea produzindo junto à industrialização e urbanização formais, a urbanização informal, ilegal, clandestina, caótica e precária, desprovida de serviços, majoritariamente negra e muito pobre”.

Figura 10 – Imagem do território ocupado pelo Quilombo do Jabaquara, em Santos (SP)



Fonte: Acervo USP.

A imagem acima apresenta-nos a área do Quilombo do Jabaquara e sua densa ocupação. Até os dias atuais, uma das entradas para o “Morro do Fontana” dá-se por passagem pela Rua Quintino de Lacerda.

A história da entrevistada Érika nos apresenta dois momentos relacionados a este território e sua história: o primeiro ainda em situação de rua, quando frequenta a Rua São Bento, localizada nas terras do antigo quilombo, como se pode ver na imagem a seguir. A Rua São Bento, Bairro Chinês, possui grande concentração de pessoas que fazem uso de substâncias (álcool e drogas).

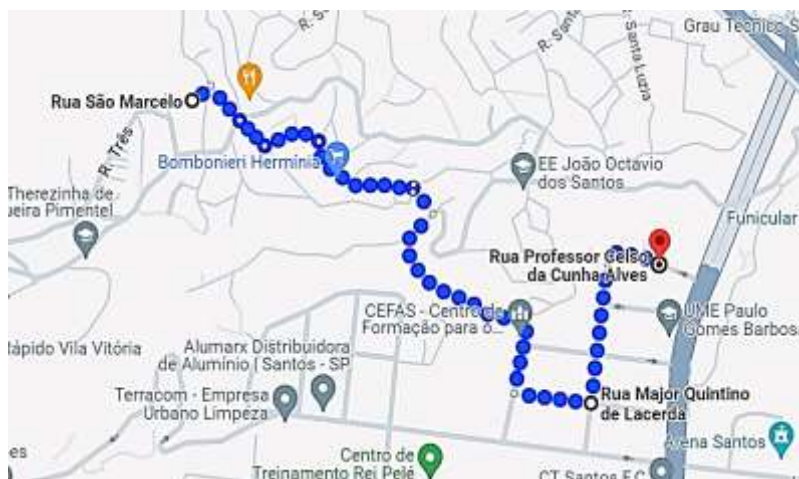
Figura 11 – Os passos de Érika pelo Quilombo do Jabaquara



Fonte: Elaboração da autora (2023), a partir do Google Maps.

O segundo, no levante das calçadas, pelo habitar no Morro São Bento e sua passagem cotidiana pela Rua Quintino de Lacerda. O mapa abaixo foi construído com os referenciais de localização do Quilombo do Jabaquara: Rua Major Quintino de Lacerda, Rua Professor Celso da Cunha Alves (local onde se encontra a placa de referência ao Quilombo do Jabaquara), e o local aproximado onde Érika reside.

Figura 12 – Um quilombo que faz florescer



Fonte: Elaboração da autora (2023), a partir do Google Maps.

O bairro que acolheu Érika está localizado em região periférica, área de morro e, para acessá-lo, passamos pelo “antigo Quilombo do Jabaquara”, como já assinalado. Área habitada por muitas famílias, com Unidade Básica de Saúde (UBS), Bom Prato (Restaurante popular, no qual o café da manhã custa R\$ 0,50, e o almoço e o jantar custam R\$ 1,00) e Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

O habitar de Érika no levante das calçadas se realiza no espaço banal. O espaço banal é aquele onde todos, sem exceção, vivem e do qual se apropriam, destinando aos pobres resíduos para sobrevivência. É o espaço de todas as instituições, é o espaço de todas as empresas. Espaço banal é gerado pela vocação solidária, sustento de uma organização em segundo nível (Santos, 2020, p. 111).

Érika, ao construir o levante das calçadas, aprendeu a habitar em territorialidades no morro São Bento, conforme narra:

Deus escreve certo por linha certa. Escolher esta casa eu não escolhi, mas eu acho que os meus superiores escolheram por mim. A casa que eu moro... entramos ali com uma mão na frente e outra atrás sem nem um copo para tomar água, não tenho vergonha de falar, a única coisa que eu levei foi a colcha do abrigo para me cobrir que nem como cobrir a gente tinha e hoje a gente conquistou tudo. Quando vim para cá, no início eu tive receio, pela minha condição. Pensava como seria. Mas hoje, que nada,

respeito e sou respeitada. Faço o meu caminho, a vizinhança me conhece e gosta de mim (Érika, 2023).

Sua narrativa nos proporciona a compreensão do dito por Bosi (2022, p. 25): “[...], mas não foi a classe dominada que fragmentou o mundo e a experiência; foi a outra classe que daí extraiu sua energia, sua força e o conjunto de seus bens”. Registrei, no meu diário de campo, a procura pela casa de Érika, na vizinhança que a acolhera, no local onde eu morara até os meus 10 (dez) anos.

Agendamos com Érika às 15h00, para chegarmos a sua residência. Fomos ao terminal de ônibus, linha 118, que fez o trajeto até o ponto de referência, Unidade Básica de Saúde (UBS) São Bento. Adentramos à UBS e perguntamos a respeito da localização da Rua S. M., sendo orientada que ficava na descida às “costas” da UBS. Descemos a Rua S. A. e chegamos à Rua S. M., a qual subimos na procura do número indicado. Confesso que sentia tremores nas pernas, face ao esforço da subida. Coração acelerado e alegria por estar no bairro em que nasci e ainda criança mudei do morro, embora seja reconhecida por muitas pessoas, que me confundem e se lembram mais das minhas irmãs e irmãos. Tinha 10 (dez) anos de idade quando meu pai, trabalhador de parede da Cia Docas do Estado de São Paulo, resolveu que eu e meus 6 (seis) irmãos, no total de 11 (onze) filhos. A caçula nasceu na casa, no bairro do Jabaquara (local do antigo quilombo que tem o mesmo nome) e 2 (duas) irmãs e 1 (um) irmão já eram casadas/o. Aposentado e com a casa (alugada) de seu compadre português caindo sobre as nossas cabeças, a alternativa era mudar. Lembro-me da leitura dominical do jornal e de olhar as plantas de apartamentos com muito interesse, sob o olhar de condescendência de meu pai que dizia “filha isso é para depois...”. Obs. No caminho até a casa de Érika me perdi e para localização travei o seguinte diálogo.

Eu: Você me conhece?

Vizinho hétero: Sim

Onde fica o número XXXX

Vizinho hétero: Fica mais pra baixo, que número é?

Eu: Onde mora a mulher trans.

Vizinho hétero: Ali, eles têm um cachorro que late muito para o meu. É uma mulher alta.

Anoto aqui, a aceitação e a referência, a respeito de Érika na sua vizinhança, no bairro que a acolheu. (Registro próprio).

Ao relatar o vivido no percurso para o encontro com Érika, com minha autobiografia, faço-o como Christina Sharpe (2023, p. 24), remetendo-se a Hartman⁴⁰, ao registrar:

[...] o “exemplo autobiográfico”, diz Saidiya Hartman não é uma história pessoal que se dobra em si mesma; não se trata de olhar para o próprio umbigo, trata-se realmente de tentar olhar o processo histórico e social e a própria formação como uma janela para os processos sociais e históricos, como um exemplo deles. Como Hartman, registro o pessoal para contar uma história capaz de produzir envolvimento e de se opor à violência da abstração.

Érika, ao reconhecer-se respeitada e declarar o seu respeito em relação a sua vizinhança, demonstra-nos o quanto o habitar é aprendido em resguardo para a construção da demora.

A partir do local que inicialmente gerara receio, pela sua condição de mulher trans,

⁴⁰ Saidiya Hartman in Patricia J. Saunders, “Fugitive Dreams of Diáspora: Conversations with Saidiya Hartman”. *Anthurium: A Caribbean Studies Journal*, v. 6 n.1 p. 7.

aprendeu a habitar, construindo territorialidades, e seus vizinhos reconhecem e legitimam a sua identidade de mulher. Nos encontros posteriores às entrevistas, pudemos assistir o habitar e a construção de sua demora, da casa com o companheiro e o filho pet. Inicialmente vazia de móveis, somente possuindo o cobertor, construiu o resguardo e a demora; a partir de campanha de doações, ganhou os móveis, efetivou a matrícula na universidade pública, casou-se legalmente com o seu companheiro e fez retificação do nome e do sexo nas certidões de nascimento e casamento, a qual nos apresentou com orgulho, bem como formalizou o coletivo *Donnas da Rua*.

Schor (2018, p. 109) nos ensina que “[...] o comum às pessoas em situação de rua é privação absoluta e a ausência de moradia”. Para a construção do resguardo de si, que se dá na manutenção do corpo e defesa da vida, as mulheres negras alugam espaços de moradia, fazendo-nos refletir o quanto o ônus excessivo com aluguel urbano, acentuado na faixa das mulheres com menor renda, pode representar estreita ligação com a situação de rua.

Ao questionarmos como se dá o sustento da casa em que vivem, duas entrevistadas informaram contarem apenas com o benefício do Bolsa Família, no valor de R\$ 600,00⁴¹.

A seguir, apresentamos os dados da Fundação João Pinheiro (2022, p. 225-227), precisamente os resultados que “[...] apontam para tendência de elevação do déficit habitacional total, especialmente puxado pelo componente Ônus Excessivo com o Aluguel Urbano, entre domicílios chefiados por mulheres, da cor/raça (branca, preta e parda) com até um salário-mínimo de renda domiciliar”.

Tabela 1 - Distribuição do Ônus Excessivo com o Aluguel Urbano, mulheres como responsáveis pelo domicílio, segundo faixa de renda domiciliar até 1 salário mínimo e cor/raça do responsável reponderado – Brasil – 2016 a 2019

Anos	Parda	Preta	Branca
2016	22%	5%	12,4%
2017	22,3%	6%	11,7%
2018	21,7 %	5,1%	11,5%
2019	25,5%	4,5%	11,8%

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP) (2022).

⁴¹ O benefício passou em janeiro de 2023 de R\$400,00 para R\$ 600,00 podendo ser acrescido de outros valores, no caso da existência de filhos/as. <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/novo-bolsa-familia-garante-valor-minimo-de-r-600-por-residencia-renda-minima-por-pessoa-e-adicional-para-criancas-adolescentes-e-gestantes>

Tabela 2 - Distribuição do Ônus Excessivo com o Aluguel Urbano, mulheres como responsáveis pelo domicílio, segundo faixa de renda domiciliar com mais de 1 até 2 salários mínimos e cor/raça do responsável reponderado – Brasil – 2016 a 2019

Anos	Parda	Preta	Branca
2016	16,1%	3,5%	6,8%
2017	14,1%	2,5%	7,0%
2018	13,5%	3,6%	5,2%
2019	12,2%	2,4%	4,1%

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP) (2022).

Tabela 3 - Distribuição do Ônus Excessivo com o Aluguel Urbano, mulheres como responsáveis pelo domicílio, segundo faixa de renda domiciliar com mais de 2 até 3 salários mínimos e cor/raça do responsável reponderado – Brasil – 2016 a 2019

Anos	Parda	Preta	Branca
2016	0,9%	6,8%	3,2%
2017	5,4%	1,2%	3,0%
2018	4,5%	0,7%	2,6%
2019	3,4%	1,3%	2,3%

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP) (2022).

Os dados demonstram que o déficit habitacional atinge diretamente as mulheres negras com renda entre 1 e 2 salários-mínimos, fazendo com que elas sintam o “ônus com o aluguel” de forma mais profunda e impactante nas suas rendas.

Nas narrativas, encontramos falas de que o programa de repasse de renda, bolsa família, é o responsável pelo pagamento do aluguel e que a alimentação e outras demandas são atendidas de forma precária ou suprimidas em função da falta de recursos financeiros.

Como consigo custear o meu aluguel? Porque o meu benefício não foi cancelado o do Bolsa Família, não foi cancelado, mas teve problema. Mês passado eu não consegui receber. Deu pontinho. Levei documentos, consultei agora no Caixa Tem e está com previsão de pagamento (Érika, 2023).

De renda, só auxílio bolsa família (R\$ 600,00), bolsa RD⁴² e não estou recebendo mais. Vou concorrer em novo edital para pagamento. Graças a Deus, pagando o aluguel, o resto a gente se vira. E só, faço o corre do CRAS e sou fortalecida por outras pessoas. Se não der, tudo bem (Dona, 2023).

⁴² Redução de Danos (RD) visa à construção coletiva de soluções emancipatórias para as questões que envolvem saúde mental, o uso radical de drogas e vulnerabilidades associadas, desenvolvendo formações, que apostam na viabilização do protagonismo daqueles que têm o seu sofrimento estigmatizado e criminalizado, projeto desenvolvido pelo Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão DiV3rso da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista. Disponível em: <https://caec.iss.unifesp.br/en/informes/documentario-reducao-de-danos-uma-etica-de-ampliacao-da-vida>. Acesso em: 12 jan. 2024.

Pelos relatos, percebe-se que a construção do processo de levante das calçadas é um ato de exercício de força para além da capacidade humana. É pela “inumanização”, que lhes é atribuída, que mulheres, com seus corpos negros, exercem forças para se levantarem das calçadas. Força que somente as deidades possuem e desempenham munidas de laços da verdade, braceletes e com os seus superpoderes mágicos de força e velocidades superiores. Como afirma Érika, “Nesta situação, a montanha fica na frente da semente de mostarda. Aí que você vê: como você vai fazer aquilo? Quando você vê que transpôs esta montanha, venceu todos os obstáculos, você é muito mais que vitoriosa. É realmente uma Mulher Maravilha”. Segundo Arendt (2020, p. 14),

[...] o fato de que as tentativas de definir a natureza do homem levam tão facilmente a uma ideia que nos parece definitivamente “sobre-humana” [super human], e é, portanto, identificada com o divino, pode lançar suspeitas sobre o próprio conceito de (natureza humana).

As forças exercidas no levante são: a força negativa pela imposição da “inumanização” e a força vital. A força pela imposição da inumanização é aquela que faz com que as(os) negras(os) existam no vestígio, onde o lugar do significante é espectro da escravidão. A força vital é a exercida pela mente, herdada dos seus ancestrais, descrita pela filosofia bantu “[...] no reconhecimento de um modo de ser brasileiro, ensinado pela diáspora africana, que se traduz por momentos de aparente aceitação das dificuldades para a construção de resistências” (Nascimento, 2021, p. 250).

A política de atendimento mais próxima da pessoa em situação de rua, na transição para o levante, é o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), via Centro-Pop (Centro Especializado de atendimento à população em situação de rua). Todavia, não conta, em sua tipificação, com serviço ou equipe para o desenvolvimento de planejamento, acompanhamento e alicerce para o levante, e que evite o deitar-se nas calçadas. Broide e Broide (2018, p. 80), ao destacarem o não planejamento para o levante das calçadas, alertam-nos:

A ausência de um planejamento, ou mesmo de uma experimentação acompanhada desse passo, articulado com o serviço de referência, gera uma importante insegurança no sujeito de reinserção social (cidadania) e induz ao fracasso das equipes e usuários.

A r-existência aos constantes ataques à condição humana não retira o desejo, os sonhos e a busca pelas conquistas em suas ações no mundo, ainda que as falas revelem a desproteção que as acometeram, desde a transição entre as calçadas e a efetivação do levante, ou mesmo estando ainda nele.

4.3 LEVANTE, ANCORAGENS, DESEJO, EXPERIÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

É por meio das narrativas que percebemos que o levante das calçadas é ato processual que se desenvolve na fisiologia do desempenho da vida, que encontra na cor vermelha e preta a sua representação, desde a chegada das primeiras escravas ao Brasil, construído por meio de ancoragens, tempo, amizade e amor, sustentado por materialidades (recursos financeiros e móveis).

As calçadas são lugar do adoecimento, de entrega em sujeição ao concreto extremo, no qual a única alternativa é o alívio imediato das pressões internas e externas.

Assim, adoecer é estar diante da morte, o conflito é estar diante da violência física e da fragmentação da família. As rupturas, muitas vezes, significam a vida nas ruas e a rua é a morte pela AIDS, pela violência, drogadição e prostituição. (Broide; Broide, 2010, p. 55).

O enquadre, nos corpos pretos e pardos, enfatiza o quanto “[...] o contemporâneo é marcado pelo projeto neoliberal, onde a imaginação, o corpo, o tempo, o espaço e o excesso são a centralidade necessária para a existência” (Birman, 2021, p. 125). Aos corpos negros é reservada a desigualdade, pela ocupação do *ranking* nas estatísticas, que refletem a violência e a opressão. De acordo com Andrews (2018, p. 76),

[...] “desigualdade” refere-se a qualquer relação em que os valores numéricos (ou outros) atribuídos aos itens que estão sendo comparados não são os mesmos...Quando sociedades inteiras são descritas como extremamente desiguais, significa que os bens sociais importantes - riqueza, educação, saúde, expectativa de vida, representação política – estão distribuídos por toda a sociedade de maneiras muito desiguais, com pequenos grupos de elite recebendo muito mais do que seria proporcionalmente sua parcela, e grandes grupos de não elites com acesso a uma parte muito menos do que lhe caberia.

O Censo de contagem da População em Situação de Rua (PSR) registra que os corpos pretos e pardos das mulheres são a raça/cor que mais incide nas ruas. Na contabilidade das desigualdades, destacamos que as mulheres pretas e pardas configuram o maior contingente entre as mulheres em situação de rua, o que nos faz refletir a respeito do lugar destinado a elas desde a exploração escravocrata.

Resistir é o morrer ontem e o continuar na existência do hoje, “[...] efetivando pela procura da acumulação de força vital de singularização a busca pelo fortalecimento do corpo e da mente para o funcionamento da máquina existencial e física que gera a manutenção da vida” (Nascimento, 2021, p. 250-251).

Faz-se necessário conectar a pessoa à vida, quando o rompimento ou a fragilização dos seus vínculos refletem a morte. Para Broide e Broide (2016, p. 30),

[...] o que liga um sujeito a vida são as ancoragens, fios invisíveis que se dão por

relações transferenciais construídas nas escutas qualificadas que formam laços e mantém o sujeito vivo.

“Ancoragens” não é um conceito propriamente dito, mas um termo que nos permite estruturar uma metodologia de trabalho baseada na escuta qualificada e na consideração da relação transferencial estabelecida... (Broide; Broide, 2016, p. 30).

A efetivação do levante das calçadas se faz a partir de ancoragens que se constituem em responsabilização na construção de laços que levem a termo o amor e a amizade para a construção do cuidado em experiência e desejo, conceitos revelados nas falas das entrevistadas:

Quadro 2 – Conceitos e falas das entrevistadas

<p>Amor: “[...] ato de vontade, ação e intenção, que possui ingredientes próprios” (hooks, 2021)</p>	<p>“Eu atribuo à força do amor, do cuidado, e com o tempo eu percebi que quando eu cuido dos outros eu cuido de mim, e quando cuido de mim eu cuido do mundo inteiro” (Érika, 2023).</p>
<p>Cuidado: “Cuidar de pessoas negras mortas ou à beira da morte: zelar pelas pessoas negras, pelo povo preto, que vivemos constantemente empurradas para a nossa morte? Significa trabalho. É trabalho: trabalho emocional, físico e intelectual árduo que exige atenção vigilante às necessidades de quem está morrendo, para facilitar seu caminho, e também às necessidades de quem vive” (Sharpe, 2023, p. 27).</p>	<p>“[...] se você não desistir – tem esperança. Não é fácil, porque não foi fácil comigo. Foi tudo um vínculo, mas não desiste da mãe com o seu filho. Usuária de droga, principalmente negra, porque a gente é muito... como eu posso falar a palavra certa, discriminada, por ser negra, pobre e usuária de droga” (Iansã, 2023).</p>
<p>Amizade e solidariedade: “Amizade e solidariedade significam princípio ético fundamental, só possível quando estamos realmente humildes (voltados ao húmus-terra). Então compreendemos que a nossa biografia é diferente do paciente, mas somos companheiros de viagem pelas intempéries da existência”. (Safra, 2004, p. 147).</p>	<p>E ali foi criando esse vínculo, essa amizade e eu fui me sentindo segura. Toda vez que eu estava no uso, toda vez que eu via a polícia, eu corria para o lado do consultório. Com eles eu me sentia segura, porque a polícia não mexia com a gente por causa deles. Quando o carro estava lá, eles não podiam chegar perto da gente. Eu me sentia protegida e aí foi indo, fiquei grávida. É que você é... os outros passa e você é um nada. (Iansã, 2023).</p>
<p>Ancoragens: “[...] o que liga um sujeito a vida são as ancoragens, fios invisíveis que se dão por relações transferenciais construídas nas escutas qualificadas que formam laços e mantém o sujeito vivo” (Broide; Broide, 2016, p. 30).</p>	<p>“L falava comigo no telefone, ela era o meu, ela era eu meu seguro. Não me abandona! Não me abandona porque eu só tenho você! É aquele ditado não me abandona, mas eu não sabia que era assistente social” (Iansã, 2023).</p>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2024).

Por responsabilização, entendemos a emissão de ações que entreguem a humanidade às pessoas negras. Não se trata de processo de culpabilização de pessoas brancas pelos processos sociais e históricos que deram origem à negridade e à existência no vestígio, mas sim a construção de um viver enquanto outro, ou seja, tornar-se a segunda pessoa no discurso “você”,

na conversa como um igual. Ribeiro (2019, p. 36) nos diz que “[...] diferente da culpa, que leva à inércia, a responsabilidade leva à ação. Dessa forma, o primeiro passo é desnaturalizar o olhar condicionado pelo racismo; o segundo é criar espaços, sobretudo em lugares que as pessoas negras não costumam acessar”.

Ao recorrermos ao amor, concebemos que este é ato de vontade, ação e intenção, que possui ingredientes próprios. Segundo hooks (2021, p. 12), “[...] para amar verdadeiramente devemos aprender a misturar vários ingredientes: cuidado, afeição, reconhecimento, respeito, compromisso e confiança, assim como honestidade e comunicação aberta”.

As entrevistadas, ao referirem o cuidado no processo de levante das calçadas e pós, descrevem-no, conforme Sharpe (2023, p. 27),

Cuidar de pessoas negras mortas ou à beira da morte: zelar pelas pessoas negras, pelo povo preto, que vivemos constantemente empurradas para a nossa morte? Significa trabalho. É trabalho: trabalho emocional, físico e intelectual árduo que exige atenção vigilante às necessidades de quem está morrendo, para facilitar seu caminho, e também às necessidades de quem vive.

É no acolhimento da fala das mulheres negras pela escuta qualificada que podemos conceber o quanto a amizade se encontra presente no processo de levante das calçadas. As falas, ao encontrarem ouvidos atentos, realizam trocas que transcendem a comunicação protocolar. De acordo com Costa (2004, p. 46),

[...] os interlocutores e seu sentimento de mundo, pode inspirar afeição e até ações cívicas. Podem instaurar uma forma de amizade que Hannah Arendt asseverou como a mais importante das virtudes política: A amizade que não depende de intimidade (embora possa prepará-la) e é mais que respeito a opiniões alheiras. A amizade que, íntima ou não, faz reconhecer que um ponto de vista se tornou mais verdadeiro quanto mais provou ponto de vista que não são o meu.

A condição humana implica que a relação chamada transferencial esteja aportada na amizade e na solidariedade, pela conscientização de que o humano que nos procura está irmanado em nós. Conforme Safra (2004, p. 147),

Amizade e solidariedade significam princípio ético fundamental, só possível quando estamos realmente humildes (voltados ao húmus-terra). Então compreendemos que a nossa biografia é diferente do paciente, mas somos companheiros de viagem pelas intempéries da existência.

Existir enquanto mulher e negra é carregar na pele o maior órgão do corpo humano, o traço imposto pelo significante do lugar de Outro. Lacan (2003) concebe o traço unitário como marca primeira do surgimento da pessoa a partir do significante. Segundo Rinaldi (2008, p. 2, grifo do autor),

Lacan afirma que todo significante é constituído pelo traço, isto é, tem o traço como

suporte. Ele parte da noção de *traço único*, apresentada por Freud na teoria da identificação, como identificação parcial a um traço do objeto, transformando o *único* freudiano em *unário*, termo através do qual introduz sua concepção do *um*, fundamento da diferença que demarca o conceito de identificação pela via simbólica, afastando-se da ideia de unificação que perpassa as identificações imaginárias.

Desde cedo, o traço que lhes dá o significante de diferente já lhes marca a vivência. Vivência na qual possuir as cores preta ou parda aciona o perigo e gera o medo para pessoas que se permitem a uma visão simplificada e estereotipada a respeito das(os) negras(os). Para Silva (1995, p. 43), o estereótipo corresponde

A uma visão simplificada de uma pessoa (ou de um grupo de pessoas) que constrói uma ideia negativa a respeito de outra pessoa (ou de um grupo de pessoas) seja pelo pertencimento étnico-racial, pela religião, pela classe social, pela idade etc. dessa outra pessoa.

As condições precárias vividas pelas mulheres negras, desde a escravidão, possibilitam compreendermos o vazio e o desalento impostos pelo lugar de Outro.

O Outro que “inumaniza” e que confirma a herança socioeconômica escravagista, deixada ao traço que reveste os corpos das(os) negras(os), impõe a nomeação de mão de obra escrava e as implicações que a condição de miseráveis, bem como a construção de teorias que as naturalizam. Nogueira (2021, p. 104-105) nos esclarece:

Louis Conty⁴³, médico francês radicado no Brasil como professor da Escola Politécnica, realizou, em 1878, estudos sobre a realidade brasileira dando ênfase à população negra que, na ocasião, vivia o processo que culminou na abolição. [...]. Os negros, segundo Conty, eram sujeitos afeitos à vagabundagem, recusavam-se a trabalhar, tinham tendências ao alcoolismo e à marginalidade (resultado de sua inferioridade racial). Os negros revelavam-se indiferentes em suas relações sociais: não se importavam com os laços filiais e suas mulheres eram objetos servis; não formavam famílias, eram por natureza desagregados; conviviam com a violência de modo diferente e apático, isto é, como não eram sensíveis aos castigos violentos a que eram submetidos, não construíam uma consciência moral e ética, o que, para Conty mostrava que os negros eram potencialmente selvagens, atestando sua incapacidade de serem cidadãos.

O registro de Louis Conty, apresentado por Nogueira (2021), foi realizado 10 anos antes da abolição, naturalizando as barbáries cometidas contra o povo negro, ao tomar o efeito pela causa; entretanto, demonstra a força de um passado que perdura e se repete, principalmente quando se refere a pessoas em situação de rua, à depreciação de seus valores morais e éticos. É ainda a autora, a respeito deste registro, que afirma que

Essa visão, embora caricata, subsiste ainda, de alguma forma inscrita num dado universo de teorizações científicas, que deram e ainda hoje dão suporte às representações que fazem parte das construções imaginárias socialmente elaboradas sobre o negro (Nogueira, 2021, p. 105).

⁴³ Conty, L. *L'Esclavage au Brésil*. Paris: Guillaumin et Cie, 1981.

O processo de “inumanização” nos faz descobrir no susto que o vestígio sobrevive desde as primeiras vezes que saímos sozinhos, como relatado por Geovani Martins, no livro *Sol na Cabeça*, no conto Espiral:

Começou muito cedo. Eu não entendia. Quando passei a voltar sozinho da escola, percebi esses movimentos... do jeito que eu mais detestava, distraído, me assustava com o susto da outra pessoa, neste caso, uma velha incomodada por dividir o ponto de ônibus só comigo... pensei essa velha não imagina que eu tivera avó, mãe, família, amigos essas coisas que fazem nossa liberdade valer mais que bolsa nacional ou importada (Martins, 2018, p. 17-19).

As mulheres negras têm sido nomeadas e autorizadas pelo repertório de possibilidades significantes em que estão inscritas. “O que o olhar do outro lhe mostra, desse modo, é o que, no seu desejo, o sujeito negro recusa: o fato de que ele é a encarnação do significado ‘negro’, na medida em que ele traz no corpo o significante ‘negro’.” (Souza, 2021, p. 122). Ter, no corpo a cor que, no passado não tão distante, autorizou a escravidão marca o significado histórico e social construído que nomeia o significante de ser negro. Nogueira (2021, p. 119-120) nos ensina que

O “ser negro” corresponde a uma categoria incluída num código social que expressa dentro de um campo etnossemântico em que o significante “cor negra” encerra vários significados. O signo “negro” remete não só a posições sociais inferiores, mas também a características biológicas supostamente aquém do valor das propriedades biológicas atribuídas aos brancos. Não se trata, está claro, de significados explicitamente assumidos, mas de sentidos presentes, restos de um processo histórico-ideológico que persistem numa zona de associações possíveis e que podem, a qualquer momento, emergir de forma explícita.

Na compreensão do levante das calçadas, acomodamos o feminismo negro, a partir do conceito de interseccionalidade. Esse termo foi cunhado pela intelectual estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989, para a compreensão dos cruzamentos de desigualdades, e que revelam a intensidade da exclusão e do sofrimento das mulheres negras, quando confrontados com outras variáveis, tais como racismo, etnia, patriarcalismo, classe e outros. Segundo Crenshaw (2002, p. 177), “[...] o pensamento interseccional trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento”.

Anterior a Crenshaw, no Brasil, feministas negras, como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento, Conceição Evaristo, entre outras, já se debruçavam e produziam conhecimento e debatiam questões próximas, no contexto brasileiro e da América Latina, a respeito das mesmas questões.

A ideia de “ser mulher e negra” foi se alterando ao longo dos anos, principalmente nas últimas duas décadas, por fatores diversos, entre eles, a representatividade e fala das feministas

negras, que “[...] insurgentes pela própria natureza do trabalho que fazem estão necessariamente rompendo com o estereótipo que nos fazia crer que a ‘verdadeira’ negra é sempre aquela que fala visceralmente, que prefere o concreto ao abstrato, o material ao teórico” (hooks, 2017, p. 94).

Lélia Gonzalez, importante intelectual e ativista brasileira, é considerada a primeira mulher negra a se dedicar ao estudo de raça, gênero e classe social no Brasil. Ao discorrer sobre a condição da mulher negra na sociedade brasileira e os estereótipos que lhes são impostos, Gonzalez (1984, p. 224) afirma:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular.

A socióloga Patrícia Hill Collins, feminista afro-estadunidense, tem contribuído de forma significativa para o debate a respeito da interseccionalidade. No seu livro *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*, relata-nos a abrangência da interseccionalidade, tanto dentro como fora da academia. Diversos profissionais têm usado cada vez mais análises interseccionais para lançar luz em problemas importantes. Para ela,

O alcance da interseccionalidade não se limita aos Estados Unidos. Em um contexto global, ativista de base e ativistas na interconexão das categorias de raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nacionalidade, idade e competência lança nova luz sobre como as desigualdades sociais locais se articulam com os fenômenos globais (Collins, 2022, p. 37-38).

O lugar de fala das mulheres negras que se levantaram das calçadas, por vezes, é silenciado e desconsiderado e incluído/excluído de forma perversa. Kilomba (2019, p. 51), ao relatar o lugar de fala das mulheres negras, exemplifica o quanto as estruturas das vozes e escutas hegemônicas as silenciam:

Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido, ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em nossa cultura, e mesmo em nós.

É pela dialética inclusão/exclusão que procuramos entendimento para a negação do lugar de fala das mulheres negras, que são incluídas ao emitirem fala a respeito da realidade que as envolvem, mas, ao serem vistas a partir de sua situação social, normalmente a de pobreza, são desqualificadas, fazendo com que sejam excluídas. Segundo Sawaia (2009a, p. 9), “[...] exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. [...] Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros”.

Paugam (2003) nos ensina que abordar a desqualificação social é verificar questões

relativas à situação de pobreza e exclusão que envolve os indivíduos face às condições precárias em que vivem e o quanto o modo de vida é visto como ameaça à coesão social. Segundo ele,

[...] estudar a diversidade dos *status* que definem as identidades pessoais, ou seja, os sentimentos subjetivos acerca da própria situação que esses indivíduos experimentam no decorrer de diversas experiências sociais, e, enfim, as relações sociais que mantêm entre si e com o outro (Paugam, 2003, p. 47).

Ao voltarmos o nosso olhar para a atualidade, podemos constatar que o projeto neoliberal de valorização do mercado e da moral, adotado pelos governos, revela sua completa dimensão, pois têm contribuído para a desqualificação e a exclusão, com “[...] a reprodução das marginalizações, estigmatizações, estratificações; enquanto se afasta do enfrentamento às desigualdades na celebração de um passado escravocrata” (Brown, 2019, p. 32).

As eleições de 2018, no Brasil, estão cunhadas em nossas vidas, pela subida das forças de direita e o insistente esgarçamento do tecido social, pela busca da deslegitimação da democracia e tudo que se liga a ela. Brown (2019), ao analisar o cenário instalado pelo mundo em 2018, descreve a exaltação crescente do ódio e da belicosidade racistas, anti-islâmicos e antisemitas, que se apresentam de forma local e pelas redes sociais, no repúdio ao social,

[...] que conjugam elementos já familiares do neoliberalismo (favorecimento do capital, repressão do trabalho, demonização do Estado social e do político, ataque às igualdades e exaltação da liberdade) com seus aparentes opostos (nacionalismo, imposição da moralidade tradicional, antielitismo populista e demandas por soluções estatais para problemas econômicos e sociais). (Brown, 2019, p. 10).

Os governos mandatários das políticas públicas que representam as possibilidades de soluções concretas para as dificuldades percebidas para sua formulação, ao não preverem a alteridade e a singularidade das pessoas, autorizam processos de dominação nas áreas de saúde, educação, assistência social, trabalho e outras. Políticas públicas nasceram para a sustentação dos nossos direitos e garantia de acesso e defesa deles,

Envolvendo a dimensão social e a política, relativas ao campo do poder público, responsável por sua implementação, e ao campo da participação social, as políticas públicas apresentam ainda uma dimensão subjetiva, na medida em que, para garantir sua eficácia, precisam levar em conta a alteridade e singularidade dos sujeitos à que se propõem atingir, e os aspectos sócio-históricos da produção social do humano (Stamato, 2016, p. 12).

Ao pensarmos na garantia das políticas públicas, geralmente exercidas sob a indiferença em relação aos marcadores raça e gênero, vislumbramos que, às mulheres negras em situação de rua, é imposta a condição de lagartas. Contudo para o processo de levante das calçadas, exige-se que se metamorfoseiem em borboletas, com asas besuntadas no óleo.

O tempo é fator de grande importância no processo de levante das calçadas; é na longevidade que se constroem os vínculos, que representam o secar das asas, para que o voo seja possível. Martins (2018) nos relata que ninguém nasce borboleta. A borboleta é presente do tempo. Mulheres não voam, mas necessitam se levantar das calçadas para habitar a cidade e os espaços como cidadãs.

O tempo a que me refiro é o mesmo de Sharpe (2023, p. 190, 194), quando afirma: “No meu texto, o tempo é a totalidade de nossos ambientes; o tempo é o clima total; e esse clima é antinegro [...]. No que estou chamando de tempo, a antinegridade é tão alastrada quanto o clima”.

As entrevistadas, sem exceção, referiram-se à moradia convencional como o lugar da concretização do levante das calçadas e, de forma subjetiva, a tecnologias tão leves que podem passar despercebidas.

A objetividade do levante se dá no respeito de escolha entre deitar-se sob o teto de estrelas ou de telhas, concreto ou madeiras. Para conquistarem moradia, necessitam de suportes, como o oferecido pelas políticas de atendimento, que lhes permitam apresentar em corpo e fala as suas singularidades. Necessitam também de transferência de renda e da habitação, entre outros, que garantam o direito à cidade, nas três esferas de gestão. Weil (2022, p. 23) nos ensina que “[...] um alimento indispensável à alma humana é a liberdade. A liberdade, no sentido concreto da palavra, consiste na possibilidade da escolha”.

Podemos atribuir às mulheres negras escravizadas, representadas na fala das entrevistadas, testemunhas do vestígio, o desempenho da vida pela força vital. “O comportamento bantú se centra em um único valor: a força vital [para o africano] é a força, a vida, a vida cheia de força, a força vital” (Tempels, 2022, p. 37-38, tradução nossa). Segundo ele, essa força não é simplesmente força física, mas “[...] engloba a totalidade do ser, a totalidade da existência” (Tempels, 2022, p. 38, tradução nossa).

Força que pode ser utilizada como resposta à pergunta clássica, que muitos se fazem, de forma verbalizada ou não, ao avistarem uma pessoa em situação de rua: de onde extrai forças para continuar viva?

As mulheres negras, na construção do processo de levante das calçadas, esperam que a ação humana se realize, aquela do encontro com o outro que humaniza e se realiza pelo estabelecimento do amor, como pudemos verificar na fala de Érika. Sapienza (2004, p. 41) nos ensina que “[...] existir é ‘ser-com’ o outro [...]”.

Para isso, profanaram dispositivos, ao aprenderem a habitar em territorialidades, agarrando ancoragens pela construção de relações gratificantes de amor, amizade e

solidariedade. Foram exercendo a força vital, na busca pela manutenção do corpo e da mente, ainda que pela construção diária de r-existências contra a inumanização e a reafirmação da humanidade, em posição contrária ao exercício do biopoder estatal, em seu modelo de gestão necropolítica.

As mulheres negras, enquanto seres viventes, constituem-se por dispositivos. Para Agamben (2005, p. 14), “[...] todo dispositivo implica, com efeito, um processo de subjetivação [...]”. Ao realizarem o processo de levante das calçadas, rompem com controles e ordenanças da necropolítica, construindo o surgimento da pessoa de desejo (profano).

Agamben (2005) nos apresenta o dispositivo como qualquer coisa que tenha, de algum modo, a capacidade de constituir o ser vivente. Esclarece, ainda, que a origem etimológica e histórica do termo surge a partir do controle e ordenação da vida na terra, desde a constituição da igreja, pela visão do sagrado. Ao controle e ordenação sagrada, contrapõe a liberação da busca, do que foi separado pelo sagrado e regulado pelo sacrifício, pela restituição à possibilidade de uso comum, que se dá na profanação.

É possível definir religião, nesta perspectiva, como aquilo que subtrai coisas, lugares, animais e pessoas do uso-comum e as transfere para uma esfera separada. Não só não há religião sem separação, mas toda separação contém ou conserva em si um núcleo genuinamente religioso... Mas, aquilo que foi ritualmente separado pode ser restituído pelo rito à esfera profana. A profanação é o contradispositivo que restitui ao uso comum aquilo que o sacrifício havia separado e dividido (Agamben, 2005, p. 5).

Para que possamos nos aproximar da compreensão do “ser mulher negra no levante das calçadas”, percorremos o caminho dos significados e das práticas sociais em busca dos processos psíquicos que constituem as subjetividades dessas mulheres concretas em suas complexidades.

As mulheres negras que efetivaram o levante das calçadas, no campo político, são inconfundivelmente negras. Elas não possuem o subterfúgio da máscara branca. Carregam no corpo o que muitos dão o significado de maldição e desejam livrar-se: “[...] os laboratórios mais sérios do mundo enxaguaram suas provetas, ajustaram suas balanças e iniciaram pesquisas que permitirão aos coitados dos pretos branquear e, assim, não suportar mais o peso dessa maldição corporal” (Fanon, 2008, p. 104-105).

A repressão ao corpo negro, no uso da droga, demonstra o quanto pertencer ao fenômeno população em situação de rua é se transformar inexoravelmente em uma problemática passível de disciplina por punição. Para Mayora (2016, p. 159), “[...] o que seria um consumo problemático ou não problemático na vida de quem não tem nada, de quem passa fome, frio e dorme no chão?”.

Para que possamos refletir a respeito do corpo negro e dos “problemas” enfrentados pelas repressões violentas a partir das drogas, Rui (2021, p. 193) observa que,

Ao introduzir a questão das “drogas” a partir do corpo, o fiz porque acho, a partir das minhas observações, que se há algo de específico neste fenômeno é a problemática da corporalidade nele envolvida [...] pareceu-me indissociável do contexto histórico, cultural, econômico e social na qual esses corpos estão inseridos. Ou seja, com nenhuma das pessoas que entrevistei consegui obter respostas que não estivessem relacionadas com a forma pela qual essas pessoas concebem o mundo, e com o lugar que elas ocupam na estrutura social.

Às mulheres negras que não alcançam o embranquecimento são reservados os locais ultrainferiores da estratificação de classes, que permitiram à rua ser o local de destino dos seus corpos.

De acordo com Iansã (2023), “[...] não é só as mães, mas as mães negras, as mães negras, né? Ser resgatada e ser ouvida, elas em primeiro lugar, elas ser ouvida, e sentir aquele abraço que elas nunca tiveram para se sentir segura é isso”.

A fala de Iansã denuncia e atribui as violências sofridas face a sua cor de pele, bem como reafirma a dignidade e reivindica o respeito à sua condição de mãe e negra, comprovando o que Souza (2021, p. 115) nos esclarece: “[...] ser negra é criar uma consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível e exploração”.

É na construção do processo de levante das calçadas que mulheres negras se fazem enxergar como um grupo, cuja representação, nas diversas realidades sociais, culturais e políticas continua similar à imposta no período colonial. Assujeitadas por violências, vulnerabilidades, desqualificações e desvalorizações, percorreram esse processo na busca pela manutenção do corpo em defesa da vida.

É na reflexão a respeito da condição humana, em suas atividades fundamentais, interseccionadas com a cor da pele e o gênero, que observamos as desqualificações impostas às mulheres negras. Arendt (2020, p. 9) parte do conceito de vida *activa* para numerar as atividades fundamentais que constituem a condição humana: trabalho, obra e ação.

Arendt (2020, p. 9) esclarece que a “[...] atividade do trabalho corresponde ao processo biológico do corpo humano”, marcado por desenvolvimento que registra a nossa jornada da vida, do nascimento ao túmulo, com mudanças físicas, mentais e sociais ao longo do ciclo. Faz-se necessário refletir o quanto se torna inédito o encontro com mulheres negras, com trajetória de rua, na faixa etária dos 45 anos, contrariando a destinação prévia à morte.

É na luta pela manutenção da vida, narrada pelas entrevistadas, que verificamos a contradição quanto ao esperado e o vivido no processo biológico de seus corpos, quando tornados abjetos.

Para Rui (2021, p. 90),

[...] abjeto... refere-se, assim, ao desconforto diante da corporalidade [...]. Assim, o limiar entre o limpo e o sujo, o abjeto e o decente, é constantemente manejado, de forma ambígua, nas ruas, sendo inclusive capaz de criar tipos heterogêneos de moradores de rua e de usuários de crack.

Refletimos que corpo abjeto é aquele no qual se deposita projeções controversas (amor e aversão, piedade e desumanidade, cuidado e negligência), causando desconfortos com suas marcas. As marcas que vislumbramos pela roupa, ou falta dela, na pele, em sua baixa hidratação, nos rostos, pés e pernas, pelo inchaço ou raquitismo, cheiro e a limpeza e mais ainda a superexposição a que seus corpos são submetidos.

Iansã, em sua fala, apresenta-nos a sentença de morte que lhe fora atribuída ainda na adolescência:

E, o que eu passei e apanhei, né? Fui judiada por polícia, guarda municipal né? E muitos eu ouvindo... muitos falando que eu ia morrer na sarjeta, que eu não tinha concerto, né? Mas eu tô aqui! Que nem muitos falava que eu não ia durar até os meus 20 anos, eu não ia chegar. Hoje estou com 45 anos, vou fazer 46! (Iansã, 2023).

A narrativa de Iansã se contrapõe ao referenciado em Arendt (2020, p. 26, grifo nosso): “[...] a atividade do trabalho é uma resposta ao *mero* estar vivo que compartilhamos com todos os seres humanos”. É pela palavra *mero*, aqui entendida como trivial, que verificamos o quanto a morte é uma concretude inesquecível, quando se é “corpo abjeto” (Rui, 2021).

A obra, segundo Arendt (2020), realiza-se pela “fabricação de uma existência humana”. A sua função compreende o retificar/corrigir, aquilo que já estava dado pela natureza. A fala de Iansã (2023), “[...] para quem muitos falava que eu nunca ia chegar nem nos 20. Graças a Deus estou aqui, vivinha”, revela o quanto ela precisou corrigir o que lhe foi dado, quando comemora os seus 45 (quarenta e cinco) anos, quando o “natural” era a morte com menos de 20 (vinte) anos.

As mulheres negras têm sido nomeadas e autorizadas pelo repertório de possibilidades significantes em que foram inscritas. “Estamos tomando a rede discursiva como uma rede de saber e de poder; portanto, os significantes com os quais a pessoa foi e é marcada estão articulados não só ao campo pulsional, mas estão atravessados histórica e socialmente” (Rosa; Braga, 2018, p. 99).

Nas falas das entrevistadas encontramos questionamentos quanto às fabricações do racismo, que se legitima no significante Outro, pela cor da pele, em suas concepções sociais individuais, institucionais e estruturais. A cor da pele preta e parda, por vezes, é o suficiente para autorização do racismo, neste trabalho, concebido como o exercido pelo significante

atribuído à cor da pele. Almeida (2022) relata que o racismo possui concepções individual, institucional e estrutural.

No que se refere à estrutura e sujeição impostas às pessoas negras, Sharpe (2023, p. 31) descreve: “Os meios e modos de sujeição infligidos às pessoas negras podem ter mudado, mas o fato e a estrutura dessa sujeição permanecem”.

Na concepção individual, praticado de maneira indireta, o racismo se manifesta pela discriminação direta emitida por linguagem racista (fala, escrita, olhares, gestos, baculejos, etc.). Iansã nos relata:

E eu já fui xingada de nóia. Já fui xingada de macaca, fedorenta [bem como relata a ação do vizinho]. E ainda, aqui mesmo, até com vizinho... Vizinho já jogou casca de banana para esse lado. Já me chamou de vagabunda. Um homem daqui – ele é branco –, não sobe na minha calçada. A gente tem que ter aceitação, porque é um senhor, mas a família escuta a minha voz, olha lá de cima joga casca de banana. Aí eu tenho que engolir isso a seco? É duro! (Iansã, 2023).

Ao nos relatar isso, Iansã nos demonstra a patologia e a imoralidade dos emissores desta forma de racismo.

Na concepção institucional, o racismo resulta do funcionamento das instituições, ao conferir, mesmo que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça, como apresentado nas falas das entrevistadas. Podemos perceber essa dimensão a partir da fala de Iansã, e o tratamento ofertado pelos operadores da política de segurança pública:

[...] estava uma loira, linda, bonita e aí o policial se encantava com ela, aí começava a perguntar para ela. O por que que ela estava naquela vida, que ela era bonita demais, aquilo não era futuro para ela, o que ela estava fazendo do lado de uma Nóia? Aí falava para ela. Você quer esse futuro para você? Olha o estado dessa daí, barriga, ainda grávida. Eu vou falar para você. Eu... não sei porque Deus [...] ainda permite de você engravidar. Não é para ficar engravidando! Vai colocar mais uma criança na rua? Para usar droga? (Iansã, 2023).

As narrativas acima demonstram o quanto a capacidade e a ação dos agentes, já investidos de poder pelas instituições, podem ser interpretadas como desequilíbrio político, que gera desvantagens às pessoas negras, pelo abandono da análise de intersecção (raça, gênero, classe social e território).

Quem comanda sobranceiramente os pobres com brutalidades ou educação, saberia dizer o que põe naturalmente na licença disso? Onde começou o desequilíbrio político, onde foi que começou a imaginária superioridade destes senhores impunes e a imaginária inferioridade destes servos compulsivos? (Costa, 2004, p. 33).

A concepção estrutural revela que estruturas que ordenam jurídica, econômica e politicamente são guiadas para fornecer privilégios ao corpo escolhido pelo modelo neoliberal e

que inscreve as mulheres negras no lugar do Outro e lhes inumaniza, “[...] o que torna possível que as ações repetidas de muitos indivíduos transformem as estruturas sociais” (Almeida, 2022, p. 35).

No questionamento de Iansã (2023), podemos verificar o quanto a justiça, na destituição do poder familiar, mostra-se parcial e produtora do racismo estrutural, ao negar escuta e encaminhamentos às mulheres negras em situação de rua e usuárias de drogas: “[...] acabei engravidando, já a justiça já estava, já sabia, parece que era uma, parece que já tinha um tipo de uma câmera, tudo que eu fazia eles me seguiam, eu era muito perseguida e aí começou, começou a rotina deles”.

Nas palavras de Érika (2023), “E quando se trata de uma mulher negra, ela vai sofrer aí as condições que a sociedade impõe. Infelizmente, é esse racismo camuflado nas entrelinhas, esse amor disfarçado, esse ódio disfarçado de amor”.

Érika, ao referir o ódio disfarçado de amor, revela o descrito por Gonzalez (2020), ao relatar o racismo nas formas aberta e disfarçada. Na forma aberta, principalmente, característica dos países de origem anglo-saxônica. Na forma disfarçada, e suas teorias: “Aqui, prevalecem as ‘teorias’ da miscigenação, da assimilação e da ‘democracia racial’” (Gonzalez, 2020, p. 130), que, ao se manifestar, por vezes, impedem que:

[...] a consciência objetiva desse racismo sem disfarces e o conhecimento direto de suas práticas cruéis que despertam esse empenho, no sentido de resgate e afirmação da humanidade e competência de todo um grupo étnico considerado “inferior” [...] (Gonzalez, 2020, p. 132).

“Enquanto o mito da democracia racial funciona nos níveis público e oficial, o branqueamento define os afro-brasileiros no nível privado e em duas outras esferas. Numa dimensão consciente, ele reproduz aquilo que os brancos dizem entre si a respeito dos negros [...] (Gonzalez, 2020, p. 169).

Gonzalez nos revela que, no Brasil, muitas(os) negras(os) procuram negar a conscientização do racismo e suas formas, embrenhando-se na ideologia do branqueamento, que fragmenta e nega a identidade, a raça e a cultura.

Uma vez estabelecido o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de limpar o sangue, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura (Gonzalez, 2020, p. 131-132).

A narrativa de Érika faz com que reflitamos que o racismo e suas formas se atualizam constantemente, mesmo passados 135 anos de assinatura da Lei Áurea, em concordância com a constatação de Gonzalez (2020, p. 303), feita em 1978:

A população brasileira se encontra em situação que não é muito diferente de há noventa anos atrás, pois as formas de dominação e exploração não acabaram com a falsa abolição, mas simplesmente se modificaram. Continuamos marginalizados na

sociedade brasileira que nos discrimina, esmaga, empurra ao desemprego, subemprego, à marginalidade, negando-nos o direito à educação, à saúde e a moradia decente.

Pudemos observar que, de um modo geral, as entrevistadas incluíram, no processo de levante, a construção de relações afetivas com figuras de convívio próximo: filhos, pet ou não; técnicos de serviços; companheira(o). No que se refere à afeição, descrevem a importância do recebimento e emissão de afetos, dando-nos a dimensão do quanto amar é ação. Conforme descreve hooks (2021, p. 168), “[...] o amor verdadeiro é a base de nosso envolvimento com nós mesmos, com a família, com os amigos, com companheiros, com todos que escolhemos amar”. Assim, o amor torna-se um dos elementos e motivação para o levante das calçadas.

A trajetória de rua fragiliza as relações com as figuras de confiança que lhes serviam de ligação. Segundo o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, “[...] os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados [...]” (Brasil, 2009) significam a perda de sua figura de confiança e, conseqüentemente, a necessidade de reconhecimento de uma base segura de colaboração.

Na análise de Bowlby (2005, p. 139),

[...] acumula-se evidências de que seres humanos de todas as idades são mais felizes e mais capazes de desenvolver seus talentos quando estão seguros de que, por trás deles existem uma ou mais pessoas que virão em sua ajuda caso surjam dificuldades. A pessoa em quem se confia, também conhecida como figura de ligação.

É pela construção ou reconstrução de relações afetivas com novas ou anteriores figuras de confiança que compreendemos o funcionamento saudável da personalidade dessas mulheres. Para Bowlby (2015, p. 140),

No quadro de funcionamento da personalidade que daí emerge existem dois conjuntos principais de influências. O primeiro diz respeito à presença ou ausência, parcial ou total, de uma figura de confiança, disposta e apta a fornecer o tipo de base segura necessária em casa fase do ciclo vital... O segundo conjunto diz respeito à capacidade ou incapacidade relativa de um indivíduo, primeiro, para reconhecer quando uma pessoa é digna de confiança e está disposta a fornecer uma base, e, segundo se houver esse reconhecimento, para colaborar com tal pessoa de modo que seja iniciada e mantida uma relação mutuamente gratificante [...].

A referência às construções de relações gratificantes, ainda nas calçadas, consigo mesma, com o filho pet, com o ex/atual companheiro e com uma equipe técnica de trabalho da Política Pública de Saúde, remete-nos ao quanto os servidores e pessoas em geral, ao estabelecerem relações, precisam estar atentos aos processos históricos e sociais de cada ser humano. O ser humano acontece na história e é história, atravessado por significações que estão para além dele e que atravessam a história e invadem as construções sociais. Para Safra (2004, p. 154),

[...] a historicidade é questão ética! Abordar um ser humano sem a compreensão de sua historicidade é vê-lo como indivíduo, desenraizado, sem referência às gerações que se presentificam nele. Toda problemática de uma pessoa emerge em historicidade e precisa ser remetida àqueles que a precederam e àqueles que virão, assim como à situação da humanidade.

Ao negarmos a pertença histórica de pessoas negras, no limite, ratificamos a contaminação imposta pelo desenraizamento. Weil (2022) nos alerta que o desenraizamento “[...] é uma doença mais perigosa das sociedades humanas”. O desenraizamento pode ser entendido como perda da vida moral, intelectual, espiritual do ser humano, em relação a sua comunidade de origem; ruptura dos vínculos com suas raízes históricas.

As entrevistadas demonstram que o desenvolvimento do processo de levante das calçadas se dá com o enraizamento que puderam realizar a partir das figuras de ligação e a base de segurança estabelecida com elas. O enraizamento é primazia da alma humana, constantemente ignorada, face à sua difícil compreensão. Weil (2022, p. 65), ao definir o enraizamento, descreve-nos:

O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivo certos tesouros do passado e certos presságios do porvir [...]. Todo ser humano precisa de múltiplas raízes. Precisa receber quase a totalidade de sua vida moral. Intelectual, espiritual por intermédio das esferas de que é naturalmente parte.

A partir da exigência que o enraizamento faz à alma humana, vimos surgir a participação real, ativa e natural, na construção da base de segurança, formada por reconhecimento e colaboração da figura de ligação com quem se possa construir relações gratificantes.

A figura de ligação e base de segurança não pode ser interpretada ou confundida com o exercício de tutela ou outro meio de controle que diminua ou infantilize as pessoas em situação de rua. Segundo Bowlby (2015, p. 140), “[...] por razões ligadas aos valores da cultura ocidental, a necessidade de uma base segura para adultos tende frequentemente a ser esquecida, ou mesmo denegrida”. Para ele,

O funcionamento da personalidade saudável em toda e qualquer idade reflete, em primeiro lugar, a capacidade do indivíduo para reconhecer figuras adequadas que estão dispostas e aptas a proporcionar-lhe uma base segura, e em segundo lugar, a sua capacidade para colaborar com essas figuras em relações mutuamente gratificantes (Bowlby, 2015, p. 141).

É pela figura de ligação e base segura que vislumbramos o funcionamento da personalidade saudável e que observamos as relações transferenciais, reconhecidas a partir da reunião entre ancoragens, efetivadas por amor, amizade e solidariedade em longevidade. Tais ancoragens alicerçam a construção do processo de levante das calçadas.

Amor, amizade, solidariedade são sentimentos pessoais, admitidos, por vezes, com desconfortos e olhares de condescendência para aqueles que não conhecem o quanto a humanidade já teve o seu destino decidido a partir deles. Weil (2022, p. 229) nos dá a dimensão do alcance desses sentimentos:

Os sentimentos pessoais desempenham, nos grandes eventos do mundo, um papel que nunca é plenamente discernido. O fato de haver ou não amizade entre dois homens, entre dois ambientes humanos, pode em certos casos ser decisivo para o destino da raça humana. Isso é bastante compreensível. Uma verdade só aparece no espírito de determinado ser humano. Como ele irá comunicá-la? Se tentar expô-la, não será ouvido; pois os outros, não conhecendo essa verdade, não a reconhecerão como tal; não saberão que o que esse homem diz é verdade; não prestarão atenção suficiente para perceber; pois não terão nenhum motivo para fazer esse esforço de atenção. [...] a amizade, a admiração, a simpatia, ou qualquer outro sentimento benevolente os disporia naturalmente a um certo grau de atenção. Um homem que tenha algo novo a dizer, pois para os lugares-comuns nenhuma atenção é necessária, só pode ser ouvido por aqueles que o estimam. Assim, a circulação das verdades entre os homens depende inteiramente do estado de sentimento; e assim é com todas as espécies de verdade.

As mulheres negras, na construção do processo de levante das calçadas, necessitam expor suas verdades e para que isso ocorra é necessário que a condição humana se realize pela imposição própria de uma forma de vida, para que possam agir a partir do amor. hooks (2021, p. 52) relata: “[...] aprendi a entender o amor como a vontade de se empenhar ao máximo para promover o próprio crescimento espiritual ou o de outra pessoa”.

A respeito do amor e da existência, refletimos, a partir de Sapienza (2004), o quanto o significado dos sentimentos empobrecem a existência das pessoas negras na sociedade do capital. Para ela,

Que significados pode ser capaz de dar para as palavras amor, amizade, compaixão, respeito, solidariedade, vida, vida humana, Terra, alguém cujo grande objetivo é ser o primeiro a qualquer preço, o mais bem sucedido, o poderoso? Essa não é a única, mas uma das formas de empobrecer uma existência. (Sapienza, 2004, p. 41).

O passado dera a essas mulheres a violência, o estigma, as situações de humilhação e a apresentação do racismo, conforme relatado em narrativa. Foi preciso curar-se. Segundo hooks (2021, p. 42), “[...] só o amor pode curar as feridas do passado”, pela execução e exercício do que ela registra como “[...] o amor verdadeiro de fato tem o poder de redimir, mas só se estivermos prontos para redenção” (hooks, 2021, p. 199).

Arendt (2020, p. 9) nos apresenta o conceito de condição humana como as formas de vida que o homem impõe a si mesmo para sobreviver. Ao refletirmos a respeito das mulheres negras, vislumbramos o quanto esse conceito tem sido imposto por Outros.

As mulheres negras têm sido nomeadas e autorizadas pelo repertório de possibilidades significantes em que foram inscritas: “[...] estamos tomando a rede discursiva como uma rede

de saber e de poder; portanto, os significantes com os quais a pessoa foi e é marcada estão articulados não só ao campo pulsional, mas estão atravessados histórica e socialmente” (Rosa; Braga, 2018, p. 99).

No Brasil, desde o sequestro da África, mulheres e homens negros buscam se tornar pessoas políticas, principalmente pela impossibilidade de existirem enquanto primeira pessoa no discurso “Eu” (aquele que fala), sendo reduzidos à terceira pessoa “Eles” (aqueles de quem se fala), como já assinalado anteriormente. Evidentemente, “algo” perdurou, mas esse “algo” não é mais (ou ainda não é) uma pessoa (Ferdinand, 2022, p. 158).

As pessoas entrevistadas relatam, por meio da memória e de lembranças, o período em que viveram nas ruas e a vivência atual do levante, registrando que o habitar, mesmo sendo traço fundamental, como afirma Heidegger (2001, p. 128) – “[...] habitar é o traço fundamental do ser-homem” –, é inviabilizado em situação de rua, pelas violências e mudanças contínuas dos lugares. No levante das calçadas, é preciso a construção do resguardo para o cuidado de si, a partir das coisas/objetos (um lar para si e o filho) e relações (casamento, amizades e cuidados), ou seja, “[...] construir significa cuidar do crescimento que, por si mesmo, dá tempo aos seus frutos” (Heidegger, 2001, p. 127).

Na contramão do habitar estão as mulheres negras que, mesmo sendo cidadãs de direitos, encontram-se distantes do aprendizado do habitar espaços para viver e usufruir do mundo em condições de igualdade. Como diz Santos (2020, p. 17), “[...] é na confusão confusamente percebida que vivemos e utilizamos o Mundo, por nós fabricado”.

Existir, enquanto espaço, é materializar-se como corpo e construir relações sociais com humanos ou não. Campos e Silva (2020, p. 104) nos relatam que

[...] o corpo só passou a ser considerado como um elemento geográfico, na medida em que a ideia da existência de uma pessoa neutra, sem rosto, sem sexo, sem idade, sem cor da pele foi desconstruída e de que as diferenças corpóreas modificam a natureza das relações entre pessoas.

A partir da construção de relações, pelo funcionamento saudável da personalidade, essas mulheres têm empreendido o processo de levante, em r-existência que surpreende a quem não as conhece.

4.4 A LUTA PELA IDENTIDADE: MÃE E MATERNAGEM

As narrativas registram o levante como um processo que se dá conjuntamente com a construção de uma nova identidade. Erikson (1972) atribui a construção da identidade por

definição de ser, de valores e direções a serem seguidas. Entende que, por ser uma concepção, inclui crenças e metas compromissadas, sendo influenciada por fatores intrapessoais e interpessoais e culturais. Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silveiras (2003, p. 107) nos esclarecem que “[...] este sentimento de ter uma identidade pessoal dá-se de duas formas: a primeira é perceber-se como sendo o mesmo e contínuo no tempo e no espaço; e a segunda é perceber que os outros reconhecem essa semelhança e continuidade”.

As entrevistadas, ao se levantarem das calçadas, puderam se perceber e serem reconhecidas como “mãe”, “mulher” e “dona”, nomeações emitidas por elas e pelas pessoas ao seu redor.

É pela identidade na percepção de continuidade e reconhecimento dos outros, que falam de suas conquistas. Podemos citar, como exemplo, a referência da conquista do título de mãe e a maternagem, seja com a criação do filho humano ou do filho pet.

A identidade é o registro do ser-no-mundo, pela complexidade que é a existência. Sapienza (2004, p. 29-30), ao refletir a respeito de ser-no-mundo e da existência, esclarece-nos:

A concepção de existência como “ser-no-mundo” representa modificações raciais de ordem filosófica e epistemológica. A existência é o “lugar”, é o “aí” onde há “mundo”, e “mundo” já é sempre o “aí” onde a existência é. Existência e “mundo” são co-origenários. Um não é anterior ao outro.

A situação de rua impedira à Iansã a permanência com seus filhos. O Sistema de Justiça, Vara da Infância e Juventude, em suas funções, arbitra a respeito da permanência de filhos com a mãe, orientando-se pela Nota Técnica Conjunta 01/2016, dos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social (Brasil, 2016), que preconiza diretrizes, fluxos e fluxograma para a atenção integral às mulheres e aos adolescentes em situação de rua e/ou usuários de álcool e outras drogas, bem como seus filhos recém-nascidos.

O Poder Judiciário, ao promover a destituição de poder familiar, muitas vezes justificando a sua decisão a partir do direito da criança, ignora a violência do Estado em relação às mulheres, pela ausência de oferecimento de abrigo, cujo foco seja aquele das mulheres grávidas, principalmente as que se encontram em situação de rua.

De acordo com Costa *et al.* (2015, p. 1),

Não se identificaram na rede de serviços assistenciais – pública e do terceiro setor – programas focados na questão da gestante em situação de rua, ainda que o Brasil, já viva atualmente, histórias de famílias que têm a situação de rua como experiência intergeracional.

Érika, na adoção do filho pet, constitui o núcleo familiar que escolhera para si, pelo exercício da maternagem. Queiroz (2010, p. 195) nos ensina que: “[...] à semelhança dos núcleos familiares, os cães e seus donos constituem, nesse universo, uma evidente unidade”.

Dona, ao atribuir o seu levante das calçadas ao cuidado de si, revela-nos o que Angela Davis descreve: “Quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” (Alves, 2017).

4.5 DESPROTEÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: SEGURANÇA ALIMENTAR, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E HABITAÇÃO

É na fala da oferta de serviço em abrigo, oferecido pela Política de Assistência Social, que verificamos a desproteção imposta às mulheres em situação de rua grávidas:

[...] aí me levaram para a Casa Aberta, não adiantou, saí... e ela me encontrou lá de novo. (L. pergunta) mas você não estava na Casa aberta? Falei: não adianta eles me levam e me acorda às 5h00 da manhã para eu sair pra rua? A primeira coisa, eu vou para o mercado (bairro da cidade de Santos) e depois e venho para cá (Iansã, 2023).

A Lei nº 8.742, de 1993, alterada pela Lei nº 12.435, de 2011, em seu artigo 23, prevê que “Entendem-se por serviços socioassistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta lei”.

A demanda por cesta básica junto à Política de Assistência Social, demonstra o quanto a desproteção e a humilhação se fazem continuamente presentes na vida dessas mulheres:

Essa é a realidade, a assistente social me perguntou: você trabalhava com o que antes? Eu disse, com programa. Ela respondeu, por que você não faz para comer? E o seu marido? Eu disse: ele não vai o que fazia, mais! Vai que ela mande ele fazer aquilo novamente. Eu não faço programa, pois perderia o meu companheiro. O c* dá dinheiro, mas também dá Aids e pode ser assassinada das piores formas possíveis (Érika, 2023).

É uma luta, aqui. Para conseguir uma cesta básica, tenho que chorar, expor a minha vida para uma Assistente Social no CRAS (Iansã, 2023).

As narrativas levaram-nos a refletir a respeito da insegurança alimentar vivida pelas mulheres entrevistadas. Segurança alimentar é política pública, criada a partir da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de dezembro de 2006) que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), cujo objeto é assegurar o direito humano à alimentação adequada, prevendo, em seu artigo 2º, que a alimentação humana adequada é

[...] direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. (Brasil, 2006).

O relatório Panorama Regional de Segurança Alimentar e Nutrição 2023, publicado em 12/07/2023, pelo escritório Regional da Organização das Nações Unidas para a alimentação e agricultura (FAO, 2023), aponta duas modalidades de insegurança alimentar: moderada e severa. No Brasil, em 2022, 70,3 milhões de pessoas estiveram em estado de insegurança alimentar moderada. Tal modalidade caracteriza a dificuldade para obter alimentos nutritivos, adequados e suficientes para uma vida saudável e digna. No que diz respeito à insegurança alimentar severa, havia 21,1 milhões de pessoas nessa situação, que se caracteriza pelo estado de fome.

Em estado de insegurança alimentar, cada vez mais pessoas recorrem às cestas básicas, benefício eventual socioassistencial, sob incumbência da política de assistência social, sendo previsto na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993), e em outras legislações. Trata-se de uma provisão, sob a responsabilidade de oferta dos municípios e os estados federados, numa relação de cooperação quanto à gestão, regulamentação e financiamento. O Decreto Federal nº 6.307/2007, no seu artigo 7º, parágrafo único, inciso I, alínea “a”, dispõe que os riscos, perdas e danos que caracterizam a vulnerabilidade temporária podem afetar a integridade dos indivíduos e famílias, ao prejudicarem as condições para suprir suas necessidades.

Art. 7º - A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:
[...].

Parágrafo único. Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer: I – da falta de: a) acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação [...]. (Brasil, 2007).

O biopoder do Estado se faz presente nas narrativas, quando verificamos a submissão das entrevistadas à disciplina e regulamentação na entrega de itens fundamentais para preservação da vida, mesmo que leis específicas garantam o direito. O biopoder do Estado é aquele que lhe confere a soberania “de fazer viver ou deixar de viver”.

Conforme relata Érika (2023), “[...] as profissionais do sexo precisam de preservativo, vão na UBS pegar uma vez por mês 30 (trinta) camisinhas. E como eu faço? Quer dizer, eu vou fazer um programa por dia? E vou passar fome? Vou morrer?”.

Érika, ao narrar a entrega insuficiente de contraceptivos, demonstra a necropolítica. Mbembe (2020) chama de necropolítica o que se torna indistinguível em guerra, política,

homicídio e suicídio. É na tecnologia da necropolítica, descrita pela narrativa, que reconhecemos a ininteligibilidade do serviço de saúde, em clara demonstração de que o Estado não consegue barrar o seu direito de matar, concedido apenas em estado de guerra. A controlada quantidade de preservativos pode se tornar uma sentença de morte para as profissionais do sexo.

Com relação a isso, Dona (2023) questiona: “O meu auxílio só vale para pagar o aluguel que, graças a Deus, eu agradeço ainda, entendeu? Mas e agora, gente? As pessoas têm que comer, ter casa, educação. As pessoas têm que ter oportunidade na vida”.

É no registro de Dona que vislumbramos quanto o estar ou não em uma moradia pode se tornar uma contingência sensível e presente na vida das pessoas em situação de rua. Tal fragilidade se encontra na dependência de benefícios que podem sofrer alterações, de acordo com a política econômica adotada a cada exercício de governo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de transição entre a situação de rua e o levante das calçadas, realizados sob perspectiva das mulheres negras que o executaram, foram descritos a partir da referência de amor, cuidado, respeito, responsabilidade e tempo, desenvolvidos a partir de força interna, construídos em ancoragens.

É pela maternagem do filho humano ou do filho pet e de si, que construíram identidade de mãe e de dona de si. A partir de relações saudáveis e gratificantes, reafirmam: “Somos de verdade!”. E o aprendizado do habitar se efetiva pelo chumbamento de seus pés no chão, o enxergar do colorido da vida, o som dos passarinhos e o cuidado de si e do outro.

É no habitar que ocupam espaços para o resguardo, na procura do descanso do corpo e da mente, para posteriormente partirem na busca do cumprimento de promessas que fizeram para si ou para outros.

O caminho percorrido é de epistemes únicas e também de dificuldades, como desemprego, humilhações e incertezas quanto à continuidade do sustento da casa escolhida por si e pelos seus “superiores”.

Apontam que o benefício Bolsa Família é o que garante o pagamento do aluguel, e as outras necessidades, quando supridas, são ajudas de amigos ou requeridas em experiências dolorosas, exigindo-lhes força que equivale a das deidades, além da que a condição de humano fornece. “É realmente uma Mulher Maravilha”, expressão por elas utilizada e que revela a construção de r-existências, iguais às vividas no passado escravocrata, que buscam transmitir, em forma de proteção a outras pessoas que vivem a situação de rua.

Dentre as conquistas no levante, escolhem relacionar a dignidade, o cuidar do filho e de si, em concretude, afirmando: “Porque foi algo concreto, é verdade, não é ilusão, não é sonho”. No tocante às políticas públicas, esclarecem-nos: “Não tem!”, “Não tem ajuda”, “Não existe para nós”. Ao falar de representatividade e lugar de fala, exigem: “Mulheres que não passaram pelo meu sofrimento, luta e caminhada não podem falar por mim, são coisas individualizadas e particulares” (Érika, 2023); “Representada? Não! Nunca! Nunca!” (Dona, 2023); “Eu sou louca para isso, uma sensação é saber que se eu chegar e pegar aquele microfone e falar a minha história [...]” (Iansã, 2023).

As três entrevistadas confirmaram os processos empreendidos em r-existência, pela construção de lugar único onde epistemes e geografias estabeleceram territorialidades desconhecidas para as(os) gestoras(es) mandantes das políticas públicas.

Levantar-se da calçada em r-existência não é abandonar a situação de rua, mas caminhar sob a expectativa de possível retorno pelas asfixias impostas pelo Estado em sua ausência de planejamento e amor, no que se refere à emissão de ações de responsabilidade que levem em conta o cuidado para com a singularidade de cada pessoa que o empreende.

O limite entre o levante das calçadas das mulheres negras e o retorno a elas, no que se refere às materialidades, é o pagamento do próximo aluguel, aguardado em suspense pelo depósito do bolsa família e a cessão de cesta básica ou o “mangueo” de comida em filas de caridade, ou até que o corpo não aguente o trabalho pesado.

A ausência de contagem da população em situação de rua e, conseqüentemente, a falta de dados quanto às pessoas que se levantaram das calçadas é um dificultador para que conheçamos o que sustenta e mantém o levante das calçadas.

A pesquisa, ao analisar os elementos subjetivos que possibilitam o levante das mulheres negras das calçadas, constatou que o funcionamento saudável da personalidade é um dos fatores de r-existência que ancoram esse processo.

Os fatores que apontam para a fragilidade da construção do levante das calçadas são: ausência de programas ou projetos que visem à proteção da moradia, do trabalho e da renda, bem como leis específicas que emitam ações responsáveis para o levante, tendo como facilitador a criação de equipes de vinculação e acompanhamento dos diversos momentos vividos nesta construção.

Refletimos que se faz necessário o investimento em investigações que produzam conhecimentos e informações a respeito da construção e da manutenção do processo de levante das calçadas de forma contextualizada, bem como indicadores para a construção e aprimoramento de políticas de atendimento às pessoas que se encontram no processo de levante.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Jamile Carla dos Santos. O apagamento de escritoras negras no ensino de literatura. *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL E LÍNGUA, LITERATURA E INTERCULTURALIDADE (SIELLI) E ENCONTRO DE LETRAS* (2019), 9 a 13 de novembro de 2020, Anápolis. **Anais** [...]. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2020. Disponível em: <https://anais.ueg.br/index.php/sielli/article/view/14222/11264> . Acesso em: 22 jul. 2023
- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? Tradução de Nilceia Valdati. **Outra travessia**, Florianópolis, n. 5, p. 9-16, 2º sem. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>. Acesso em: 10 maio 2023.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Editora Jandaíra, 2022.
- ALVES, Alê. Angela Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. **El País**, Salvador, 27 jul. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html. Acesso em: 4 ago. 2023.
- ANDREWS, George Reid. Desigualdade: Raça, Classe e Gênero. *In: DE LA FUENTE*, Alejandro; ANDREWS, George Reid. **Estudos afro-latino-americanos: uma introdução**. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 75-118.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Revisão técnica e apresentação de Adriano Correia. 13. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (1859)**. Belo-Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 19).
- BALDO, Marcus Vinicius Chrysóstomo. **Fisiologia do Movimento Humano**. São Paulo: Instituto de Ciências Biomédicas, Universidade de São Paulo, 2001.
- BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. *In: BENJAMIN*, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasilense, 1994. (Obras Escolhidas, v. 1).
- BIRMAN, Joel. **O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade**. 4. ed. ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista brasileira de educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, 2002.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. 4. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2022.
- BOULOS, Guilherme. **De que lado você está? Reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2015.

BOWLBY, John. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. 5. ed. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

BRAGA, Ana Paula Musatti; ROSA, Miriam Debieux. Articulações entre psicanálise e negritude: desamparo discursivo, constituição subjetiva e traços identificatórios. **Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, Curitiba, v. 10, n. 24, p. 89-107, nov. 2017/fev. 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/575>. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. **Decreto nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6307.htm. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000**. Altera a redação do art. 6º da Constituição Federal. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc26.htm. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871**. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos. Rio de Janeiro, 1871. (Coleção Leis do Império Brasil, v. 1, p. 147). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-2040-28-setembro-1871-538828-norma-pl.html>. Acesso em: 12 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/8742.htm. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.836, de 14 de outubro de 2004.** Cria o Programa Bolsa Família, altera a Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011.** Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023.** Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114601.htm. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.061, de 09 de agosto de 2021.** Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2021b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/mpv/mpv1061.htm. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.164, de 02 de março de 2023.** Institui o Programa Bolsa Família e altera a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e a Lei nº 10.820 de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/mpv/mpv1164.htm#:~:text=MEDIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20N%C2%BA%201.164%2C%20DE%202%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%202023&text=Institui%20o%20Programa%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia,desconto%20em%20folha%20de%20pagamento. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Guia Brasileiro de Moradia Primeiro (Housing First).** Brasília, DF: MMFDH, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/dezembro/guia-auxilia-a-implementacao-de-projetos-de-moradia-primeiro-no-brasil/copy5_of_Guia_Brasileiro_de_Moradia_Primeiro_V3.pdf. Acesso em: 21 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Portaria nº 2.927, de 26 de agosto de 2021.** Institui o Projeto Moradia Primeiro no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Brasília, DF: MMFDH, 2021c. Disponível em:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/portarias/portaria-no-2-927-de-26-de-agosto-de-2021>. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Nota Técnica Conjunta nº 001/2016 SAS/MS e SGEF, do Ministério da Saúde e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Estabelece diretrizes, fluxo e fluxograma para a atenção integral à saúde das mulheres e das adolescentes em situação de rua e/ou usuárias de álcool e/ou crack/outras drogas e seus/uas filhos/as recém-nascidos/as. Brasília, DF: MS: MDS, 2016. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/nota_tecnica/nt_conjunta_01_MDS_msaude.pdf. Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). **Governo regulamenta Lei Padre Júlio Lancelotti, que veda a arquitetura hostil em espaço público**. Brasília, DF: MDHC, 2023c. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/governo-regulamenta-lei-padre-julio-lancellotti-que-veda-a-arquitetura-hostil-em-espaco-publico>. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). **População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registro administrativo e sistemas do Governo Federal**. Brasília, DF: MDHC, 2023d. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

BROIDE, Emília Estivalet; BROIDE, Jorge. A pesquisa psicanalista e a criação de dispositivos clínicos para a construção de políticas públicas. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 53, n. 3, p. 201-215, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbp/v53n3/v53n3a13.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2023.

BROIDE, Jorge; BROIDE, Emília Estivalet. **A Psicanálise em situações sociais e críticas**. 2. ed. São Paulo: Escuta, 2010.

BROIDE, Jorge; BROIDE, Emília Estivalet. **A Psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções**. 2. ed. São Paulo: Escuta, 2016.

BROIDE, Jorge; BROIDE, Emília Estivalet (coord.). Pesquisa social participativa. *In*: BROIDE, Jorge; BROIDE, Emília Estivalet; SCHOR, Silvia M. (coord.). **População de rua: pesquisa social participativa e censo, perfil demográfico e condições de vida na cidade de São Paulo**. Curitiba: Juruá Editora, 2018. (Coleção Práxis Psicanalítica). p. 25-102.

BROWN, Wendy L. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. Tradução de Mario A. Marino e Eduardo Altheman Camargo Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019. Disponível em: https://tftk.iau.usp.br/wp-content/uploads/tainacan-items/2458/7972/BROWN_Nas-ruinas-do-neoliberalismo.pdf. Acesso em: 15 maio 2022.

BURGOS, Rosalina. **Periferias urbanas: o chão dos catadores no urbano periférico**. São Paulo: Humanitas, 2013.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Tradução de Andreas Lieber.

Belo Horizonte: Civilização Autêntica Editora, 2019. Acesso em: 21 ago. 2022. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7917371/mod_resource/content/1/Butler_viol%C3%AAncia_luto_pol%C3%ADtica.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

CAMPOS, Mayã Polo de; SILVA, Joseli Maria. Teu corpo é o espaço mais teu possível: construindo a análise do corpo como espaço geográfico. **Revista da ANPEGE**, [s. l.], v. 16, n. 51, p. 101-114, 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, Maria Meire de. **Vivendo a verdadeira vida: vivandeiras, mulheres em outras frentes de combates**. 2008. 213 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/7790?mode=full>. Acesso em: 12 ago. 2022.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre a Negritude**. Organização de Carlos Moore. Belo Horizonte: Nandyala, 2010. (Coleção Diáspora Negra, v. 3).

CHARF, Clara. Clara Charf, evocações da clandestinidade e da militância. [Entrevista cedida a] Amanda Massuela. **Revista Cult**, edição 250, 26 set. 2010. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/clara-charf-perfil/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai**. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

COLLINS, Patrícia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. Tradução de Bruna Barros e Jess Oliveira. São Paulo: Boitempo, 2022.

COSTA, Fernando Braga da. **Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Globo, 2004.

COSTA, Samira Lima da *et al.* Gestantes em situação de rua no município de Santos, SP: reflexões e desafios para as políticas públicas. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 1089-1102, set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/rPcjb9nVvsv5xZv4gDZvdVn/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 2 jun. 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialista em aspectos da discriminação racial relativo ao gênero. **Revista estudos feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/8774>. Acesso em: 9 mar. 2023.

DE LUCCA, Daniel. Sobre o nascimento da População de rua: trajetórias de uma questão social. *In*: CABANES, Robert; GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele; TELLES, Vera (org.). **Saídas de emergência: perder/ganhar a vida em São Paulo**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 317-336.

DOR, Joël. **Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como Linguagem**. Tradução de Carlos Eduardo Reis. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

ERIKSON, Eric H. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, Tadeu Mattos Farias; DINIZ, Raquel Farias. População em situação de rua e direito à cidade: invisibilidade e visibilidade perversa nos usos do espaço urbano. *In*: NOBRE, Maria Tereza; AMORIM, Ana Karenina Arraes; MEDEIROS, Fernanda Cavalcanti de; MATOS, Anna Carolina Vida. **Vozes, Imagens e Resistências nas Ruas: a vida pode mais!**. Natal: EDUFRN, 2020. p. 34-62.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Tradução de Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008. v. 2.

FERREIRA, Roquinaldo; SEIJAS, Tatiana. O tráfico de escravos para a América Latina: um balanço historiográfico. *In*: DE LA FUENTE, Alejandro; ANDREWS, George Reid. **Estudos afro-latino-americanos: uma introdução**. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 47-74.

FLOR, Cauê Gomes. **Através do Atlântico: a genealogia e os modelos de diáspora africana**. São Paulo: Intermeios, 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1976)**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1. A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREUD, Sigmund. La interpretación de los sueños. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras completas**. 3. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 1992. v. 5. cap. 7, p. 504-608. (Trabalho original publicado em 1900).

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Estatística e Informações. **Déficit Habitacional no Brasil por cor ou raça Brasil/2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1nJBhqFcDLKbrGxS-BIBcn73UEtJkl-B5/view>. Acesso em: 12 mar. 2023.

GINZBURG, Carlo. Estranhamento: pré-história de um procedimento literário. *In*: GINZBURG, Carlo. **Olhos de Madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 15-41.

GOMES, Laurentino. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta Brasil, 2007.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 134-158, dez. 2000. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000300009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 out. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. *In*: HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e conferências**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 125-142.

HESS, Remi O. O momento do diário de pesquisa na educação. **Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 14, n. 1, p. 61-87, 2009.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a Educação como prática de liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo. 2013. Editora Martins Fontes, 2017.

hooks, bell. **Não sou eu uma mulher**: Mulheres negras e feminismo. Tradução livre para a Plataforma Gueto. [S. l.]: Plataforma Gueto, jan. 2014. Disponível em: https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf. Acesso em: 1 fev. 2023.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor, novas perspectivas**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRA DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil 1998**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. v. 58, p. 1-143-1-152. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/os-numeros-da-populacao-indigena>. Acesso em: 1 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRA DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/en/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros.html>. Acesso em: 1 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRA DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2022**: Identificação étnico-racial da população, por sexo e idade: Resultado do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3105/cd_2022_etnico_racial.pdf. Acesso em: 5 dez. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2022**: Indígenas: primeiros resultados no universo/IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102018#:~:text=As%20informa%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20esse%20grupo,rela%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20popula%C3%A7%C3%A3o%20total%20residente>. Acesso em: 12 jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2022**: Panorama. Rio de Janeiro: IBGE, 2023c. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desemprego, 3º trimestre de 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023d. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 12 dez. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023e. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2021/08/populacao-brasileira-chega-a-213-3-milhoes-de-habitantes-estima-ibge>. Acesso em: 5 dez. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/protecao-social/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=sobre>. Acesso em: 5 dez. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **População em Situação de Rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil>. Acesso em: 10 dez. 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOGA, Dirce Harue Ueno. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 30-42, 2013.

KRENAK, Ailton. Antes o mundo não existia. In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LACAN, Jacques. **O seminário**. Livro 9: A identificação. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife [1961-1962] 2003. Publicação para circulação interna. Disponível em: <https://lotuspsicanalise.com.br/biblioteca/Jacques-Lacan-O-seminario-Livro-9-A-identificacao.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2022.

LACAN, Jacques. **O seminário**. Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise.

(1964). [Jacques Lacan: texto estabelecido por Jacques-Alain Miller]. Tradução de M. D. Magno. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2011.

LÖWY, Michael. **A política do desenvolvimento desigual e combinado: a teoria da Revolução Permanente**. São Paulo: Editora Sundermann, 2015.

MARTINS, Geovani. **O sol na cabeça: contos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAYORA, Marcelo. O crack e a rua. *In*: SOUZA, Jessé (org.). **Crack e exclusão social**. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016. p. 137-162.

MBEMBE, Achille J. O direito Universal à respiração. **Portal Geledés**, [s. l.], 13 abr. 2020. Artigo publicado originalmente em francês na revista *AOC media - Analyse Opinion Critique*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-direito-universal-a-respiracao/>. Acesso em: 23 out. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo. Hucitec, 2014.

MONTEIRO NETO, Aristides. República Brasileira: 120 depois, o que comemorar. **IPEA: Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, DF, v. 7, n. 61, 13 jul. 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=281:republica-brasileira-120-anos-depois-o-que-comemorar&catid=29:artigos-materias&Itemid=34. Acesso em: 12 mar. 2023.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. **História do MNPR**. São Paulo: MNPR, 2012. Disponível em: <https://popruasp.wordpress.com/sobre/>. Acesso em: 12 maio 2023.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000127.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2022.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: Relações raciais quilombos e movimentos**. Organização de Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NOBRE, Teresa; AMORIM, Ana Karenina Arraes; MEDEIROS, Fernanda Cavalcanti de; MATOS, Anna Carolina Vidal (org.). **Vozes, imagens e resistências nas ruas: a vida pode mais**. Natal: EDUFRN, 2020.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente: significações do Corpo Negro**. São Paulo: Perspectiva, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Relatório Panorama Regional de Segurança Alimentar e Nutrição para a América Latina e o Caribe** 2023. [S. l.]: FAO; 2023. Disponível em <https://www.fao.org/americas/publicaciones/panorama/pt>. Acesso em: 12 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO DO AUXÍLIO FRATERNAL (OAF). **Somos um povo que quer viver**. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

PATTON, Michael Quinn. **Qualitative Evaluation Methods**. Beverly Hills: Sage, 1980.

PAUGAM, Serge. **Desqualificação social**: Ensaio sobre a nova pobreza. Tradução de C. Giorgetti e T. Lourenço. São Paulo: Educ & Cortez, 2003.

PEREIRA, Matheus Serva. **Uma viagem possível da escravidão à cidadania**. Quintino de Lacerda e as possibilidades de integração dos ex-escravos no Brasil. 2011. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/28719/Uma%20viagem%20poss%20advel_%20a%20escravid%20a%20o%20c%20a%20cidadania.%20Quintino%20de%20Lacerda%20e%20as%20possibilidades%20de%20integra%20a%20dos%20ex-escravos%20no%20Brasil.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 21 ago. 2023.

PEZZATO, Luciane Maria; BOTAZZO, Carlos; L'ABBATE, Solange. O diário de pesquisa como dispositivo numa pesquisa multicêntrica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 11-23, 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Territorialidades y lucha por el territorio en América Latina**. Lima: Unión Geográfica Internacional, 2013.

PROCÓPIO, Carlos. Uma questão da moradia: o direito à cidade ou a cidade como negócio. **Escuta: Revista de Política e Cultura**, [s. l.], 7 maio 2018. Disponível em: <https://revistaescuta.wordpress.com/2018/05/07/uma-questao-da-moradia-o-direito-a-cidade-ou-a-cidade-como-negocio/>. Acesso em: 21 dez. 2023.

QUEIROZ, Renato da Silva. O último vínculo: "moradores de rua" e seus cães na cidade de São Paulo. In: MAGALHÃES, Valéria Barbosa de; RALL, Vânia (org.). **Reflexões sobre a tolerância**: direitos dos animais. São Paulo: Humanitas, 2010. p. 191-196.

REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. **Revista da USP**, São Paulo, n. 18, jul./ago. 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25988/27719>. Acesso em: 5 mar. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manuel Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RINALDI, Doris. O traço como marca do sujeito. **Estudos de psicanálise**, Salvador, n. 31, p. 60-64, out. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n31/n31a08.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2023.

ROSA, Maria Virginia Figueiredo P. do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez

Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: Mecanismos para a validação dos resultados.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ROSA, Miriam Debieux; BINKOWSKI, Gabriel Inticher; SOUZA, Priscilla Santos de. Tornar-se mulher negra: uma face pública e coletiva do luto. **Clínica e Cultura**, São Cristóvão, v. 8, n. 1, p. 86-100, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/clic/v8n1/09.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

ROSA, Miriam Debieux; BRAGA, Ana Paula Musatti. Articulações entre psicanálise e negritude: desamparo discursivo, constituição subjetiva e traços identificatórios. **Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, Curitiba, v. 10, n. 24, p. 89-107, fev. 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/575>. Acesso em: 29 out. 2022.

ROSEMBERG, André. Processos Sociais e Justiça no Porto de Santos, na década de 1880: O abolicionismo e o caso do Jabaquara. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – O LUGAR DA HISTÓRIA, 17., 6 a 10 de setembro de 2004, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Anpuh, 2004. Disponível em: <http://legacy.anpuh.org/sp/downloads/CD%20XVII/ST%20IV/Andre%20Rosemberg.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

RUI, Taniele. Nojo, humilhação e vergonha no cotidiano de usuários de crack em situação de rua. **Anuário Antropológico**, Brasília, DF, v. 46, n. 3, p. 85-107, set./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/47808/36614>. Acesso em: 29 abr. 2023.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira De História & Ciências Sociais**, Rio Grande, v. 1, n. 1, p. 1-15, jul. 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFRA, Gilberto. **A po-ética na dinâmica contemporânea.** São Paulo: Ideias & Letras, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 31. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SAPIENZA, Bilê Tatit. **Conversa sobre terapia.** São Paulo: EDUC: Paulus, 2004.

SAWAIA, Bader Burihan. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? *In*: SAWAIA, Bader Burihan (org.). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social.** Petrópolis: Vozes, 2009a. p. 7-13.

SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In*: SAWAIA, Bader Burihan (org.). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social.** Petrópolis: Vozes, 2009b. p. 97-188.

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena; AZNAR-FARIAS, Maria; SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. Desenvolvimento da identidade em adolescentes estudantes do ensino médio. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 107-115, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/X5DFFZCZsb4pmlChTsQVpb/?format=pdf>. Acesso em: 16 abr. 2023.

SCHOR, Silvia M. (coord.). Censo, perfil demográfico e condições de vida da população de rua na cidade de São Paulo, 2015. In: BROIDE, Jorge; BROIDE, Emília Estivalet; SCHOR, Silvia M. (coord.). **População de rua: pesquisa social participativa e censo, perfil demográfico e condições de vida na cidade de São Paulo**. Curitiba: Juruá Editora, 2018. (Coleção Práxis Psicanalítica). p. 105-230.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A política das imagens na exposição levantes. **Zum Revista de Fotografias**, São Paulo, 23 jan. 2018. Disponível em: <https://revistazum.com.br/exposicoes/selligman-exposicao-levantes/>. Acesso em: 15 nov. 2023

SHARPE, Christina. **No vestígio: negritude e existência**. Traduzido por Jess Oliveira. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: CEAO, CED, 1995.

SILVA, Denise Ferreira da. **A dívida impagável**. São Paulo: Oficina de Imaginação Política e Living Commons, 2019.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVESTRE, Helena. As ilusões no progresso, as ilusões na democracia burguesa e as mulheres iludidas. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 11, p. 89-104, 2018. DOI: 10.20396/ce marx.v0i11.11292. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ce marx/article/view/11292>. Acesso em: 23 dez. 2023.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Prefácios de Maria Lúcia da Silva e Jurandir Freire Costa. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

STAMATO, Maria Isabel Calil. Exclusão Social e Subjetividade: O Papel da Psicologia na Política de Assistência Social. In: STAMATO, Maria Isabel Calil; VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto; LEMOS, Daisy Inocência Margarida; ALVES, Hélio (org.). **Psicologia e Políticas Públicas: Reflexões e Experiências**. Santos: Leopoldianum, 2016. p. 11-30. Disponível em: <https://www.unisantos.br/wp-content/uploads/2016/09/Psicologia.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2022.

TCHÉKHOV, Anton Pávlovitch. **Sem trama e sem final: (99 conselhos de escrita)**. Tradução do italiano, do russo e notas Homero Freitas de Andrade. Seleção e prefácio de Piero Brunello. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

TEMPELS, Placide. **Filosofia Bantú**: El pensamiento abstracto: el Ser Bantú, la fuerza y el poder. 2. ed. Tradução de Angel Velásquez Callejas. Barcelona: Exodus, 2022. *E-book*.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Relatório Parcial do Censo da População em Situação de Rua**: contagem da rua, condições de vida e desigualdades sociais em questão. Santos: Unifesp: Prefeitura de Santos, 2020. Disponível em: https://www.santos.sp.gov.br/static/files_www/hotsite/novoolhar/relatorio_parcial_-_censo_pop_ua_-_16_dez_2020.pdf. Acesso em: 1 dez. 2023.

VALLEJO, Américo; MAGALHÃES, Lígia C. **Lacan**: operadores da leitura. São Paulo: Perspectiva, 1979.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Pesquisa em Educação**: a observação. Brasília, DF: Liber Livro, 2007.

WEIL, Simone. **O enraizamento**. Tradução de Giovani T. Kurz. Belo Horizonte: Ayiné, 2022.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS DA
CONDIÇÃO HUMANA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Resolução CNS 466/2012)

A senhora está sendo convidada para participar da pesquisa “MULHERES NEGRAS E O PROCESSO DE LEVANTE DAS CALÇADAS: CHÃO, ENCRUZILHADAS E ANCORAGENS”.

O objetivo deste estudo é analisar, compreender, entender e refletir a respeito do levante das calçadas, das mulheres negras, no estado de São Paulo. A senhora foi selecionada por ser mulher, autodeclarada negra ou preta ou parda, ter realizado o levante das calçadas, nos últimos 12 (doze) meses. Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento a senhora pode desistir de participar e retirar seu consentimento. A sua recusa não trará nenhum prejuízo na sua relação com o pesquisador ou com a instituição que forneceu os dados.

A coleta de dados será composta de dois questionários: questionário em forma de narrativas, conforme Apêndice C, e questionário, entrevistas semiestruturadas, de coleta de dados de identificação, entre outras. A produção de narrativas será realizada em, no mínimo, três encontros com cada participante, onde serão privilegiados os horários e locais apontados pelas pessoas, que facilitem o diálogo aberto e descontraído. Aqui será utilizado um roteiro (Apêndice B) para nortear as questões relevantes para a investigação.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial; ou seja, em nenhum momento será divulgado seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada. Os dados coletados poderão ter seus resultados divulgados em eventos, revistas e/ou trabalhos científicos.

O preenchimento destes questionários não oferece risco imediato à senhora, porém considera-se a possibilidade de um risco subjetivo, pois algumas perguntas podem remeter a

algum desconforto, evocar sentimentos ou lembranças desagradáveis ou levar a um leve cansaço, após responder os questionários. Caso algumas dessas possibilidades ocorram, a senhora poderá optar pela suspensão imediata da entrevista.

Durante as narrativas, há risco mínimo de invasão de privacidade, interferência na vida cotidiana, desconforto e melancolia, e a pesquisadora estará presente para evitar que isto aconteça. Mesmo assim, caso isto ocorra, a senhora será assistida imediatamente pela pesquisadora responsável e também pelo tempo necessário. A senhora não terá nenhum custo ou compensação financeira ao participar do estudo. Entretanto, todas as despesas com o transporte e a alimentação decorrentes da sua participação na pesquisa, quando for o caso, serão ressarcidas no dia da coleta. Você terá direito à indenização por qualquer tipo de dano resultante da sua participação na pesquisa.

Também a senhora não terá nenhum benefício direto. Entretanto, este trabalho poderá contribuir de forma indireta na ampliação do conhecimento sobre o processo de levante das calçadas, lugar de fala e representatividade das mulheres negras, na construção de políticas públicas de atendimento às pessoas em situação de rua.

A senhora receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pela pesquisadora, onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora principal com quem você poderá tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação agora ou a qualquer momento.

Este projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFSCar, que está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da universidade, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís, km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. Telefone: (16) 3351-9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Horário de atendimento: das 8h30 às 11h30.

O CEP está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D -

Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br.

Dados para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisadora responsável: Marilda Paixão Isaias dos Santos

Endereço: Rua Vasco da Gama, nº 052, casa 05

Contato telefônico: (13) 99150-7578 E-mail: marildapaixoad@gmail.com

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Local e data:

Nome da Pesquisadora

Nome da Participante

APÊNDICE B – Roteiro para a construção de entrevista semiestruturada

1. Identificação

Nome:

Idade:

Raça/Etnia: (autorreferido)

Naturalidade:

Escolaridade:

Profissão/Trabalho:

Local da residência:

1. Quanto tempo você ficou em situação de rua, dormindo nas calçadas?
2. Conte como/quando você sentiu que poderia levantar-se das calçadas?
3. O que a motivou a se levantar das calçadas?
4. Você se levantou da calçada e foi para onde, até chegar a esta casa?
5. Conte o que pode ajudar/difícultar o processo de levante das calçadas?
6. A sua experiência ajuda outras pessoas no levante das calçadas?
7. Você se sente representada nas políticas públicas?
8. Você compartilha a sua história com outras pessoas?
9. Você participa ou participou de algum movimento social?
10. Quais as suas fontes de renda para manutenção desta casa?
11. Você poderia contar a(s) conquista(s) mais importante(s) da sua vida?

APÊNDICE C – Roteiro para a construção de narrativas

1. Conte sobre sua vida. (Nascimento, trabalho, estudo, família etc.)
2. Conte sobre o ser mulher e negra e ficar em situação de rua
3. Conte como foi o seu levante das calçadas e o ser mulher e negra.
4. Conte o trajeto até chegar nesta casa, bairro e cidade.
5. O que você entende por representação e lugar de fala nas políticas públicas?

ANEXO A – Minuta da lei Levante a partir das calçadas, apresentada pela Secretaria de Desenvolvimento Social à Câmara de Santos, em 14/12/2023, votada em primeira sessão e retirada da segunda sessão, por motivo de forte ataque virtual e *fake news*

MINUTA DE
PROJETO DE LEI Nº XX/XXXX

INSTITUI O PROGRAMA “LEVANTE A PARTIR DAS CALÇADAS”, NO ÂMBITO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO E DOS PRINCÍPIOS

Art. 1º Fica instituído no Município de Santos o Programa “LEVANTE A PARTIR DAS CALÇADAS”, instrumento técnico da política municipal de assistência social, constituído em garantia do Sistema Único de Assistência Social prestada às pessoas em situação de rua acompanhadas e referenciadas pelas equipes técnicas do serviço especializado em abordagem social para pessoas em situação de rua e do serviço de referência especializado para pessoas em situação de rua, no âmbito do Departamento de Proteção Social Especial, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 2º São princípios norteadores do Programa “LEVANTE A PARTIR DAS CALÇADAS”:

I – a garantia da igualdade, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação, bem como a reparação interseccional por exercício da ação responsável estatal;

II – a preservação da dignidade humana, identidade, integridade e história de vida da pessoa;

III – a garantia de acesso a espaços públicos e privados dotados de satisfatórios padrões de qualidade quanto à higiene, à acessibilidade, à habitabilidade, à salubridade, à segurança, ao respeito à individualidade e ao conforto;

IV – a busca pela construção de autonomia para superação da situação de rua, especialmente no que tange aos direitos de acolhimento e moradia como base da atuação estatal;

V – a adoção de meios alternativos ao modelo tradicional de atendimento em serviço de acolhimento institucional, como forma de promover a imediata reorganização da pessoa em situação de rua;

VI – a supremacia do critério técnico para a adoção da ferramenta prevista neste Programa, como meio de atender à necessidade do usuário da política de assistência social e para identificar situações que independam do modelo tradicional de acolhimento em serviço de acolhimento institucional, com vistas à superação da situação vivenciada;

VII – a articulação com as demais políticas públicas setoriais, para a construção de novas perspectivas ao usuário da política de assistência social e para garantir o acesso às demais políticas públicas das quais necessitar; e

VIII – a busca pela construção de nova identidade do usuário, implicando a desconstrução dos hábitos característicos da situação vivenciada, com a criação conjunta de rotina de compromissos e de desenvolvimento da confiança para cuidar de si.

CAPÍTULO II DOS REQUISITOS DE ACESSO

Art. 3º São requisitos para o acesso ao Programa “LEVANTE A PARTIR DAS CALÇADAS”:

I – possuir renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) salário mínimo nacional vigente;

II – referenciamento e acompanhamento pela equipe técnica do serviço especializado em abordagem social para pessoas em situação de rua ou do serviço de referência especializado para pessoas em situação de rua; e

III – atingir a maioridade civil ou estar enquadrado em um dos casos do parágrafo único, do artigo 5º, da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

§ 1º O acesso ao Programa deverá ser precedido de parecer técnico fundamentado, de maneira a demonstrar que a adoção da medida cumpre os incisos do artigo 2º.

§ 2º O serviço socioassistencial responsável pelo atendimento deverá realizar avaliação, acompanhamento e monitoramento da pessoa a ser beneficiada.

CAPÍTULO III DA PROVISÃO MATERIAL

Art. 4º Além do acompanhamento técnico especializado, por meio do Programa “LEVANTE A PARTIR DAS CALÇADAS”, será concedido, ao usuário da política de assistência social em situação de rua, auxílio financeiro equivalente ao valor de metade do salário mínimo nacional, como forma de garantir a retomada de sua autonomia, a reinserção no contexto social e o acesso a direitos civis.

Parágrafo Único: O auxílio previsto neste artigo poderá ser concedido conjuntamente com outros serviços, programas ou projetos existentes na política de assistência social, nas esferas federal, estadual ou municipal.

CAPÍTULO IV DA REGULAMENTAÇÃO

Art. 5º. O Poder Executivo definirá, mediante decreto:

I – a quantidade de auxílios, de acordo com a disponibilidade orçamentária da secretaria municipal gestora da política de assistência social;

II – a construção do Plano Individual de Atendimento, que deverá dispor acerca dos compromissos assumidos pelo beneficiário;

III – os prazos de concessão, as possibilidades de renovação e o período máximo de recebimento do auxílio;

IV – as possibilidades de reinserção no Programa;

V – os casos de exclusão; e

VI – os casos de referenciamento do beneficiário em outro serviço, programa ou projeto de proteção social especial básica ou especial.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, suplementada se necessário.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Palácio “José Bonifácio”, em XXX de XXXX de 202X.

Nome do Prefeito
Prefeito Municipal

ANEXO B – *Fake news* divulgada nas redes sociais quanto ao projeto de lei “Levante a partir das calçadas”

Se você é um morador
"EM SITUAÇÃO DE RUA"
Venha para SANTOS.



FAKE NEWS

Oferecemos: Moradia, alimentação e
salário de R\$660,00.
Para ter direito, NÃO pode trabalhar.

ANEXO C – Reportagem a respeito do projeto “Levante a partir das calçadas”

DocuSign Envelope ID: 0460DF09-A52A-46D2-8896-B42C903A2AE3

ALERTA
Verão terá calor acima da média no país e muita chuva no Sudeste
BRASIL/A7

DIÁRIO *do litoral.com.br*



facebook.com/diariodolitoral
instagram.com/diariodolitoral
youtube.com/diariodolitoral

Sexta-feira
22 DE DEZEMBRO DE 2023

INFORMAÇÃO É TUDO

R\$ 3,00
ANO 25 - Nº 8.724



Audrey Kleys: ‘Estão falando mentiras e cometendo crime’

» Secretária afirma que pessoas usam a internet para propagar desinformação sobre o Programa ‘Levante a partir das Calçadas’

Em entrevista ao Podpopo desta quinta-feira (21), a Secretária de Desenvolvimento de Santos, Audrey Kleys, fez questão de enfatizar que a desinformação e a campanha

negativa, via redes sociais, sobre o programa, que tramita na Câmara de Santos, é um verdadeiro crime e que está jogando uma parcela dos (as) santistas contra as pes-

soas em situação de rua. “Esse projeto foi escrito por técnicos com muita responsabilidade e não é assistencialista, mas sim, de resgate social”, desabafou. **CIDADES/A3**



QUALIDADE DAS PRAIAS

Região melhora, mas Santos segue crítica

Maior cidade do litoral paulista, Santos acumula problemas de balneabilidade em suas praias, marcadas nos últimos anos por classificações ruins e péssimas. Quatro dos sete locais de medição ficaram impróprios para banho em mais de 50% das análises feitas pela Cetesb no intervalo de um ano. Moradores, porém, já se acostumaram com a situação e até relatam não perceber no dia a dia as condições inadequadas das praias, enquanto órgãos públicos afirmam que a situação geográfica da cidade, resíduos produzidos em outros municípios e a proximidade com o porto de Santos. **CIDADES/A4**

Ponte Edgard Perdigão é entregue revitalizada

CIDADES/A4

Procon fiscaliza os comércios em Bertioga

CIDADES/A4

Mercado aquecido Vendas e locações caem em novembro, mas acumulado permanece em alta

Segundo pesquisa do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de São Paulo (CRECI/SP), houve queda de 0,74% nas vendas e redução de 26,70% no volume de contratos de locação assinados no período. Foram consultadas 32 imobiliárias das cidades de: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruibe, Praia Grande, Santos e São Vicente. **CIDADES/A4**